



ESCOLA SUPERIOR  
DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

---

**Jornalismo Político na Revolução: A Imprensa Trotskista em 1974-75.**

Sofia Serradeiro Cristino

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Jornalismo

Orientador: Prof. Doutor José Luís de Oliveira Garcia

Novembro de 2014

*Ao meu pai,*

*Pela coragem de criar uma  
filha sozinho, por ser um lutador e a  
minha melhor inspiração até ao fim  
da minha vida.*

## **Declaração de Compromisso Anti-Plágio**

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original e inédito que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 14 de Novembro de 2014.

## Agradecimentos

Ao Professor Dr. José Luís Garcia, por aceitar o meu pedido irreverente e acreditar em mim, pelo entusiasmo manifestado desde o primeiro dia e revigorado em cada novo encontro. Por me abrir portas a novos universos das ciências sociais e humanas, por me aguçar a curiosidade pelos apaixonantes trajetos da política em Portugal e no mundo, pelo incitamento constante à reflexão dos extraordinários mundos da sociologia e da filosofia, por me ensinar sempre algo de novo em cada conversa. Pelas longas horas que perdeu comigo, pela paciência perseverante, por me ensinar a ser uma pessoa melhor e, sobretudo, pela amizade, que, não tenho dúvidas, ficará para a vida. Obrigada pela oportunidade irrepetível.

À Professora Dr. Anabela Sousa Lopes pelo entusiasmo com que recebeu e apoio o tema da minha dissertação, pela disponibilidade total, pelas ideias, enfim, pelo apoio e preocupação constante.

À Biblioteca Museu República e Resistência, em particular ao Senhor Fernando, pelo carinho com que sempre me recebeu e por me facultar os documentos que tinha e os que não tinha.

À Biblioteca Nacional, ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, ao ISCTE e à Biblioteca Municipal de Vila Real, instituições sem as quais esta tese não seria exequível.

A todos os alfarrabistas da cidade de Lisboa, por partilharem comigo histórias maravilhosas, por me facultarem todos os livros que eu precisava, em Portugal ou além-fronteiras. Foram incansáveis. Obrigada do fundo do coração.

Ao meu pai pelo exemplo extraordinário de ser humano que é. Por me ensinar a lutar pelos meus objetivos, por me ensinar a nunca virar a cara à luta, por me incutir os traços de um verdadeiro guerreiro, por me instruir a ser autêntica e íntegra. Pela presença incondicional, por nunca me ter falhado, por ter sempre as palavras certas, por não me deixar desistir, enfim, pelo amor desmedido, que, infelizmente, a minha vida será demasiado curta para prestar a devida homenagem e agradecimento.

À minha avó Lucília por ser uma força da natureza, pelas longas horas ao telefone, pelas palavras de afeto e coragem trocadas. Por me ensinar que nada é impossível, por me fazer acreditar na amizade, no amor e na bondade das pessoas.

À minha mãe por lutar todos os dias por me dar as melhores condições de vida possíveis, pela paciência, pelo apoio e amor incondicional.

Ao Miguel por tudo o que nos liga e ligará até ao fim da vida.

Ao meu avô Alfredo e ao meu avô Cristino, grandes sobreviventes das repressões que sofreram por parte do regime fascista e do PREC, respetivamente. Obrigada pelo exemplo de luta e coragem.

À minha avó Cacilda, ao meu padrinho Zé Maria e ao meu querido amigo Senhor Borges, lutadores incansáveis até aos últimos dias de vida. Obrigada por me apoiarem a ser jornalista e pelo legado extraordinário que me deixaram, ainda tão presente no meu dia-a-dia.

À minha família, de Trás-os-Montes ao Alentejo, o pilar da minha vida.

À Sofia, à Inês e à Xana, por estarem sempre lá.

À Maria João Faustino, pela amizade incansável, pela preocupação constante, pelo companheirismo, por me acolher em Lisboa como uma irmã, pelos ensinamentos diários, por constituir parte fundamental do meu crescimento pessoal e académico no último ano. Aos meus amigos Rita Vaz, Andreia Trindade, Marta Spínola Aguiar, Ana Rita Teixeira, Sofia Caiado, Sónia Vaz, Rui Sousa, Lourenço Borges de Castro, José Brito e Cátia Carvalho pela amizade, pela paciência infinita, pelo apoio e por se tornarem a minha família em Lisboa.

À Joana Barros, porque sem ela nunca teria seguido o caminho do jornalismo.

Ao Diogo, por me ouvir todos os dias, a qualquer hora e em qualquer lugar.

À Liliana Ferreira, um anjo que apareceu na minha vida naquela semana.

Aos meus vila-realenses, que me viram nascer e crescer, o núcleo forte da “amizade sincera e desinteressada”. Aos lotes 44 e 45. Sem vocês, esta tese seria inconcebível.

*"A vida é bela, os sentidos celebram a sua festa... Que as futuras gerações a livrem de todo o mal e opressão, e possam disfrutá-la em toda a sua plenitude..."*

*Trotsky*

## Índice

Siglas e publicações utilizadas .....	viii
Resumo .....	ix
Introdução.....	1
Objetivo e problemática da tese.....	4
Metodologia.....	6
Capítulo I.....	7
1. Trotsky e o trotskismo.....	7
1.1 Leon Trotsky: breves notas biográficas.....	7
1.2 As divergências entre Trotsky e Lenine .....	9
1.3 O antagonismo entre Trotsky e Estaline.....	12
1.4 A corrente trotskista.....	15
2. Elementos de contextualização histórica sobre o Estado Novo e a Imprensa .....	22
2.1 Esquisto sobre o Estado Novo.....	22
2.2 Apontamentos sobre a imprensa no período do Estado Novo.....	27
2.3 Nota breve sobre a imprensa clandestina.....	29
3. O trotskismo em Portugal .....	32
3.1 Formação dos Grupos de Ação Comunista .....	34
3.2 Genealogia dos grupos trotskistas .....	37
4. O Jornal Luta Proletária .....	41
4.1 Breve apresentação e linha editorial .....	41
4.2 Manchetes e títulos .....	44
4.3 Temáticas dominantes .....	45
4.3.1 Lutas operárias .....	45
4.3.2 Panorama da realidade portuguesa.....	48
4.3.4 Solidariedade Internacional.....	52

5. O Jornal Combate Socialista .....	60
5.1. Breve apresentação e linha editorial .....	60
5.2. Manchetes e títulos .....	63
5.3. Temáticas dominantes .....	64
5.3.1. Movimentos estudantis .....	65
5.3.2. Lutas operárias .....	66
5.3.3. Panorama da realidade portuguesa .....	70
5.3.4. Solidariedade internacional .....	75
5.3.5. Independência das colónias .....	77
5.3.6. Textos doutrinários .....	78
Conclusão .....	80
Bibliografia .....	82
Anexos .....	90
8.1. Manchetes do CS .....	90
8.2 Manchetes do LP .....	92
.....	93
8.3. Galeria de fotos de Trotsky .....	94

# Siglas e publicações utilizadas

## Siglas

ARA – Ação Revolucionária Armada

ASJ – Aliança Socialista da Juventude

BE- Bloco de Esquerda

BR – Brigadas Revolucionárias

CIQI – Comité Internacional da Quarta Internacional

GAC - Grupos de Ação Comunista

GMR - Grupo Marxista Revolucionário

IC - Internacional Comunista

JCR - Juventude Comunista Revolucionária

LCI - Liga Comunista Internacionalista

LCPR - Liga para a Construção do Partido Revolucionário

LUAR - Liga de Unidade e Ação Revolucionária

MAS – Movimento Ao Socialismo

MES - Movimento de Esquerda Socialista

MRPP - Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OCI – Organização Comunista Internacionalista

## Publicações

AC – Ação Comunista

TP – Toupeira Vermelha

CS – Combate Socialista

G – O Grito

OMIR - Organização Marxista Internacionalista Revolucionária

PC – Partido Comunista

PCE – Partido Comunista Espanhol.

PCI – Partido Comunista Internacionalista

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

POSDR- Partido Operário Social-Democrata da Rússia

PREC – Período Revolucionário em Curso

PRPP – Partido Revolucionário do Proletariado Português

POR - Partido Obrero Revolucionário

PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSR- Partido Socialista Revolucionário

PST – Partido Socialista dos Trabalhadores

SU – Secretariado Unificado

SWP – **Socialist Workers Party**

UOR - União Operária Revolucionária

YSA- Young Socialist Alliance

I - Impulso

LP – Luta Proletária

O – Outubro

RP – Revolução Proletária

## Resumo

Esta dissertação procura recuperar o fenómeno da imprensa política (ou *partisan*) trotskista surgida no pós-25 de Abril de 1974. Não obstante a origem da corrente chamada “marxista revolucionária” remontar aos inícios do século XX, esta só se irá desenvolver em Portugal no rescaldo da crise académica de 1969. Os primeiros passos do trotskismo português foram dados sob o pano de fundo dos movimentos estudantis e de juventude, dando origem a grupos e organizações políticas com alguma influência em certos setores sociais durante o período que vai do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975. A imprensa trotskista funcionou como uma escola política e intelectual para muitos jovens que se tornaram mais tarde académicos, intelectuais e jornalistas destacados. Foi também a antecâmara e uma das tendências propulsoras da fundação de organizações políticas com influência no País (em especial, o Bloco de Esquerda), bem como um espaço de construção de imaginários, ideias e programas que vieram a tornar-se relevantes.

**Palavras-chave:** imprensa trotskista, jornalismo político, período revolucionário de 1974-75, Trotsky, trotskismo, *agitprop*

## Abstract

This research aims to reclaim the phenomenon of political (or *partisan*) trotskist press that emerged in the post-april 25, 1974. Despite the rise of the so-called "revolutionary marxist" ideology, dating back to the early twentieth century, this would only develop in Portugal on the aftermath of the academic crisis of 1969. The first steps of the Portuguese trotskism were made under the background of the student and youth movements, promoting the creation of groups and political organizations with some influence in certain social sectors during the period between april 1974 to 25 november 1975. The trotskist press functioned as a political and intellectual school to many young people who later became academics, intellectuals and prominent journalists. It was also the prelude and one of the driving trends of the foundation of political organizations with influence in the country (especially Bloco de Esquerda) and a brainstorming space of ideas and programs that later would become relevant.

**Keywords:** *agitprop*, trotskist press, political journalism, Trotsky, trotskism, 1974-75 revolutionary period

## Introdução

*“A liberdade de expressão, a crítica cartesiana, a dívida metódica, o equacionar dialéctico da realidade, são a seiva da sociedade, sem os quais a anemia e a aridez seriam inexoráveis. (...) Os periódicos assumem com frequência o papel de contrapoder, de recusa do status. Efectivamente, dada a sua periodicidade, estão vocacionados para intervir na res publica, para veicular posições que entram em rota de colisão com o poder”*

*(Pires, 1996:10)*

Pode parecer inesperado estudar o tipo de imprensa que esta tese investiga, quer porque já passaram quatro décadas relativamente à publicação dos jornais que são submetidos a análise, quer porque se diferenciam completamente do tipo de periódicos com que estamos familiarizados. Todavia, esta dissertação procura sustentar a pertinência de um esforço analítico ao acervo da imprensa politicamente comprometida do trotskismo português. Na verdade, esta tem sido alvo de pouca atenção, com raras exceções, caso do trabalho histórico de José Pacheco Pereira, embora tenha sido um interveniente direto no processo histórico português de 1974/75 e um âmbito de aprendizagem intelectual e político de muitos jovens que mais tarde se tornaram jornalistas, académicos e políticos, bem como um espaço de construção de ideias e programas que se tornaram relevantes nos nossos dias.

A imprensa que é objeto do presente estudo diz respeito ao jornalismo político, na aceção de Robert Park<sup>1</sup>; ou ainda – segundo outras noções – *partisan*, militante, de tendência, cuja inclinação de estilo e conteúdo talvez encontre concretização na concepção *agitprop* do chamado marxismo-leninismo, um termo que deriva da junção dos vocábulos *agitação* e *propaganda*. Esta ideia de jornalismo militante pretende ser um braço do ativismo político e social de várias organizações e movimentos políticos com o fim de

---

<sup>1</sup> No seu artigo *The natural history of the newspaper*, de 1925, Park propõe quatro tipos de jornalismo, entre os quais, o “jornalismo político”. Segundo Park, “os próprios jornais, debaixo da influência das várias discussões por eles próprios instigadas, tornaram-se órgãos do partido que representavam. Perante isso, a imprensa partidária deixou de ser uma mera crónica das pequenas fofocas e veio a ser o que chamamos de ‘jornal de opinião’” (Park, 1923: 280).

agitar a sociedade, dando visibilidade aos movimentos revolucionários, aos conflitos dos trabalhadores, camponeses, estudantes, intelectuais, enfim, às classes em luta e à luta entre as classes. Para os adeptos deste ideário, a imprensa militante é utilizada como instrumento para o fomento e divulgação dos conflitos sociais em prol da revolução socialista e como organizador de um partido que busca liderar esse propósito de rutura política.

Um marco importante da visão da imprensa política de cariz marxista-leninista (sintetizada na noção de agitação e propaganda) situa-se no ano de 1920, altura em que o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) criou um Departamento de Agitação e Propaganda, que constituía parte do Secretariado do Comité Central e tinha por missão ganhar as grandes massas para a sua causa, num país desgastado pela guerra e marcado pela iliteracia. Lenine terá dito algures que “*aagitprop* era uma vacina contra o drama burguês”. E relativamente à propaganda: “o seu estilo, a sua intensidade, é assim um importante factor para o enraizamento e a vitória de uma linha justa entre as massas” (Lenine, 1975:1). Trotsky partilhou, como em geral os setores marxistas revolucionários, do projeto de trazer para o movimento político revolucionário algo como uma luta ideológica, onde uma das suas grandes armas seria a propaganda com o objetivo de fazer denúncia política e disseminar palavras de ordem que unissem os trabalhadores e os seus aliados em prol da causa do socialismo revolucionário.

Este género de imprensa e respetivo jornalismo surgiu fulgurantemente em Portugal no começo da fase de declínio do Estado Novo, nas décadas de sessenta e setenta, altura em que proliferava a militância de esquerda marxista, incluindo o marxismo revolucionário, “uma miríade de pequenos agrupamentos à esquerda do PCP, renovando a linguagem e as práticas contestatárias do arco oposicionista” (Oliveira: 1996: 20). Nas últimas três décadas do século XX, proliferaram as greves, manifestações, comícios, protestos, ocupações de fábricas, de herdades agrícolas e casas, conflitos que tinham como porta-voz a imprensa militante, servindo esta de meio de divulgação de ideias e posições perante o regime de Salazar e Caetano em decomposição.

Nos anos 70, período de tempo onde se insere esta tese, desenvolveram-se em Portugal vários agrupamentos trotskistas, entre os quais o Grupo de Estudantes, em que parte dos seus militantes viria a formar a Liga Comunista Internacionalista (LCI) (cujo líder hoje mais conhecido foi Francisco Louçã), editando o jornal Luta Proletária (LP) e

os grupos em redor de três publicações clandestinas denominadas “Grito”, “Outubro” e “Impulso”. Os membros destes últimos três grupos viriam a fundar o Grupo Marxista Revolucionário (GMR), que se manterá até Janeiro de 1975, data do aparecimento do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que irá publicar outro dos jornais trotskistas aqui em análise: o Combate Socialista (CS).

## Objetivo e problemática da tese

A presente dissertação tem como enquadramento histórico um período extremamente importante da sociedade portuguesa: a fase revolucionária que marca a transição entre a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano para o regime da democracia representativa que vai estabelecer-se fundamentalmente em 1976. A investigação propõe-se estudar os dois mais importantes jornais trotskistas portugueses nessa etapa conturbada aberta em 25 de Abril de 1974 e finalizada em 25 de Novembro de 1975: o LP e o CS.

A temática desta tese encontra várias justificações. Entre estas podemos elencar: a imprensa do movimento trotskista português nunca foi alvo de estudo aprofundado no meio universitário nacional (pesem pequenas incursões de José Pacheco Pereira); a relevância do período histórico ligado ao processo revolucionário; a importância dos núcleos de ideias que as organizações associadas a esta imprensa disseminavam e a repercussão que elas tiveram até aos dias de hoje. O que se pretende analisar é, no fundo, um tipo de imprensa conduzido por uma variante de ideologia revolucionária de esquerda, as organizações trotskistas, e o conjunto de ideias e de convicções nela difundida. Ao considerar tais núcleos ideológicos através da imprensa dessas organizações (LCI e GMR-PRT), procuramos também perceber até que ponto foram uma sementeira de opiniões, desígnios e plataformas de aprendizagem que têm ligação com os dias de hoje e perduraram ao longo do tempo.

Configurando um tipo de jornalismo de tendência e engajamento político, os jornais trotskistas, cujos exemplos mais relevantes terão sido o LP da LCI e o CS do PRT, foram atores no processo político de 74-75 e, simultaneamente, um lugar de treino para futuros quadros políticos e académicos e, ainda – embora mais tarde – incubadores de projetos e ideias políticas, tais como, as lutas estudantis, questões ligadas à juventude, a liberalização das drogas, o feminismo, a sexualidade, a interrupção voluntária da gravidez, a ecologia, etc. Estas organizações salientavam-se pelo seu papel nas lutas estudantis (e dos jovens trabalhadores), ou seja, à identidade juvenil, compreendendo os jovens e os estudantes como setores sociais comprometidos com as classes trabalhadoras. A imprensa *partisan* estava extremamente associada à grande centralidade das lutas operárias (greves, lutas sindicais, reivindicações salariais, controle operário, luta contra a austeridade) e, portanto, os movimentos políticos de cunho marxista, socialista

revolucionário e comunista arrogavam-se ao papel de porta-vozes das reivindicações das classes trabalhadoras/operárias.

Para estudar a imprensa trotskista importa desde logo entender o que foi o legado de Trotsky, o trotskismo, tornando-se pois fulcral conhecer as origens e consequentes ramificações desta corrente ideológica e política, integrando-a num espectro alargado de diversos projetos que se diziam revolucionários.

O presente trabalho de investigação propõe-se, ainda, perceber uma imprensa que não se pautava declaradamente pelo conceito de objetividade que tão caro tem sido ao jornalismo num largo período do século XX e que em parte continua a perdurar. Com efeito, com o jornalismo político (ou militante, *partisan*, ou de tendência) temos diante de nós um jornalismo de combate político, arrolado numa luta aberta pelo socialismo ou pelo comunismo, por uma revolução que transformasse a sociedade portuguesa numa sociedade socialista, que era visto segundo o sistema de crenças destas organizações como a resolução de todos os problemas.

Sem dúvida, a concretização desta investigação, uma vez que o objeto de estudo pressupõe o conhecimento dos fatores de mudança social causados por este tipo específico de jornalismo, implica uma identificação e análise dos temas dominantes dos jornais analisados que assumiram repercussões nos debates sociais da altura. Neste estudo pretendeu-se encontrar resposta para três grandes interrogações: Como surgiu a imprensa trotskista em Portugal? O que foi a imprensa trotskista? Quais os grandes temas e ideias desta imprensa? Através da resposta a estas questões de partida, procuramos ainda explorar hipóteses sobre o significado histórico legado pelo tipo de imprensa em causa. E – porque não? – prestar atenção ao que se passa nas margens do jornalismo e da sociedade, pois que aquelas, com os seus heterodoxos, com os seus *outsiders*, com frequência atingem o centro ou até se tornam no centro.

## Metodologia

A metodologia do estudo teve como base predominante a pesquisa histórica e a análise categorial e hermenêutica aos artigos do LP e do CS. Secundariamente foi realizada uma entrevista em profundidade e investigação documental. Em termos históricos foi necessário consultar arquivos, bibliotecas e adentrar-nos na história de Trotsky, do trotskismo, dos movimentos estudantis e políticos portugueses dos anos 60 e 70. Em termos de análise aos jornais, procedemos à construção de categorias analíticas e ao estudo hermenêutico crítico de amostras abrangentes de artigos e conteúdos. A este respeito, vale a pena destacar as palavras de Bourdieu (1977), quando sustenta que o ato de relatar implica sempre uma construção social da realidade e que, neste sentido, os media – mesmo os media das margens – são parte do sistema de poder ou contrapoder das sociedades.

O horizonte temporal da análise corresponde aos anos de 1974 e 1975, com um enfoque particular no chamado Verão Quente vivido em Portugal. A análise à imprensa trotskista abrange um universo de 15 exemplares do jornal Combate Socialista e 10 do Luta Proletária, dois jornais militantes surgidos no período pós-revolucionário do 25 de Abril, existentes na Biblioteca Nacional e na Biblioteca Museu República e Resistência. Os periódicos analisados foram consultados integralmente, no sentido de se proceder a uma análise quantitativa dos temas predominantes nos mesmos de modo a desenhar uma grelha analítica, assim como uma análise de recorte qualitativo às matérias. Um dos principais desígnios da análise foi identificar e compreender a agenda e o núcleo ideológico-simbólico dos textos. No que à grafia particularmente concerne, foram consideradas fotografias, ícones e ilustrações que exemplificam as características específicas do modelo jornalístico em estudo. Tal empreendimento analítico abriu pistas que acreditamos ser valiosas de índole informativa e original.

# Capítulo I

## 1. Trotsky e o trotskismo

### 1.1 Leon Trotsky: breves notas biográficas

Leon Trotsky, como ficou conhecido Lev Davidovich Bronstein pelo seu longo e extraordinário combate político, nasceu em 1879, no seio de uma família da média burguesia rural de origem judaica, em Yanovka, na Ucrânia, e morreu no México assassinado em circunstâncias dramáticas, em 1940. Trotsky foi um intelectual marxista e um ativo revolucionário, fundador de uma nova corrente política, o trotskismo, que perdura até aos nossos dias. Trotsky, teve um papel de primeiro plano no desenvolvimento do movimento socialista revolucionário na antiga Rússia, na insurreição vitoriosa de Outubro de 1917, na qual, juntamente com Lenine<sup>2</sup> (1870-1924), de seu nome verdadeiro Vladimir Illich Ulianov, foi um dos seus mais importantes dirigentes, e na fundação do Exército Vermelho dos Operários e dos Camponeses, do Politburo do PCUS e da IV Internacional<sup>3</sup>. Esta Internacional veio a gerar várias organizações revolucionárias em todo o mundo. Em quarenta anos de exercício de atividade política, Trotsky esteve dez anos (1917-1927) no Partido Bolchevique, período durante o qual se debateu em lutas fracionistas incessantes contra a maioria do Comité Central do PCUS. Viria a ser o principal adversário de Joseb Besarionis dze Jughashvili, aliás, Josef Estaline<sup>4</sup> (1878-1953) na tomada deste do PCUS à morte de Lenine.

Isaac Deutscher, historiador, correligionário reconhecido das ideias e da luta de Trotsky e porventura o mais reputado biógrafo do revolucionário russo, designa-o como o “herói e o inspirador de todos os militantes da extrema-esquerda de todos os países” (Deutscher, 1968: 26). Gérard Rosenthal, secretário de Trotsky aquando do seu exílio na

---

<sup>2</sup> Líder da facção bolchevique do POSDR, fundador do PCUS e da Internacional Comunista (IC).

<sup>3</sup> A IV Internacional, organização comunista internacional composta por seguidores de Leon Trotsky, só pode ser percebida remontando à tradição das Internacionais Comunistas. O mesmo é dizer, recuando até 1864, altura em que foi criada por Karl Marx a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), posteriormente conhecida como I Internacional.

<sup>4</sup> Estaline foi eleito membro do Comité Central, em 1912, tornando-se um dos dirigentes do partido no interior da Rússia. Participou na Revolução de Outubro de 1917 e fez parte do governo bolchevique. Em 1922, foi nomeado o primeiro secretário-geral do PCUS, um cargo que lhe assegurou a permanência no poder após a morte de Lenine, em 1924. Representou a tendência mais conservadora do partido e converteu o primeiro Estado operário do mundo num regime totalitário.

Turquia e, mais tarde, seu advogado e amigo em França até ao dia do seu assassinato, eterniza-o como um protagonista do século XX: “Aos olhos do mundo ‘livre’ ele continua a ser o revolucionário que incendiou o universo” (Rosenthal, 1975:79). São de Rosenthal, ainda, as seguintes palavras: “Trotsky era a encarnação de uma filosofia militante, que tinha como último objectivo a emancipação total do ser humano. (...) Ele enfrenta uma das tempestades mais negras que o mundo conheceu” (Rosenthal, 1975: 10-12).

Trotsky refere-se ao ano de 1888 como o ano do início dos grandes acontecimentos da sua vida. Aos nove anos, por imposição da família, foi para Odessa, onde estudou numa escola tradicional alemã. Esta etapa da sua vida parece ter tido uma enorme importância no desenvolvimento do seu pensamento político, o que decerto teve algum reflexo no seu trajeto de vida militante. Em 1896, mudou-se para Nikolaev, onde concluiu o último ano do Ensino Secundário. Apesar de ter sido impelido pela família a seguir um curso de Engenharia e ter chegado a estudar Matemática por um breve período de tempo na Universidade Nacional de Odessa, Trotsky desde cedo percebeu que o seu percurso académico teria de ser diferente. Na sua autobiografia, afirma que “de uma forma ou de outra, (...) tinha provado o fruto da árvore da ciência. A leitura abriu uma nova era na minha vida” (Trotsky, 1930: 79).

Os primeiros passos no espectro político foram dados através da leitura de literatura ilegal e da sua presença em conferências clandestinas animadas por marxistas. Relativamente às suas escolhas políticas, Trotsky começou por se dividir entre o chamado populismo russo e o marxismo. Admitiu que “as duas correntes contrárias formavam remoinhos ideológicos” e que, dizia na altura, “andei aí durante algum tempo às voltas” (Trotsky, 1930:69). Apenas em 1898, depois de, com apenas dezanove anos, ter estado preso na Sibéria por atividade revolucionária, aderiu aos círculos marxistas russos organizados. Foi nesta altura que Lev Davidovich Bronstein passou a ser mais conhecido por Trotsky, nome que tomou do seu carcereiro quando esteve preso na Sibéria. Naquela época, Trotsky contactou com revolucionários como Lenine, Karl Radek<sup>5</sup> (1885-1939) e Pavel Axelrod<sup>6</sup>(1850-1928). Com o primeiro, através da troca de correspondência, discutiu a ideia da criação de uma organização centralizada dos marxistas revolucionários

---

<sup>5</sup> Dirigente do Partido Bolchevique.

<sup>6</sup> Dirigente da facção menchevique e principal teórico desta.

de toda a Rússia, acabando por se dar o início dessa unificação em Munique, em Dezembro de 1900.

A viver na Sibéria, com a sua primeira mulher<sup>7</sup>, Natalia Sedova, Trotsky, em 1901, aderiu ao jornal *Iskra*, um jornal que organizava os militantes do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (POSDR). Em 1902, fugiu, como numa epopeia, da prisão czarista na Sibéria e viajou para Londres, onde se encontrou diretamente pela primeira vez com Lenine e outros exilados russos. De facto, é pela mão de Lenine que se integrou na equipa redatorial do *Iskra*, sendo, durante muito tempo, um dos seus mais próximos colaboradores, a par de Plekhanov<sup>8</sup> (1856-1918), do já citado Axelrod, de Vera Zassoulitch<sup>9</sup> (1878-1928), entre outros exilados russos. Entretanto, a cooperação entre os dois revolucionários virá a ser interrompida para mais tarde, no ano crucial de 1917, voltar a ser retomada.

## **1.2 As divergências entre Trotsky e Lenine**

Os ideais de Trotsky tornaram-se mais vinculados após o II Congresso do POSDR, realizado em Julho de 1903, no exterior da Rússia, no qual o programa e os estatutos do POSDR foram elaborados. Nesta altura, rebentaram as primeiras divergências profundas entre os bolcheviques e os mencheviques a propósito dos estatutos da organização partidária e da tática revolucionária, que se esperava, definirem a natureza e estrutura do Partido do proletariado. O POSDR acabaria por sofrer uma cisão<sup>10</sup> e dividir-se em duas correntes, bolcheviques (maioritários) e mencheviques (minoritários), aumentando os desacordos entre estes, o que acentuou, também, a rutura entre Lenine e Trotsky. Nas palavras de Figuères, a dissidência entre Trotsky e Lenine “foi real a partir de 1903 e de nada serve tentar limitar-lhe o alcance, ou mesmo escamoteá-la, como frequentemente o

---

<sup>7</sup> Trotsky casou pela primeira vez em 1900 na deportação da Sibéria. Nasceram duas filhas desta união.

<sup>8</sup> Um dos mais eminentes propagandistas do marxismo na Rússia foi, em 1883, um dos criadores do primeiro grupo de marxistas russos, denominado *Emancipação do Trabalho*: Combateu o populismo russo. Assumiu uma posição hostil à Revolução de Outubro (Figuères, 1971: 226).

<sup>9</sup> Foi uma líder do movimento populista e integrou a equipa do *Iskra*. Após o II Congresso do POSDR tornou-se uma das líderes do menchevismo (Figuères, 1971: 232).

<sup>10</sup> Os estatutos propostos por Lenine tinham por objetivo criar um Partido, homogéneo e combativo. Para se ser nele admitido, não bastava, aceitar o seu programa e pagar as quotas, mas, e sobretudo, militar na prática numa das organizações de base. A ala menchevique foi contrária a este último ponto (Lenine, 1909: 44-45).

fizeram Trotsky e os seus epígonos” (Figuères, 1971:21). Depois desse Congresso, Trotsky vai constituir à sua volta uma tendência da social-democracia russa, que constituirá uma espécie de ‘esquerda’ do menchevismo. Após a separação dos dois revolucionários, Lenine seria duro nas palavras que dirigiu a Trotsky: “tornou-se o porta-voz dos inimigos mais encarniçados de Lenine no campo menchevique” (Lenine, 1904: 25).

Durante a Revolução Russa derrotada de 1905, Trotsky reaproximar-se-ia de Lenine. Na verdade, Trotsky alcançou um papel de muito destaque nessa insurreição, quando foi eleito, por um mês e meio, presidente do Soviete de Petersburgo, na altura a capital da Rússia. Apesar do insucesso desta insurreição, Trotsky não se deixou abater e começou a pensar em novas formas do proletariado derrubar a burguesia, elaborando, para o efeito, aquele que viria a ser um dos âmagos teóricos do trotskismo - a “Teoria da Revolução Permanente”. Lenine chamou à insurreição vencida de 1905 o “ensaio geral de 1905”. Sem este, a vitória da Revolução de Outubro de 1917, “teria sido impossível”, afirmou (Lenine, 1961:16).

Na nota introdutória da obra de Trotsky, *A revolução traída*, Pierre Frank escreve que “a revolução russa de 1917 é o maior acontecimento da história do século XX.” (Frank *apud* Trotsky, 1973:5). Numa conferência realizada em Copenhaga em 1932, denominada *O que foi a Revolução de Outubro*, Trotsky afirma que a insurreição constituía “o momento mais crítico e mais agudo na luta de duas classes pelo poder”. Lembrava, ainda, neste colóquio, as palavras de Malaparte acerca do seu papel na revolução: “em Outubro, não foi a estratégia de Lenine e sim a tática de Trotsky o que triunfou” (Malaparte *apud* Trotsky, 1932). Rosenthal ousa mesmo a dizer que a revolução proletária conheceu em Trotsky “o seu herói” (Rosenthal, 1975:11). Tanto em 1905, como em 1917, Trotsky esteve realmente no centro dos acontecimentos revolucionários.

A Revolução de Outubro não só teria uma grande influência no rumo das sociedades do século XX, introduzindo mudanças de grande alcance no imaginário das organizações anti-capitalistas, no rumo dos próprios países capitalistas e nas sociedades colonizadas. A República dos Sovietes, como dizia Lenine, “espalhou os princípios da revolução pelo mundo” (Lenine, 1975:52). Num dos seus vastos contributos teóricos, do qual é exemplo a obra *Curso básico do comunismo científico*, Lenine lembra que o objetivo histórico da Revolução de Outubro, consistiu em “derrubar o domínio da

burguesia e estabelecer a ditadura do proletariado”, mas também em “colocar a primeira pedra para a construção de uma sociedade nova, a sociedade socialista” (Lenine, 1975:46). A diferença entre a Revolução Socialista de Outubro e todas as revoluções sociais anteriores a esta consistiu – aos olhos dos marxistas leninistas e marxistas revolucionários – em que aquela “levou a classe operária ao poder, *pôs fim*, no primeiro Estado de soviets do mundo, *à exploração do homem pelo homem*, e libertou os trabalhadores de toda a espécie de exploração e opressão” (Lenine, 1975:46).

Trotsky era um crente de que, com a vitoriosa Revolução de Outubro, “mais do que nunca”, os destinos da Revolução de Outubro estariam ligados aos destinos da Europa e do mundo. A primeira vitória revolucionária na Europa teria, assim, nas massas soviéticas, “o efeito de um choque eléctrico”: “acordá-las-á, levantará o seu espírito de independência, reanimará as tradições de 1905 e de 1917, enfraquecerá as posições da burocracia e não terá, para a IV Internacional menos importância do que teve para a III vitória da Revolução de Outubro”. Levado por tal entusiasmo, acrescentaria, ainda que, “para o primeiro Estado operário, para o futuro do socialismo, não há salvação a não ser por esta via” (Trotsky, 1973:281).

O final do ano de 1917 foi marcante para a história da Rússia, com o triunfo da então considerada primeira revolução operária triunfante do mundo. Os bolcheviques, liderados por Lenine e Trotsky, derrubaram o governo provisório através de um golpe de Estado, logo seguido por levantamentos sociais guiados pelo Partido Bolchevique, criando uma República Soviética da Rússia. Mais tarde, em 1918, Trotsky viria a fundar e assumir a chefia do Exército Vermelho dos Operários e dos Camponeses. Para Trotsky, o Exército Vermelho só podia nascer sobre uma nova base social e psicológica. Nas suas palavras, o Exército Vermelho, distinguia-se de qualquer outra organização militar. A “passividade, o espírito gregário e a submissão à natureza”, deram lugar, nas novas gerações, “à audácia e ao culto da técnica”. Os “recrutados iletrados tornaram-se cada vez menos numerosos; o exército vermelho não licencia um homem que não sabia ler e escrever”, dizia Trotsky, em 1973 (Trotsky, 1973: 214). Paillet, na sua obra *Marx contra Marx: a sociedade tecnoburocrática*, vinca a importância da fundação do Exército Vermelho na vida de Trotsky. A história governamental que ele próprio vivera, especialmente como criador do Exército Vermelho, “revelara-lhe o poder das iniciativas centrais e o lugar sempre mais importante dos ‘especialistas’ de toda a ordem, bem como a rapidez com que se cria o poder do ‘bureau’” (Paillet, 1977:10).

### 1.3 O antagonismo entre Trotsky e Estaline

Após a morte de Lenine, em janeiro de 1924, fizeram-se sentir, mais do que nunca, as tensões entre o líder do trotskismo e a personagem que veio a chefiar o PCUS e por extensão a União Soviética, Estaline. Este via em Trotsky uma grande ameaça ao seu poder e à continuidade do poder. O grande objetivo do secretário-geral do PCUS era acabar com a oposição de Trotsky ao seu comando – tornou-se o seu inimigo número um. Com a guerra declarada no interior do partido, Estaline e os seus principais aliados, Kamenev<sup>11</sup> e Zinoviev<sup>12</sup>, iniciaram um processo de difamação de Trotsky.

Nessa empreitada, valeu-se do facto de Trotsky só ter ingressado no Partido Bolchevique em 1917. Estaline acabaria por sair vitorioso, obrigando Trotsky a manter-se circunspecto, caso este quisesse continuar no partido. Contudo, Trotsky acabou por perder poder e, juntamente com os seus apoiantes, organizou a Oposição de Esquerda, com o objetivo de lutar contra o seu maior rival. O poder de Estaline conseguiu não só proibir Trotsky de falar em público, em 1925, como de o excluir do partido em 1927, ano em que mais de 1500 opositores foram também deportados (Bensaïd, 2008:25). Durante o primeiro ano de exílio e auxiliado pelo seu filho, Leon Sedov, Trotsky “manteve contactos políticos com os principais opositores, destituídos, detidos ou presos nos isoladores” (Rosenthal, 1975:69). Em 1932 seria-lhe retirada a nacionalidade soviética.

A Teoria da Revolução Permanente surgiria como a principal discordância de Trotsky com a doutrina estalinista de construção do “Socialismo num só país”. Como o próprio Trotsky afirmava, essa mesma teoria, “germinada do esterco da reacção contra a revolução de outubro, é a única teoria que se opõe de maneira totalmente coerente à teoria da revolução permanente” (Trotsky, 1979:32). De referir, ainda, que foi pela sua crítica

---

<sup>11</sup> Muito ligado a Zinoviev, conheceu as mesmas hesitações daquele antes e após a Revolução de Outubro. Depois de 1917, foi presidente do Soviete de Moscovo, vice-presidente do Conselhos dos comissários do povo, membro do bureau político do PC da URSS e Presidente do Conselho dos comissários do povo, após a morte de Lenine. Juntou-se ao bloco de oposição constituído por Zinoviev e Trotsky em 1926.

<sup>12</sup> Grigori Zinoviev foi um revolucionário bolchevique e político soviético, membro do PCUS de 1917 a 1926. Foi opositor de Lenine durante a Revolução Russa de 1917. Foi várias vezes expulso do Partido Comunista da União Soviética. Foi Presidente do Soviete de Petrogrado, membro do bureau político do PC da URSS e presidente do Comité executivo da Internacional comunista, de 1919 a 1926, sendo substituído por Bukharin após divergências com Estaline. Acabou por ser condenado à morte em 1936, junto com Lev Kamenev, no regime de Estaline, quando dos processos movidos contra os antigos opositoristas em 1936.

ao burocratismo do partido do Estado Soviético que o trotskismo tornou-se mais conhecido (Silva, 2004:912).

Ao mesmo tempo que tentava desacreditar Trotsky como um dos grandes símbolos da revolução de Outubro, Estaline defendia que a sociedade socialista não necessitava necessariamente de uma revolução internacional, podendo construir-se dentro dos limites de um país, nomeadamente da Rússia pós-feudal. O fim da “guerra aberta” com o trotskismo para Estaline acabaria por acontecer em 1929, com o desterro de Trotsky da União Soviética para a Turquia por “actividade anti-soviética e criação de um partido anti-soviético ilegal que prepara a luta armada” (Rosenthal, 1975:69), com a perseguição cruel e, em alguns casos, mesmo execução de milhares de revolucionários. Estaline acreditava que a presença de Trotsky no Ocidente capitalista “o desqualificaria aos olhos dos Soviéticos ou, pelo menos, que a sua voz acusadora não voltaria a passar as fronteiras” (Rosenthal, 1975:69).

No entanto, ainda nas palavras de Rosenthal, Estaline “não previra que ele complicaria o trabalho dos seus esbirros” (*Idem*:69). Trotsky, com a ajuda de um punhado de camaradas resistentes, tentou interpretar o carácter revolucionário da União Soviética. Trotsky e o seu reduzido núcleo de adeptos insistiam em “postular o carácter revolucionário da União Soviética”. Consideravam o país um “estado operário”, ainda que “degenerado”, que já havia feito a necessária revolução social, mas à qual faltaria uma mudança política que afastasse a ‘burocracia estalinista’ do aparelho de estado” (Cardina, 2010:16). Com o objetivo de levar avante os seus propósitos revolucionários, em 1938, Trotsky fundou a IV Internacional. Esta deveria funcionar como a antecâmara de uma nova direção revolucionária (Cardina, 2010:15). De acordo com Avenas, o objetivo da IV Internacional não era a subversão imediata da ordem existente, mas sim “a preparação de uma vanguarda susceptível de conquistar as massas para a revolução internacional, ultrapassando as directivas vindas de Moscovo”. A IV Internacional “ia buscar a sua fundamentação objectiva à falência da Internacional estalinista que tinha conduzido o proletariado internacional de derrota em derrota” (Avenas, 1973:196-197).

O último combate de Trotsky por uma nova Internacional, que ele consideraria como “o mais importante da sua vida”, opõe-se à dominação estalinista do regime soviético e à sua consequência previsível: “a liquidação da própria Internacional Comunista, oficializada em 1943” (Bensaïd, 2008:35). A perseguição de que Trotsky era

alvo “impediu-o de se consagrar à sua tarefa como o teria desejado”. Hobsbawn diria mesmo que a IV Internacional de Trotsky destinada a competir com a III Internacional de Estaline foi “praticamente invisível” (Hobsbawn, 1984:80). Trotsky, porém, conseguiria não só “manter o legado do bolchevismo<sup>13</sup>”, mas “desenvolvê-lo à luz das novas situações, e criar os primeiros elementos da sua realização concreta” (Avenas, 1973: 207).

Estaline perseguiu e mandou assassinar toda a família de Trotsky à exceção da sua companheira Natalia Sedova e do seu neto Esteban Volkov, ainda vivo. Ser trotskista transformou-se num “epíteto que poderia significar ostracismo, perseguição, deportação ou mesmo eliminação física” (Cardina, 2010:16). Após o seu exílio na Turquia, Trotsky passou por França (1933-1935) e Noruega (1935-1936). Depois de expulso pelos governos desses países, acabaria por se fixar em Coyoacán, no México, na casa do pintor mexicano Diego Rivera com o qual viria a estabelecer uma relação de grande amizade. Esta relação seria muito benéfica para Trotsky, pois o pintor oferecer-lhe-ia “condições de notoriedade” que, segundo Pacheco Pereira, “não tivera até então” (Pereira, 2001:321-322). No entanto, os últimos dias do combatente político estavam próximos. Estaline nunca perdeu o rasto de Trotsky e, desde a sua ida para o México, que pôs muitas das estruturas operacionais da IC e dos serviços especiais do Partido Comunista de Espanha (PCE) e do NKVD <sup>14</sup> a conduzir vários esquemas para matar o revolucionário (Pereira, 2001:321-322). A 20 de Agosto de 1940 Trotsky acabaria por ser brutalmente assassinado e traído por Ramón Mercader, militante do PCE e agente do NKVD, a mando de Estaline.

Segundo Joseph Hansen, um dos secretários de Trotsky, “o revolucionário conhecia pessoalmente o seu assassino, há mais de seis meses, e tinha confiança nele devido às suas relações com o movimento trotskista na França e nos Estados Unidos”. Joseph Hansen acrescentava, ainda que, “Ramón Mercader visitava-nos com frequência e em momento algum tivemos motivos para desconfiar que ele fosse agente da GPU”. Trotsky lutou pela vida por mais de 24 horas, depois de ter sido golpeado na cabeça com uma

---

<sup>13</sup> O bolchevismo surgiu em 1903 fundamentado na mais sólida base da teoria do marxismo (...) o bolchevismo, surgido sobre essa granítica base teórica, teve uma prática de quinze anos (1903/1917) sem paralelo no mundo, em virtude da sua riqueza de experiências (...) Em nenhum país esteve concentrada, em tão curto espaço de tempo, semelhante variedade de formas, de matizes, de métodos de luta de todas as classes da sociedade contemporânea (Lenine, 1961: 13).

<sup>14</sup> NKVD em português significa “Comissariado do Povo para assuntos internos” e constituiu o Ministério do Interior da URSS.

picareta, acabando por falecer na noite de 21 de agosto de 1940. O “maior chefe de todos os tempos e de todos os povos” satisfazia assim a sua vingança contra aquele que o tinha qualificado de “a mediocridade mais eminente do Partido”. Em 20 de agosto de 1940, “a história dos homens perdia Leon Trotsky” (Rosenthal, 1975: 313).

#### **1.4 A corrente trotskista**

O período exato do nascimento do trotskismo não é consensual entre os teóricos desta corrente de pensamento. Para uns, o trotskismo surgiria exatamente em 1903, “como uma corrente distinta do bolchevismo”, não cessando, desde então, de se “diferenciar cada vez mais do leninismo” (Figuères, 1971:21). Para outros, como diria Jean-Pierre Bel, curiosamente atual presidente do Senado francês, apesar de alguns dos traços do trotskismo terem-se revelado a partir da cisão de 1903 e das suas sequelas, “o trotskismo só nasceria verdadeiramente na Revolução de Outubro de 1905”, “vaga revolucionária” que tinha “por momentos varrido os antagonismos entre as frações, tendo-as reunificado”. Outros ainda, acrescentariam que a teoria política de Trotsky constitui “a matéria viva da teoria e da prática revolucionária da época que se tinha aberto com Outubro” e lembram a “grandeza de Trotsky” em ter desenvolvido e fundamentado teoricamente os princípios do marxismo e do leninismo (Avenas, 1973:206). Certo é que o trotskismo só viria realmente a implementar-se após o conflito entre Trotsky e Estaline pela sucessão de Lenine, em 1924.

Como movimento político organizado, o trotskismo começaria com a formação da ‘oposição de esquerda’ no PCUS em 1923. O termo *trotskismo* deriva obviamente do pseudónimo do revolucionário russo. Depois de ter sido expulso do território soviético por Estaline, do exterior, Trotsky procurou entender os rumos do Estado Soviético. Foi nesta altura que desenvolveu a “Teoria da Degeneração do Estado Operário”, que forma com a já referida “Teoria da Revolução Permanente” o cerne teórico do trotskismo.

Em Trotsky, a Teoria da Revolução Permanente<sup>15</sup> surgiu em 1904, nas suas obras *As Nossas Tarefas Políticas* (1904) e *Balanço e Perspectivas*<sup>16</sup> (1906). Os pontos de vista apresentados nestes trabalhos amadureceram durante um longo período na mente do autor (ver Trotsky in *Prefácio de A Revolução de 1905*). Podemos afirmar, deste modo, que já antes da Revolução de Outubro, Trotsky vinha trabalhando esta teoria, à qual Lenine se aproximou após a Revolução de Fevereiro de 1917 (Broué:2007) e que se confrontaria com a doutrina estalinista de construção do “Socialismo num só país”.

A Teoria da Revolução Permanente, que situa o trotskismo como uma vertente do comunismo antagónica do estalinismo, é frequentemente considerada a contribuição intelectual mais original do pensamento marxista após Marx e Engels. Jean-Pierre Bel corrobora que esta produção teórica, elaborada por Trotsky e pelo social-democrata alemão Parvus<sup>17</sup> (1869-1924) a seguir à revolução de 1905, como produto da sua reflexão sobre esta revolução vencida, constitui o fundamento daquilo que virá a ser o trotskismo, e o contributo essencial de Trotsky para o marxismo que o diferencia radicalmente de todas as outras correntes que dele se reclamam depois da morte de Lenine. Um dos grandes ideais implícitos nesta doutrina é que as revoluções socialistas poderiam ocorrer em sociedades que não tinham alcançado o capitalismo avançado, até porque, no caso concreto da Rússia de 1917, se encontrava perante um dos países de desenvolvimento capitalista mais atrasado, incapaz de acolher o socialismo, considerado uma etapa superior de desenvolvimento social e económico.

Trotsky argumentava que a Revolução Russa teria de ser apenas o primeiro momento da Revolução Mundial, pois esta forneceria à Rússia as bases materiais e as

---

<sup>15</sup> A Teoria da Revolução Permanente constitui “mais do que nunca o quadro teórico que permite apreender a complexidade dialéctica do período”. Deste modo, a tarefa de Trotsky em nada foi “vã, ilusória e simbólica”. A ascensão das forças revolucionárias do mundo constitui a confirmação mais impressionante dos seus temas. Tal como a revolução, a teoria “avança por vezes subterraneamente, e durante muito tempo. A teoria também é uma velha toupeira” (Avenas, 1973:210-211).

<sup>16</sup> No prefácio desta obra, Trotsky afirma: “a revolução, que começará como uma revolução burguesa quanto às suas primeiras tarefas, depressa levará as forças hostis a afrontarem-se e não poderá conseguir a vitória final senão transferir o poder para a única classe capaz de se colocar à cabeça das massas oprimidas, o proletariado. Uma vez no poder, este não só não quererá, mas não poderá limitar-se à execução de um programa democrático-burguês; só poderá levar a revolução a bom termo se a revolução russa se transformar numa revolução do proletariado europeu” (Trotsky, 1973: 11-12).

<sup>17</sup> Pseudónimo de Helfant, social-democrata alemão que militou primeiramente na ala esquerda do Partido, sendo depois menchevista. Mergulhou no chauvinismo a partir de Agosto de 1914 (Figuères, 1971: 226).

forças produtivas necessárias à planificação socialista. Daí advém a ênfase do internacionalismo no trotskismo. Contrariamente à concepção de “Socialismo num só país” de Estaline, os trotskistas afirmavam que a revolução socialista teria necessariamente um caráter internacional, que as forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo extrapolavam as fronteiras nacionais, unificando as forças produtivas a nível mundial (Silva, 2004:912). A construção socialista não era, desta forma, concebível, senão com base na “luta de classes, à escala nacional e internacional” devendo-se expandir aos países de todo o mundo (Trotsky, 1929:30).

O caráter internacional da teoria de Trotsky iria, desta forma, objetivamente contra o poder de Estaline, apresentando-se mesmo a teoria do líder do Exército Vermelho, como a impossibilidade do “Socialismo num só país”. Justifica-se, assim, que um dos últimos legados que Trotsky nos deixou tenha sido a edificação da IV Internacional, fundada em 1938, que deveria ser a antecâmara de uma nova direção revolucionária.

Outro dos grandes traços do trotskismo é, esta corrente política estar, desde a sua génese, associada a diversas divisões e fissões dentro da própria corrente, contendo um aglomerado amplo de várias frações ou tendências que se reclamam da Internacional Comunista. Sintetizando uma história de subcorrentes no interior do trotskismo, nas últimas quatro ou cinco décadas destacavam-se três grandes frações: o “lambertismo”, o “mandelismo” e o “morenismo”. As duas últimas são pertinentes para esta tese, pois estão ligadas aos jornais LP e CS, respetivamente.

Explicar a origem e a evolução destas frações tornar-se-ia demasiado extenso e, até, meandroso, dada a complexidade das cisões destes subgrupos do trotskismo. Não cabendo já no âmbito deste trabalho, em linhas muito gerais pode-se, no entanto, afirmar que a repressão dos núcleos trotskistas, as grandes clivagens surgidas nos grupos marxistas revolucionários após a edificação da IV Internacional e, utilizando palavras de Bensaïd<sup>18</sup>, as “capitulações” e “traições da vanguarda” “política da suspeita”, “a obsessão da traição” e o “processo de intenções sistemático” (Bensaïd, 2006: 73) favoreceriam as constantes frações e cisões no seio deste movimento, assim como a sua imaturidade

---

<sup>18</sup> Daniel Bensaïd (1946-2010) foi um teórico do movimento trotskista na França, dirigente da IV Internacional e jornalista do *Le Monde Diplomatique*. Destacou-se como um dos líderes do Maio de 68 e foi um dos fundadores da Juventude Comunista Revolucionária (JCR). Participou na criação do Novo Partido Anticapitalista.

política. Bensaïd acrescentaria, em modo retrospectivo, em *Trotskismos*, alguns dos episódios geradores dessas mesmas dissidências: “registamos entre 1932 e 1939 não menos do que cinco viragens tácticas”<sup>19</sup>. Esta flexibilidade política está “nos antípodas do dogmatismo rígido que alguns imaginam”. Organizacionalmente, ela impõe uma “ginástica de viragens bruscas, inteligente mas destrutiva: cada novo curso provoca divisões e, muitas vezes, cisões” (Bensaïd, 2008:45).

A guerra assinalaria, para as organizações trotskistas, “uma rutura de continuidade geracional e organizativa”. A maioria dos pioneiros e fundadores desapareceria, seja por “golpes da repressão”, por “lassidão” ou “desmoralização”. Às vítimas da perseguição fascista ou colonial, “juntar-se-iam as vítimas da repressão estalinista, incluindo o próprio Trotsky” (Bensaïd, 2008:66). Tal perseguição e liquidação resultariam na construção de uma Quarta Internacional não dirigida por quadros trotskistas mas sim por “sobreviventes da avalanche despótica e totalitária que varrera o mundo”. A isto acrescenta-se reticência de muitos dirigentes da Oposição de Esquerda Internacional em fundar uma nova internacional como Victor Serge, Alfred Rosmer ou Andreu Nin (Moreira, 2013 *apud* Ubierna, 1976), a qual viria a nascer no ano de 1938, em Paris, “sob a mais dura clandestinidade e sob um clima de perseguição sistemática”. Amordaçado pelos aparelhos sindicais de tradição estalinista em toda a Europa, o trotskismo refugiar-se-ia, inicialmente sem essa intenção, nas universidades do velho continente após “as diversas tentativas (frustradas) de penetração no movimento sindical” (Moreira, 2013: 30).

A nova Internacional pretendia dirigir a revolução mundial perspectivada na II Guerra Mundial. O seu elemento fundador – o Programa de Transição – retomaria a urgência da revolução proletária (abandonada pela II e III Internacional) e internacional, linhas básicas dos quatro primeiros congressos da III Internacional (1918-1922) e proporia uma revolução política na URSS, que deveria completar a Revolução Social de Outubro de 1917 (Coggiola, 1999:120).

---

<sup>19</sup> Segundo Bensaïd as cinco viragens tácticas consistiram em 1932, ficar no Partido Comunista para aí reconstruir uma oposição de esquerda na perspectiva da retificação da IC; em 1933, constituir uma organização independente; em 1934, entrar no Partido Socialista, antecipando o aparecimento de correntes de esquerda no seu seio; em 1935, sair para construir uma organização independente, face à unidade burocrática entre aparelhos social-democratas e estalinistas; em 1939, unir-se ao Partido Socialista Operário e Camponês (PSOP), de Marceau Pivert, que acaba de se desligar da social-democracia.

Em 1948, oito anos após a morte de Trotsky, o II Congresso Mundial seria marcado, segundo Nahuel Moreno, pelo “sectarismo [...] dominante” e pelo grande debate das correntes trotskistas, à época: a classificação ou não do Estado soviético como capitalista ou operário, ainda que burocraticamente degenerado (Moreira, 2013: 31 *apud* Moreno, 2010: 21) A URSS era vista como uma sociedade em transformação entre capitalismo e socialismo. Este congresso marcaria a saída de Tony Cliff que afirmava que a Rússia já não era um Estado operário (Bensaïd, 2008:80).

O Partido Mundial da Revolução Socialista sofreu a sua primeira grande rutura em 1951, no III Congresso Mundial, o que desencadearia a maior clivagem da história da organização mundial trotskista. Nesse congresso, seria aprovada uma tática política, denominada *entrismo sui generis*, defendida por Michel Pablo e Ernest Mandel<sup>20</sup>, segundo a qual não se criariam mais partidos trotskistas ligados à Internacional, pois os Estados Operários burocratizados entrariam inevitavelmente numa guerra contra o imperialismo norte-americano estando, assim, em linha com a política do socialismo num só país. Os trotskistas seriam, assim, forçados a realizarem a sua revolução, mantendo “uma atividade pública independente das secções, reduzida, na maioria das vezes à publicação de um órgão de imprensa oficial” (Bensaïd, 2008:89-90) ou a entrarem nos partidos comunistas, submetendo-se às suas direções. A tática de Pablo distinguir-se-ia claramente do “entrismo no Partido Socialista” proposto por Trotsky em 1935. Já a corrente lambertista de Pierre Boussel, mais conhecido pelo pseudónimo de Pierre Lambert<sup>21</sup> é essencialmente caracterizada pelo seu trabalho no interior do Partido Socialista. Ao contrário da corrente mandelista, desenvolvida por Ernest Mandel, a corrente lambertista, em 1947, mantinha-se fiel a uma “fórmula conjuntural do programa de transição, em apoiar contra toda a verosimilhança, em plena revolução tecnológica e em pleno crescimento da produtividade do trabalho que as forças produtivas pararam de

---

<sup>20</sup> Foi um dos dirigentes trotskistas mais importantes da segunda metade do século XX. Viria a dar nome à corrente mandelista, para, mais tarde, abandonar completamente o trotskismo. O dirigente máximo do Secretariado Unificado (SU) desde 1963, viria a ser uma figura chave para os marxistas revolucionários ao longo de toda a década de setenta, altura em que se reunia semanalmente com trotskistas.

<sup>21</sup> Pierre Lambert entrou na vida política aos catorze anos, ingressando no Movimento da Juventude Comunista, no qual os trotskistas ganharam influência. Em 1934, tornou-se muito ativo no movimento trotskista. Depois da II Guerra Mundial integrou como militante no Partido Comunista Internacionalista (PCI), sendo, um dos principais dirigentes da IV Internacional.

crescer (Bensaïd, 2008:70). Nos anos de 1960, o grupo impulsionado por Lambert adotou o nome de Organização Comunista Internacionalista (OCI). Lambert conquistou um papel importante no movimento estudantil, que cresceu de forma sistemática nos anos 60 e 70. A partir de 1984, engajou-se no movimento que deu origem ao Partido dos Trabalhadores da França, participando na constituição da Corrente Comunista Internacionalista, da qual foi também dirigente.

Voltando à decisão saída do II Congresso, de notar que várias seções da IV Internacional negar-se-iam a adotar a política de Pablo, que, segundo estas, levaria estes militantes trotskistas a diluírem-se nos partidos comunistas ou mesmo a associarem-se a partidos estalinistas dos quais, como já foi dito, já haviam sofrido perseguições e mesmo execuções. Na sequência da discordância entre vários núcleos trotskistas<sup>22</sup>, a IV Internacional fragmentar-se-ia em duas organizações, o Comité Internacional da IV Internacional (CIQI)<sup>23</sup> e o Secretariado Internacional<sup>24</sup>, para se voltarem a juntar dez anos depois. Após esta cisão, Nahuel Moreno, aliás Hugo Miguel Bressano, faria muitas tentativas de construir uma organização internacional através de fusões e acordos com Healy, Mandel e Lambert. Contudo, estas seriam em vão e Moreno acabaria por construir uma organização independente em 1982, sob o nome de Liga Internacional dos Trabalhadores. Nahuel Moreno, dirigente e fundador do Movimento Al Socialismo da Argentina (MAS), deu origem à sub-corrente trotskista denominada de morenismo (a corrente trotskista que teve maior influência na América Latina) e elegeu a Argentina como centro da revolução mundial, transformando o antigo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) em Movimento Ao Socialismo, um partido definido por ele próprio como "centrista de esquerda" e uma frente de trotskistas com elementos da social-democracia.

---

<sup>22</sup> No seguimento desta desobediência, o Secretariado Internacional "suspende os 13 membros maioritários do comité central francês" (Bensaïd, 2008: 90-91), um passo enorme para que o trotskismo ficasse ainda mais reduzido a pequeníssimos grupos isolados e sem influência política.

<sup>23</sup> O CIQI surgiu em 1953 e integrou a francesa OCI de Pierre Lambert, o inglês The Club Gerry Healy, o norte-americano Socialist Workers Party (SWP) de James P. Cannon e Joseph Hansen e o argentino Partido Obrero Revolucionario (POR) de Nahuel Moreno (entraria mais tarde).

<sup>24</sup> O Secretariado Internacional seria representado por Pablo na Grécia, Pierre Frank em França e Ernest Mandel na Bélgica.

O trotskismo caracterizou-se, desde cedo, por “uma atitude pragmática” que o levou a manter alianças táticas ou a investimentos em certos partidos de massas – dissimulando-se no interior desses coletivos, no que ficou conhecido como *entrismo sui generis*, ou integrando as suas fileiras de forma organizada, como *tendência*. Independentemente da designação a aplicar a este território múltímodo, a verdade é que ele foi isso mesmo: “um conjunto nem sempre convergente de teorias, uma amálgama de convicções plurais, uma fidelidade a um ideal igualitário que se materializou em práticas distintas e tantas vezes dissonantes” (Cardina, 2010: 16).

## Capítulo II

### 2. Elementos de contextualização histórica sobre o Estado Novo e a Imprensa

#### 2.1 *Esquissos sobre o Estado Novo*

Durante mais de quatro décadas, falar em “Estado Novo” ou falar em “Salazarismo”, para designar o novo regime político que apareceu em Portugal em 1933, foi indiferente. Mesmo com a queda de Salazar e o advento do marcelismo, o Estado Novo ficaria imortalizado como o “regime de Salazar”, seu fundador e líder. O Salazarismo, designação atribuída ao Estado Novo pelo facto de ter sido fortemente marcado pela imagem de Salazar, sustentou-se nas diversas correntes políticas da direita, rejeitou o liberalismo adotado pela I República, e defendeu um Estado político, económico e socialmente forte e interventor. Veja-se como o historiador Fernando Rosas entende o surgimento do Salazarismo: “um compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesses das «forças vivas», a partir de uma base comum de rejeição do liberalismo herdado da I República e da apologia de um Estado política, económica e socialmente forte e interventor” (Rosas: 2007: 14).

Em traços gerais, o Estado Novo apresenta-se como uma ditadura de partido único, com um único homem a assumir o lugar de dirigente indiscutível do partido e do Estado, centralizando-se todo o poder nessa pessoa. O regime exercia repressão, censura e propaganda, procurando a criação do que apelidava de “homem novo”, de modo a destruir o “homem republicano”. O Estado Novo repudiava a luta de classes, subordinando todos os grupos sociais à suposta harmonia do chamado interesse nacional; “o indivíduo só existia como parte integrante das famílias, das corporações e dos municípios” (Pimentel e Ninhos, 2013: 77). Seguindo palavras de Fernando Rosas, “o salazarismo tentou ‘resgatar as almas’ dos portugueses, integrá-los, sob a orientação unívoca de organismos estatais de orientação ideológica, ‘no pensamento moral que dirige a Nação’, ‘educar politicamente o povo português’ num contexto de rigorosa unicidade ideológica e política definida e aplicada pelos aparelhos de propaganda e inculcação do regime e de acordo com o ideário da revolução nacional. (...) o Estado Novo, à semelhança de outros regimes fascistas ou fascizantes da Europa, alimentou e

procurou executar, a partir de órgãos do Estado especialmente criados para o efeito, um projecto totalizante de reeducação dos «espíritos», de criação de um novo tipo de portuguesas e de portugueses regenerados pelo ideário genuinamente nacional de que o regime se considerava portador“ (Rosas, 2001:1032).

O Estado Novo proclamava-se nacionalista, baseado na lealdade do indivíduo e na sua devoção ao Estado, anticomunista, antiliberalista, antidemocrático, antisocialista, corporativista, autoritário, antiplurocrático, antiparlamentar e afirmava-se assente em valores morais e metafísicos da civilização cristã e ocidental. O aparelho propagandístico e de enquadramento político-ideológico da ditadura salazarista, no qual se incluía a censura, era um instrumento complexo, constituído por organizações específicas, ajustadas às diferentes áreas de intervenção na sociedade e setores de informação e artísticos.

A mais velha das ditaduras europeias do século XX usava o poder como argumento de força, organizando os mecanismos de autodefesa que lhe permitiam sobreviver. Era proibido tudo o que colocava em causa a sobrevivência do regime, num plano tanto moral como político ou social. O povo era induzido pela força e pela doutrina a servir o regime, a integrar-se no mesmo, estando-lhe vedada a discussão, a crítica e a contestação. Os direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses deixavam de existir, no que viria a ser a lei fundamental: um quadro regular que operava por leis especiais, cujos princípios não eram estabelecidos e ficavam ao critério exclusivo do Governo, ou melhor, do chefe do Governo. Tal quadro afirmava, entre outros, o dever de impedir preventiva ou repressivamente a preservação da opinião pública, dando continuidade à “censura prévia” do 28 de Maio de 1926. A “censura prévia” era, assim, a mais resistente instituição da II República, pois encontrou-se em vigor, desde 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974. Para além da censura, também a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) constituía um órgão do aparelho de repressão salazarista, operando ambos conjuntamente.

Embora os protestos contra o regime de Salazar tenham sido uma constante desde o início da ditadura, e já se fizessem sentir de várias formas por intermédio da oposição clandestina, é possível considerar que o Estado Novo inicia o caminho da sua erosão na década de 60, após as eleições de 1958 e da candidatura do general Humberto Delgado,

através da emergência da guerra colonial em África em 1961, do fim do domínio português em Goa, Damão e Diu no mesmo ano e a crise académica de 1962.

Após os acontecimentos de Maio de 1968 em França, também o meio universitário português, segmentado em torno de uma multiplicidade de tendências políticas, entrou em ebulição quase permanente. A diversidade ideológica teve efeitos nas novas reivindicações estudantis. O movimento estudantil sofreu um processo de politização acelerada e radicalizou-se à esquerda, incluindo-se nesta não apenas o Partido Comunista (PC), mas muitos núcleos de extrema-esquerda. Às exigências pela liberdade e autonomia universitária juntaram-se as consignas de luta contra o capitalismo e o imperialismo (Cabrera, 2006:263). A afirmação da esquerda revolucionária ou “extrema-esquerda”, em Portugal, seria feita de caminhos controversos fortemente empenhados em transformar o cenário político até aí existente.

No prelúdio da década de 70, o regime começava a dar os primeiros passos num tímido processo de abertura. Crescem as greves, os protestos e a agitação social; forma-se a Intersindical; aumenta a dinâmica anticolonial; inicia-se a oposição armada ao Estado Novo, levada a cabo por grupos civis de índole político-militar apostados em desgastar o regime – a ARA (Acção Revolucionária Armada) criada pelo PCP, a Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR) e as BR (Brigadas Revolucionárias); prolifera uma miríade de pequenos agrupamentos à esquerda do PCP, renovando a linguagem e as práticas contestatárias do arco oposicionista (Oliveira: 1996: 20). Esta conjuntura acompanha a situação internacional das sociedades ocidentais, marcada pela força dos movimentos de esquerda acicatados pelas imagens da guerra do Vietname, queda do regime de Salvador Allende, no Chile, ou ainda sob os ventos de Maio de 68 em França.

A repressão às vozes críticas provindas do interior do catolicismo intensifica-se, num processo que culmina, em 1973, em prisões e demissões compulsivas da função pública após a vigília na Capela do Rato. Aumentam as prisões por motivos políticos. No interior do governo, é rejeitado o projeto-lei sobre liberdade de imprensa, apresentado na Assembleia Nacional pelos deputados da ala liberal, assinalando uma tendência de fechamento do regime que se faria notar novamente na revisão constitucional de 1971, onde são recusadas todas as propostas oriundas deste setor. Este processo caminha a par com uma consolidação do movimento oposicionista, para a qual muito contribuíram as eleições de Outubro de 1969.

Os últimos anos do Estado Novo apresentavam sinais de uma crise crescente: o beco sem saída da guerra colonial; atenuação da taxa de crescimento das exportações e esgotamento do modelo de industrialização, assente numa política de substituição de importações, com o conseqüente incremento do défice comercial; afrouxamento da expansão do investimento na indústria; dificuldade crescente do Estado suportar as despesas com infra-estruturas, devido ao peso das despesas de guerra. Por outro lado, a diminuição dos salários reais acelera-se entre 1971 e 1973, sobretudo pela subida da taxa de inflação, aumentando assim a desigualdade na repartição dos rendimentos, a qual vai contribuir para um agravamento dos conflitos sociais.

Em vésperas do 25 de Abril de 1974, Portugal encontrava-se numa situação, na questão colonial, que pode descrever-se da seguinte forma: isolamento internacional, que decorria da posição intransigente quanto à política africana que tinha a continuação de uma guerra em três teatros de operações como único rumo; esse isolamento envolvia não apenas a maioria dos países com os quais Portugal não mantinha relações diplomáticas (Leste europeu, mundo árabe, maioria dos países asiáticos e países africanos recém-chegados à independência), como também boa parte dos países do mundo ocidental, incluindo alguns dos parceiros portugueses na Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), que se distanciavam da inflexibilidade das posições portuguesas na OTAN, pese o facto de alguns deles “fecharem os olhos” ao fornecimento de material militar para uso de Portugal em África (Oliveira, 1996:18).

No seio das forças armadas assiste-se a uma incapacidade progressiva para renovar os quadros militares intermédios indispensáveis à continuação de uma guerra que era feita no terreno; a uma impossibilidade de assegurar uma vitória militar duradoura em qualquer dos cenários de operações; a uma identificação praticamente absoluta entre sobrevivência do regime e continuação da guerra e completa subordinação de toda a política externa portuguesa à política colonial.

Outro fenómeno novo – e de que as forças repressivas da ditadura não tinham experiência – foi o facto de alguns movimentos políticos de esquerda terem trazido para a rua a contestação aberta à guerra colonial de uma forma sistemática, organizada, agressiva e pouco habitual nas manifestações políticas das diversas oposições ao regime.

A conjugação do isolamento internacional do regime com a crescente oposição à guerra colonial pelo movimento estudantil e sindical, por sacerdotes e vultos importantes

do mundo católico e o início de ações violentas sobre objetivos de suporte logístico às guerras em África foram fatores que puderam deixar de ter influência sobre os militares do Quadro Permanente das Forças Armadas. Um significativo número de militares profissionais começou a frequentar cursos universitários, nomeadamente nas aulas noturnas, para aquisição de formação profissional que lhes permitisse encarar melhor a vida civil, visto que muitos dos oficiais do Quadro Permanente estavam interessados em pedir a passagem à situação de reserva, e bastantes fizeram requerimentos nesse sentido, enquanto se começavam a verificar algumas deserções – foi o caso de cinco oficiais do Quadro Permanente que desertaram para a Suécia. A dificuldade de angariar recursos humanos para prosseguir a guerra era um sério problema que se pôs ao regime nos últimos anos.

No entanto, a crise económica por si só não teria sido suficiente para pôr fim ao governo de Marcello Caetano, e ainda menos para derrubar o regime autoritário em vigor em Portugal havia 41 anos. Só a conjugação dessa crise com outras geraria as sinergias suficientes para o efeito. Era a guerra em África que durava há treze anos sem que o começo de uma solução política se vislumbrasse. Era a necessidade de modernizar e preparar o país para o embate com a Comunidade Económica Europeia, anunciado desde a entrada nela do Reino Unido e do Acordo entre Portugal e a CEE, em 1972.

O golpe do 25 de Abril de 1974, preparado alguns meses por militares que se reuniram no início em redor de questões meramente corporativas ligadas às respetivas carreiras e sua progressão, tinha por objetivo criar as condições propícias à definição de soluções políticas que pusessem fim à guerra colonial e dessem origem a um processo de descolonização. A esse objetivo juntavam-se a democratização e o desenvolvimento da sociedade portuguesa. “A revolução portuguesa de 1974 e o «processo revolucionário português» subsequente caem como mais uma bomba num mundo marcado pelas disputas ideológica, política e geoestratégica entre capitalismo e socialismo, entre direita e esquerda, entre o Ocidente e o Bloco de Leste” (Fontaine, 1994: 258 *apud* Sousa, 2003: 15).

Os dias seguintes ao golpe militar de 25 de Abril desencadearam um tumultuoso movimento social que trouxe para o palco da luta política amplos contingentes populares, trabalhadores das fábricas e rurais, estudantes e soldados, que procuravam resgatar a sua dignidade e melhorar as suas condições após sofrimentos de quatro décadas de ditadura.

## **2.2 Apontamentos sobre a imprensa no período do Estado Novo**

Todos os regimes políticos do século XX, e por maioria da razão os ditatoriais, perceberam a importância da utilização da informação, da cultura e dos *media*, enquanto instrumentos de condicionamento ideológico, propaganda política e de mobilização das populações. Todavia, a história do constrangimento da liberdade de pensamento em Portugal vem de muito longe. “A tradição de oprimir a liberdade de expressão e de censura é de muita longa duração, tendo sido prática comum da Igreja Católica a partir do momento da sua fundação, e estando por isso desde sempre associada à história de Portugal” (Garcia, 2009:49).

Se toda a história de Portugal é marcada pela censura, a história da imprensa portuguesa também tem evidentemente a sua inscrição. No quadro do regime de Salazar, a censura era um meio essencial para a sobrevivência do sistema de ditadura, pois existia a consciência que a governação autoritária não resistiria à livre análise e crítica dos seus opositores. A chegada ao poder de Marcelo Caetano foi rodeada por uma certa expectativa na sociedade portuguesa. Esta situação surge clara quer nos jornais no período entre Outubro de 1968 e 1969, quer nas movimentações de grande parte dos setores da oposição (Cabrera, 2006). Se é verdade que Marcelo Caetano revelou uma maior abertura em relação às potencialidades dos *media*, enquanto Salazar os tinha visto apenas como uma ameaça que poderia ser aproveitada pela oposição ao regime, tal não significou que o controlo da informação tenha diminuído no decurso do consulado do seu sucessor. Arons de Carvalho traça o cenário da legislação sobre a imprensa durante o governo de Caetano, mostrando a rápida desilusão em que o novo regime jurídico da imprensa se transformou, da qual a continuação do mecanismo de censura prévia é um dos aspetos mais evidentes (Carvalho, 1973).

Neste período há uma multiplicidade de ideologias políticas que ganham peso, sobretudo com os acontecimentos de Maio de 1968 e com as revoltas estudantis que contribuíram, em grande escala, para o início de uma transformação no jornalismo português. “A crise que atravessa todo o período marcelista”, como observa Ana Cabrera, “vai ter repercussões na Imprensa no período a seguir a 1972 e mais fortemente de 1973 em diante e grande parte dos efeitos nas redacções dos jornais só vão ser visíveis no período a seguir ao 25 de Abril” (Cabrera, 2006:263).

A transição da ditadura para um regime democrático não se deu de um dia para o outro nem de uma forma totalmente pacífica. Pelo contrário, foi um processo que durou mais de um ano e que ficou conhecido como Processo Revolucionário Em Curso, vulgo PREC. A confrontação política das várias correntes de pensamento que foram surgindo particularmente nas décadas de 60 e 70 foi inevitável e um marco histórico para a história da imprensa. A liberdade de imprensa e a proliferação de experiências no jornalismo emergiam numa sociedade em ebulição com uma grande ânsia de mudança.

O PREC (que é tido, normalmente, como o espaço de tempo decorrido entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975) é caracterizado por uma constante instabilidade e demissão dos chamados governos provisórios. O poder era frágil perante a força dos protestos populares, as lutas acesas entre os partidos políticos e o protagonismo político do MFA. Tratava-se de um cenário condicionado pelas disputas político-militares entre as diversas facções partidárias num período bastante atribulado durante o qual houve, também, espaço para uma série de atropelos políticos (perseguições, prisões, saneamentos, vandalismo, ilegalização de partidos, etc).

O 25 de Abril de 1974 iniciou a designada “terceira vaga” das transições para a democracia da Europa do Sul. Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em Espanha, a transição portuguesa caracterizou-se por uma rutura brusca com o regime deposto. Assim, nos dois anos que se seguiram ao golpe militar de Abril, Portugal viveu uma intensa luta em torno de projetos políticos diferentes, o que deu origem a um ciclo conturbado de avanços e recuos políticos, económicos, militares e sociais. Os meios de comunicação social de então, de entre os quais se destacam os jornais, não eram, obviamente, alheios ao contexto que os rodeava. Muitos viram as suas redações ocupadas, por vezes as suas edições eram impedidas de sair e alguns jornais foram nacionalizados.

Ao mesmo tempo, ocorriam outras mudanças cruciais para a história da imprensa: a luta pelo controlo das empresas jornalísticas aumentou. As direções de muitos jornais mudaram e, noutros casos, assiste-se à sua suspensão. A manipulação jornalística manteve-se: verificava-se na mediocridade profissional, na ocultação de factos que não interessavam ao partido do respetivo jornal publicar (por vezes no “silenciamento” mesmo de acontecimentos relevantes), na transformação de notícias em rumores, em depurações políticas, na prosa oratória e triunfalista e na repetição dos chavões doutrinários. Irrompe uma saturação ideológica dos órgãos de comunicação social, que

proliferavam ao ritmo que o contexto de liberdade permitia. “As publicações de natureza doutrinária e partidária, proibidas sob o antigo regime, assomaram à luz do dia” (Mesquita, 1993: 361).

A pressão governamental e partidária retirava autonomia aos órgãos de comunicação social. Jean Paul Sartre, citado por Mário Mesquita, afirmou sobre a imprensa portuguesa na sua visita a Portugal, em Abril de 1975: “A imprensa portuguesa, de um modo geral, não me parece muito boa. Ela não explica nada. (...) Ela nunca procura explicar, ao contrário da imprensa francesa, que também é uma má imprensa, mas que tenta dar uma interpretação, seja em função da teoria marxista, na imprensa de esquerda, seja segundo uma outra teoria na imprensa de direita” (Mesquita *apud* Jean Paus Sartre, 1993:363)

### **2.3 Nota breve sobre a imprensa clandestina**

Ao lado da imprensa tradicional comercial teve sempre presença, ao longo da ditadura de Salazar e Caetano, uma imprensa clandestina. Esta abrangeu jornais, folhetos, panfletos, boletins, entre outros formatos, gerados por organizações, partidos e outras plataformas políticas clandestinas que combatiam o regime do Estado Novo. José Pacheco Pereira é decerto o principal estudioso deste universo de publicações. De acordo com a sua definição, “entendem-se como clandestinas todas as publicações consideradas ilegais à luz da legislação vigente e que não eram sujeitas a qualquer censura. O seu conteúdo era ilegal, a sua publicação era ilegal e a sua publicação era ilegal” (Pereira, 2013: 28).

Qualquer produção de imprensa clandestina em Portugal regia-se por regras exigentes de segurança, pois todo o tipo de atividade secreta podia chamar a atenção da polícia política, a PIDE, que, posteriormente, valia-se de prisões, processos-crime e condenações. O recurso a diversas formas de censura, a que se assistiu durante o regime ditatorial, era, assim, uma forma de impedir que a imprensa fosse utilizada como arma política. As publicações clandestinas que se fizeram em Portugal antes de 25 de Abril de 1974 constituem “um dos mais extraordinários, corajosos e desconhecidos capítulos da história da imprensa nacional” (Pereira, 2013), imprescindíveis para o entendimento dos jornais que surgiram no pós 25 de Abril, como é o caso do Combate Socialista e do Luta Proletária analisados na presente dissertação.

Neste sentido, para compreendermos melhor este período da história da imprensa nacional, torna-se fundamental apoiarmo-nos no trabalho de Pacheco Pereira. Na obra já citada, leva-nos a conhecer um pouco da história da imprensa clandestina oriunda de movimentos radicais de esquerda cultural e política em Portugal, estando a sua análise circunscrita ao período do Estado Novo decorrente entre o final dos anos sessenta (depois da revolução estudantil francesa de Maio de 1968) e início dos anos setenta. A nova esquerda que aparecia em Portugal nessa altura abala as tradições socialistas e comunistas dominantes no pós-guerra. Surge, deste modo, um “fenómeno político, cultural, social e de mentalidades que se desenvolve em volta dos principais eventos da década de sessenta e que se prolonga na década seguinte, em particular com a rutura sino-soviética, a Revolução cultural, as revoluções cubana e argelina, a guerra do Vietname e o Maio de 1968” (Pereira, 2013:104). As ideologias de esquerda começavam a ganhar mais espaço em Portugal, não aparecendo dissociado por acaso o aparecimento de um novo tipo de imprensa clandestina do crescimento da esquerda radical. As novas publicações constituíam a expressão destas plataformas políticas de esquerda. Este tipo de imprensa pressupõe o papel do jornal como agitador e propagandista, que seguia um padrão estandardizado: um jornal central (“organizador de massas”); um boletim interno; um órgão teórico; um órgão de frente; um jornal de massas; um órgão para a juventude; um boletim interno da organização de juventude; jornais “frentistas” e “unitários”.

Vale a pena terminar este ponto com as palavras de Celine Canguero a propósito da imprensa clandestina: “Em tempos de rígida intolerância ideológica, diversos movimentos e partidos lutaram na clandestinidade contra o regime instituído. Com efeito, foi também graças a essa imprensa clandestina que se manteve desperta, uma atitude de resistência activa. Era um trabalho difícil, semeado de perigos, exigindo grande pontualidade, discrição e eficácia” (Canguero, 2009:1).

## Capítulo III

### 3. O trotskismo em Portugal

O trotskismo chegou a Portugal no rescaldo da crise académica de 1969, manifestação estudantil que teve como um dos seus líderes Alberto Martins, hoje um alto responsável e deputado do PS, em Coimbra. Nesta altura, uma série de estudantes da Universidade de Coimbra vão constituir um grupo que começava a querer diferenciar-se das posições mais tradicionais da oposição ao regime de Salazar e demarcarem-se da esquerda mais tradicional (diga-se, o PCP, articulado com a União Soviética e o PCUS e a Associação Socialista Portuguesa de Mário Soares, ligada à social-democracia da II Internacional). Esses estudantes foram os primeiros a terem contacto com o trotskismo e estavam atraídos pelos grupos estudantis surgidos no Maio de 68 e tendiam a não se rever em sistemas políticos conotados com ditaduras. Debatiam-se, sobretudo, por fortes mudanças no ensino universitário, contra o isolamento do movimento estudantil e pela ligação permanente das suas lutas às dos trabalhadores. Os jovens eram considerados um novo sujeito de mudança, substituindo (em certas ideias do marxismo, como as de Marcuse<sup>25</sup>) ou acompanhando o proletariado na putativa histórica missão de transformação social que o marxismo lhe havia identificado. Para usar palavras de Cardina, a juventude deixou “de ser vista – e de se ver a si própria – como uma amálgama de sujeitos em processo inacabado de integração social, para passar a agir, pensar e sentir segundo modalidades próprias, disseminadas pelos mais variados âmbitos da política e da cultura” (Cardina, 2010:28). Estes “ideais utópicos forjados na mente de homens de idade e cabelos brancos”, usando as palavras de Molloy, “exigiam a participação entusiástica dos jovens”. Acrescentaria, ainda, que, estes jovens tinham de estar “imbuídos de pensamentos e atos coletivos” e que “as metas colectivas tinham prioridade sobre os desejos individuais e o partido era mais importante do que a família” (Molloy, 2009:101).

Irromperam no movimento estudantil de Coimbra de finais dos anos 60 militâncias que se situaram à esquerda do PCP e que viriam a ser a ser conhecidas por *contestatários* ou *contestas* (denominação utilizada pelos estudantes ligados ao PCP para caracterizarem

---

<sup>25</sup> Filósofo e sociólogo, viria a ser uma das principais referências da *Nova Esquerda*.

este grupo de estudantes mais radical). Francisco Sardo<sup>26</sup> e João Cabral Fernandes<sup>27</sup> são duas figuras centrais deste núcleo, que integrava também, entre outros, João Botelho<sup>28</sup>, Fernando Catroga<sup>29</sup>, Torcato Sepúlveda<sup>30</sup>, José Manuel Viegas<sup>31</sup>, António Remédios<sup>32</sup> e Manuel Coelho. Entre 1969 e 1970<sup>33</sup>, alguns destes jovens vão viajar até França para se encontrarem com membros da IV Internacional trotskista. É curioso constatar que num país regido pelo isolamento internacional<sup>34</sup>, o contacto destes estudantes com organizações trotskistas noutros países é praticado com alguma regularidade.

À época, a IV Internacional estava sediada na Bélgica, em Bruxelas, encontrando-se próxima de Paris, onde existiam várias organizações trotskistas, entre elas uma bastante ativa saída do Maio de 68, a Liga Comunista Revolucionária (LCR)<sup>35</sup>, dirigida por Alain

---

<sup>26</sup> Estudante de Filosofia viria a tornar-se Professor de Filosofia da Universidade do Porto.

<sup>27</sup> Estudante de medicina viria a ser médico psiquiatra.

<sup>28</sup> Estudante de Engenharia Civil e responsável pelos desenhos dos “contestas”, mais tarde, viria a ser cineasta.

<sup>29</sup> Estudante de filosofia, que é, hoje em dia, um dos mais importantes historiadores do país e irmão do ex-ministro das finanças, Eduardo Catroga.

<sup>30</sup> Estudante de Filosofia Românica tornou-se um dos jornalistas mais importantes na área da cultura e foi sub-diretor do jornal Público.

<sup>32</sup> Presidente da Associação Académica de Coimbra (AAC) no ano letivo de 1969/1970.

<sup>33</sup> Em setembro de 1970 seria fundado o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), a organização embrionária do futuro Partido Revolucionário do Proletariado Português (PRPP). Esta organização, dirigida por Arnaldo Santos, criticava o PCP, dizendo que este tinha deixado de ser o partido do proletariado para passar a adotar uma ideologia revisionista. Segundo o jornal *Luta Popular*, nascido em 1971, o MRPP deveria reger-se por “uma linha política e nos seus métodos de organização pelos princípios do marxismo-leninismo e pela experiência histórica da *Luta Proletária* nacional e internacional contra o capitalismo e o imperialismo, contra o oportunismo e o revisionismo, pela construção do socialismo” (“Luta Popular”; 1971 *apud* Martins, Loureiro, 1980: 20).

<sup>34</sup> O isolamento internacional foi uma das grandes bandeiras do regime do Estado Novo.

<sup>35</sup> A LCR estava ligada ao Secretariado Unificado de Ernest Mandel, que defendia uma teoria na qual nomeava três setores fundamentais ao avanço da revolução mundial: movimento operário, movimento estudantil e movimento anticolonial.

Krivine<sup>36</sup>. Uma parte da juventude estudantil portuguesa, quando não fugia à guerra colonial, esforçava-se pelo menos por exercer o “internacionalismo possível”, do qual fazia parte viajar para comparar. A atração pelo estrangeiro assumia em Portugal “uma dimensão especial”, não só porque representava “uma inversão dos valores do fechamento e da auto-suficiência fomentados pelo Estado Novo, como era quase sempre uma oportunidade para, nas entrelinhas, se rejeitar a ditadura vigente” (Cardina, 2010:107).

Em Paris, os estudantes portugueses referidos vão participar em comícios da LCR, contactar com outras organizações trotskistas que existiam na altura (por exemplo, de tendência lambertista), e assistir a discussões de intelectuais como Marcuse. Após estes primeiros contactos com o trotskismo, vão trazer para Portugal uma panóplia de informações sobre esta corrente política, através de livros sobre a história de Trotsky, a corrente trotskista, e de outros marxistas revolucionários, como Rosa Luxemburgo, livros esses que viriam a editar em Portugal.

### **3.1 Formação dos Grupos de Ação Comunista**

Uma vez já transformados em simpatizantes do trotskismo, aqueles estudantes radicalizados vão-se aculturando nesse quadro teórico-político, o qual é afim a um marxismo extremista e antiburocrático, e começam um trabalho de disseminação do ideário da IV Internacional, organizando núcleos noutras cidades, em especial no Porto e em Lisboa. As correntes vindas de Paris expandem-se a estas cidades através da organização de células trotskistas, dando origem aos Grupos de Ação Comunista (GAC)<sup>37</sup>. Francisco Sardo, mais tarde um filósofo da Universidade do Porto, e João Cabral Fernandes, que viria a ser médico psiquiatra, liderariam estes grupos, constituindo, portanto, parte da geração mais velha daqueles agrupamentos com ligações às fileiras

---

<sup>36</sup> Foi um dos líderes do Maio de 1968. Até 2006 exerceu atividades políticas na Liga Comunista Revolucionária, tornando-se o último da geração radicalizada de 1960 ao serviço da LCR. Foi dirigente da LCR e do Secretariado Unificado (SU).

<sup>37</sup> Os estudantes associados a estas ideologias concentravam-se, essencialmente, em Lisboa, Porto e Coimbra, por isso, só faria sentido que os GAC's fossem criados nestas mesmas localidades. Estes grupos de ação comunista tinham uma Comissão Coordenadora Nacional composta por João Cabral Fernandes, Manuel Resende, Francisco Sardo, e outros militantes. O primeiro GAC, denominado de Outubro, nasceu pela mão de António Marinho, em 1971.

francesas da IV Internacional. Assim, é possível afirmar que as raízes do trotskismo português se situam no terreno estudantil e na experiência colhida em circuitos internacionais europeus. Os meios estudantis universitários e os liceus, como iremos ver mais à frente, formariam um contexto de luta, recrutamento e combate ideológico para aqueles jovens.

O GAC de Lisboa ficaria sob a chefia de João Cabral Fernandes, enquanto a liderança do GAC do Porto, que ficaria conhecido por Célula Leon Trotsky<sup>38</sup>, seria entregue a Francisco Sardo. É curioso constatar que o pequeno grupo de Coimbra viria a dar origem à disseminação dos trotskistas por todo o país, que mais tarde serão figuras conhecidas nos ambientes políticos, académicos e intelectuais portugueses.

No Porto, o GAC chefiado por Francisco Sardo, encontrou um grande campo de recrutamento de estudantes para a militância trotskista. É importante ter em conta que o movimento estudantil a partir de finais de 1960 começa a distanciar-se, nos seus meios mais radicalizados, da influência do PCP. Ao contrário deste, por vezes cauteloso na abordagem explícita da guerra colonial, o emergente radicalismo de esquerda colocou-a no topo da agenda reivindicativa (Cardina, 2010:92). A efervescência estudantil contra a ditadura e a guerra colonial fazia-se sentir um pouco por todo o país. O regime e a Guerra Colonial eram alvos de luta bem evidentes, moldando tanto o discurso crítico como a intervenção política da juventude portuguesa, pois o espectro da juventude era ingressar no exército e combater numa guerra que se prolongava desde 1961 e que aparecia sem futuro após a derrota dos EUA na guerra do Vietname.

Em Lisboa, principalmente na Faculdade de Medicina de Lisboa, constitui-se um centro do surgimento e desenvolvimento das organizações trotskistas. Era, essencialmente, na Associação de Estudantes (AE) desta faculdade (assim como na AE de Económicas, donde surgiu o conhecido líder socialista Ferro Rodrigues) que se faziam os panfletos e comunicados difusores das ideias trotskistas, para posteriormente serem distribuídos nas restantes faculdades e mesmo no ensino secundário. Os estudantes

---

<sup>38</sup> A Célula Leon Trotsky seria criada por Francisco Sardo, José Pessoa, Francisco Vale, Francisco Monteiro da Silva, Ferreira dos Santos, Manuel Resende e João Lafuente.

trotskistas ligados ao Movimento Estudantil do Ensino Secundário<sup>39</sup> também se dirigiam à Faculdade de Medicina de Lisboa para editar os seus panfletos. Os militantes oriundos da Faculdade de Medicina tornaram-se, deste modo, muito importantes no seio das organizações trotskistas, como é o caso de João Cabral Fernandes, um dos militantes com papel destacado nesta altura e que viria a ser o primeiro dirigente da LCI<sup>40</sup> fundada em 1973 e que se intitulava secção portuguesa da IV Internacional (nesse mesmo ano, surge outra organização trotskista, a Liga para a Construção do Partido Revolucionário). De referir ainda que, na Faculdade de Medicina, João Cabral Fernandes, encabeçaria, também, a Comissão de Luta Contra a Repressão (CLCR), surgida a 19 de outubro de 1972.

. Em Paris, o hoje conhecido jornalista Ferreira Fernandes, Cândido de Azevedo e Fernando Baptista, juntam-se e formam dentro da francesa LCR um jornal denominado *Combate Operário*, o que pode ser tido como parte do processo de formação da LCI. Nesta altura, surgem também, organizações como a União Operária Revolucionária (UOR) e a Organização Marxista Internacionalista Revolucionária (OMIR), ambas no Porto. Estas estruturas iriam funcionar como uma espécie de “estágio” para a criação futura de estruturas mais sólidas e eficazes.

Apesar do trotskismo ter chegado a Portugal no final da década de 60, esta corrente marxista revolucionária não teve verdadeira e significativa expressão organizativa até 1970. Nos anos seguintes nascem entretanto duas alas trotskistas: o *Grupo de Estudantes*, estudantes maioritariamente do ensino secundário mas também alguns das universidades, e os editores dos jornais *Grito*, *Outubro* e *Impulso* (na forma de folhetos dos liceus D. João de Castro, D. Pedro V e Amadora). Do Grupo de Estudantes surgirá a componente principal da LCI e do agrupamento do Grito, Outubro e Impulso, o GMR e o seu sucessor, o PRT. A LCI veio a alinhar-se com a ala da IV Internacional dirigida por Ernest Mandel

---

<sup>39</sup> Os liceus Padre António Vieira e D. Pedro V são exemplos de duas escolas situadas em duas zonas privilegiadas da cidade que albergavam, por isso, estudantes de camadas médias e médias altas. Estes jovens não se reviam nos regimes em vigor.

<sup>40</sup> A Liga Comunista Internacionalista viria a ser co-dirigida e muito auxiliada por militantes internacionais, franceses e suíços. Em 1978 fundiu-se com o PRT, dando origem ao PSR, a atual Associação Política Socialista Revolucionária (APSR).

e o GMR/PRT com a facção de Nahuel Moreno. Em comum, as duas facções trotskistas, no período de luta estudantil em 1972-74 tinham a crítica ao chamado “sindicalismo estudantil”, defendido pelo PCP e a sua organização juvenil UEC e pelos maoístas, por, ao contrário destes, não considerarem os estudantes como uma classe ou um grupo social.

Estes grupos (onde militavam figuras hoje conhecidas como Francisco Louçã, o editor Francisco Vale, os historiadores Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Monteiro, os filósofos Viriato Soromenho Marques e o sociólogo José Luís Garcia, entre muitos outros, vão colocar-se em polémica com outros de tendências maoístas (onde militavam Nuno Crato, João Carlos Espada, Mariano Gago, Saldanha Sanches, Fernando Rosas, Maria João Rodrigues, etc), para além dos vinculados ao PCP<sup>41</sup>. Os grupos trotskistas não se identificavam com nenhum regime existente, nem com a democracia representativa, nem com a Rússia, nem com a China; aspiravam a uma revolução mais autêntica e não burocrática” (depoimento: JLG)<sup>42</sup>. Miguel Cardina, na sua obra “*O essencial sobre a esquerda radical*”, lembra que qualquer que seja a génese da extrema-esquerda, é certo que “acabou por se definir historicamente em torno de atitudes políticas centradas na desconsideração do parlamentarismo e na defesa de lógicas de intervenção hostis à transigência e ao reformismo”.

### **3.2 Genealogia dos grupos trotskistas**

Os GAC foram a origem mais remota de um núcleo estudantil clandestino chamado *Toupeira Vermelha*<sup>43</sup>, que teve origem nos grupos de estudantes dos liceus Pedro V e

---

<sup>41</sup> Fizeram parte destes agrupamentos trotskistas figuras como Cláudio Cavaco, Francisco Louçã, José Luís Garcia, Bernardo Vasconcelos e Sousa, António Louçã, Luís Leiria, Valério Arcari, Nuno Monteiro, Nuno Nabais, Olga Pombo, João Pascoal, Gil Garcia, João Grosso, António Grosso, António Gomes e Heitor de Sousa.

<sup>42</sup> José Luís Garcia em entrevista ao autor do texto.

<sup>43</sup> A expressão *Toupeira Vermelha* advém de *Taupe Rouge*, que era o nome de uma organização de militantes juvenis da Liga Comunista Revolucionária de França. O conceito *Taupe Rouge* vem, por sua vez, de Karl Marx. Karl Marx identifica a revolução como a ação de uma toupeira que escava por baixo para ver se a sociedade se derruba. A imagem da revolução em Karl Marx é a imagem da toupeira. O *Toupeira Vermelha* seria, também, o nome do jornal que daria voz ao núcleo estudantil do grupo *Toupeira Vermelha*.

Padre António Vieira e era dirigido por Francisco Louçã. Por sua vez, e como se disse já, os jornais *Grito*, *Impulso* e *Outubro*, deram origem ao GMR/PRT, ao qual pertenceu a Aliança Socialista da Juventude (ASJ) e cujo órgão será o CS. Dos GAC de Coimbra surgiu o jornal também clandestino *Ação Comunista*, que se afirmava como um agente ativo na construção do Partido Operário Revolucionário. A partir deste, por decisão dos dois GAC estruturados em Lisboa e Coimbra<sup>44</sup>, surgiria a LCI e o *Luta Proletária*, principal jornal desta organização.

Nos jornais clandestinos que antecederam o LP e o CS, os militantes trotskistas discutiam e divulgavam textos de Karl Marx, Lenine, Trotsky, Marcuse, Ernest Mandel, entre outros, que se debruçavam frequentemente sobre temáticas ligadas às questões da sexualidade<sup>45</sup>, da identidade juvenil e da importância dos grupos juvenis fazerem esforços favoráveis à revolução dos trabalhadores. O trotskismo distinguia-se de outras correntes mais radicais e de maior envergadura, como as comunistas e as maoistas, por um menor dogmatismo e uma maior abertura à reflexão. Os trotskistas atribuíam, assim, segundo Miguel Cardina, “uma importância considerável à teoria, materializada na frequente organização de grupos de estudo, realizados não só em torno da política, em sentido estrito, mas também sobre literatura, pedagogia ou sexualidade”. A esquerda radical, acrescentaria, foi caracterizada pelo combate à alienação, não só económica, mas também psicológica, sexual, cultural e ideológica. Neste sentido, “tratava-se de alargar as frentes de luta a campos então desvalorizados pelo marxismo mais tradicional” (Cardina, 2010:24).

Não se desconhece que as divisões entre os trotskistas neste período da sua formação se cindiram por razões frequentemente de choque de personalidades, mas também apareciam fatores de diferenciação tática. Por exemplo, o *Impulso*, o *Grito* e o *Outubro*, tendiam a ser propícios a ações com algum uso de violência, mas não armada. Vejamos um depoimento: “Entrávamos noutros liceus, não no nosso, um grupo de quatro ou cinco

---

<sup>44</sup> O GAC do Porto não teria tanta relevância nesta decisão, uma vez que acabaria com a organização para formar a UOR.

<sup>45</sup> As obras do freudo-marxista Wilhelm Reich (1897-1957) exploram particularmente esta dimensão. Os seus estudos sobre a repressão sexual, levados a cabo sobretudo nos anos 30, encontraram eco significativo na juventude escolarizada das décadas de sessenta e setenta, em virtude da confluência entre as teses reichianas e a revolução sexual em curso.

peessoas, com uma meia na cabeça. Arrancávamos os fios telefônicos para não se chamar a polícia e tínhamos cinco a dez minutos para podermos falar com outros estudantes até a polícia aparecer. Quem fosse apanhado a falar da Guerra Colonial <sup>46</sup> e contra a presença dos portugueses em África<sup>47</sup> era preso imediatamente. Os outros grupos não faziam tanto ações deste tipo, de cariz mais violento” (depoimento JLG). Desde que começou a ter expressão em Portugal, a extrema-esquerda compreendeu sempre a violência “como um meio indispensável para se alcançar uma desejada sociedade sem classes”, defendendo, desta forma, a luta armada, em detrimento de movimentos pacifistas (Cardina, 2010).

Em Outubro de 1973 é publicado o primeiro número do *Acção Comunista* e, no mês seguinte, nascia o *Luta Proletária*. Em dezembro do mesmo ano é realizada uma Conferência Nacional, em Peniche, que funda a LCI (mais tarde, tanto a LCI como o PRT vão unir-se para fundir o Partido Socialista Revolucionário (PSR)). Em 1974, estas organizações políticas eram muito débeis, essencialmente organizadas por militantes muito jovens, com idades compreendidas entre os catorze e os dezoito anos, universitários ou ainda estudantes de liceus. Este facto poderá ter contribuído para a fraca implantação do trotskismo em Portugal. Para reforçar esta ideia, consideramos pertinente convocar as palavras de Manuel Resende<sup>48</sup>, presentes na dissertação de João Moreira, intitulada “O Trotskismo em Portugal (1968-1974). Geografias de um marxismo vivo”: “o movimento trotskista em Portugal, quando nasceu, era um conjunto de pessoas muito novas... Não tínhamos tradição nenhuma, não tínhamos transmissão de saberes organizacionais, nada, nada... Não sabíamos o que era uma taxa de juro na prática, o que significava pagar um juro de uma casa, compreende? Contrariamente a todas as outras correntes, [o movimento trotskista] não saiu de nenhuma cisão do PC. Portanto, nós éramos virgens, absolutamente

---

<sup>46</sup>Uma característica peculiar destes grupos seria a abordagem constante da Guerra Colonial.

<sup>47</sup> Entre 1961 e 1974, perto de 200.000 jovens faltaram à chamada para a tropa. O número de refratários situava-se, entre 1970 e 1972, já acima dos 20%, contabilizando-se mais de 500.000 faltosos nesses três anos. Tenha-se em conta que, à exceção de Israel, Portugal tinha percentualmente mais homens em armas do que qualquer país ocidental. A mobilização teria sido equivalente aos EUA colocarem 2.5 milhões de homens no Vietname, em lugar dos cerca de 500.000 que lá estiveram.

<sup>48</sup> Manuel Resende, que aderiu aos GAC no Porto, na altura, é, atualmente, um poeta e tradutor bastante reconhecido em Portugal.

impreparados politicamente. Isto é: na prática – nas questões mais simples da prática política – não tínhamos quem nos ensinasse... E tínhamos uma fragilidade enorme, [não tínhamos] nenhuma base social””. Formados ‘a partir do nada praticamente’, Manuel Resende confessa que teriam ‘os defeitos e as qualidades’ daí consequentes” (Moreira: 2013: 73).

Depois do golpe militar de 25 de Abril de 1974, vieram para Portugal militantes trotskistas mais velhos e experimentados, com o intuito de apoiarem, incentivarem e mesmo codirigirem estas organizações constituídas por gente muito jovem. Entre estes militantes trotskistas internacionais que visitaram ou permanecerem por períodos em Portugal, podem-se ser destacados Aldo Casas, GerryFoley<sup>49</sup>, Mario Doglio, Charles Michelloux<sup>50</sup>, Ernest Mandel, Alain Krivine, Hugo Blanco<sup>51</sup> e Nahuel Moreno<sup>52</sup>. Entre 1974 e 1975, estes revolucionários trotskistas eram parte de contingentes de outros militantes vindos de todas as partes do mundo e que se ligaram às organizações portuguesas e à revolução. Espanhóis, argentinos, italianos, cubanos, franceses, brasileiros, norte-americanos, cubanos, entre outros, participaram no processo revolucionário.

---

<sup>49</sup> Foi um dos membros fundadores da Young Socialist Alliance (YSA), organização que estava conotada com o Socialista Workers Party (SWP), a principal organização trotskista dos Estados Unidos em 1960. Foi secretário de Trotsky durante o seu exílio no México. No seu vasto percurso profissional, dedicou dezassete anos da sua vida ao jornalismo, como jornalista do Intercontinental Press, o jornal oficial da IV Internacional na altura. As centenas de artigos de que é autor e mesmo a tradução de obras de Trotsky noutras línguas dar-lhe-iam visibilidade em Portugal.

<sup>50</sup> Juntamente com Alain Krivine, Daniel Bensaïd e Henri Weber criou a Juventude Comunista Revolucionária.

<sup>51</sup> Foi líder dos camponeses do Perú e um dos líderes da facção morenista da IV Internacional.

<sup>52</sup> Foi a figura principal do PRT, uma facção trotskista da IV Internacional.

## Capítulo IV

### 4. O Jornal *Luta Proletária*

#### 4.1 *Breve apresentação e linha editorial*

O LP foi publicado pela primeira vez antes do 25 de Abril, na clandestinidade. Esta informação é revelada na terceira edição deste jornal, publicada a 16 de Julho de 1974, a primeira a sair após a instauração das liberdades políticas em 1974. A periodicidade do LP, embora se assumia como quinzenal, era muito irregular, ficando o jornal durante longos períodos sem ser publicado. Os exemplares não ultrapassam habitualmente as oito páginas. Começaram por ser vendidos a dois escudos e cinquenta centavos, aumentando para três escudos no sétimo número e acabando, o preço do jornal, por se fixar em quatro escudos a partir da décima oitava edição.

Tal como surge em rodapé na última página, o seu endereço postal era no Porto - o Apartado 233. Não constava informação alguma sobre o lugar da redação. A impressão do LP aparece como sendo realizada na gráfica Firmeza. O nome de Rui Jacob surge como primeiro diretor do LP. Apenas na sua sétima edição, a 14 de Janeiro de 1975, é que aparece outro nome como diretor, Manuel Nunes, e outro endereço postal, para além do Porto, em Lisboa - o Apartado 4068. A impressão também se altera para a tipografia Macario. Os artigos nunca são assinados até 18 de Abril de 1975, altura em que aparece uma peça cuja autora daria pelo nome lacónico de Ana Isabel. No mês seguinte, surge outra mulher como suposta autora de um artigo deste jornal, Maria Costa. Mais tarde, a 25 de julho de 1975, 12 de setembro e a 19 de setembro de 1975, Pedro Alves, José Oliveira e Júlio Marques viriam a ser os putativos redatores do jornal durante o período em análise. Certamente, tudo isto deriva dos hábitos de clandestinidade do grupo que editava o LP, a LCI, ou da falta de confiança na transição para a democracia.

Em termos iconográficos, na contracapa, em rodapé, é utilizada uma imagem de uma foice sobreposta a um martelo com o número 4 centrado na imagem. As duas ferramentas simbolizam, respetivamente, o proletariado industrial e o campesinato. A aliança das classes referidas é considerada fundamental para o triunfo da revolução socialista idealizada pelos marxistas-leninistas e marxistas revolucionários. O 4 consiste numa alusão à Quarta Internacional.

No que diz respeito à orientação política do jornal, sabemos que este se encontrava ligado à LCI. À semelhança do que aconteceria com o CS, reclama-se como um jornal que pretendia ser um meio de organização do partido e que teria como objetivo primordial ser instrumento da revolução do partido. Num parêntesis, podemos dizer que, mais tarde, os dois jornais viriam a fundir-se, aquando da unificação entre o PRT e a LCI que deu origem ao PSR, aparecendo sob o nome de Combate Proletário.

No editorial da primeira edição publicada após o 25 de Abril de 1974, o LP evidenciava que, até essa altura, a divulgação e propaganda das lutas operárias, teriam tido “um alcance mais limitado, não só devido à repressão fascista mas também à hegemonia no seio da classe operária das ideias e das práticas reformistas de colaboração de classes e de controlo burocrático sobre sectores importantes da classe operária por parte do PCP”. Como se constata, tratava-se de uma tentativa forte de demarcação do PCP.

Uma vez que o jornal saía, pela primeira vez, em circunstâncias que lhe permitiam uma difusão massiva, tornara-se necessário – sempre na perspetiva do LP - que o seu conteúdo revolucionário fosse atualizado à luz das novas condições da luta de classes criadas pelo derrubamento do aparelho de Estado de Salazar e Caetano de modo a que se pudesse, como aparece escrito, “cumprir o seu papel fundamental como parte do armamento do proletariado na luta contra o capitalismo”. Acrescentavam, ainda, que pretendiam “constituir uma alavanca para a construção da organização revolucionária autónoma da classe operária e das massas trabalhadoras, o PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO, secção portuguesa da QUARTA INTERNACIONAL”. Em síntese, o jornal assumia-se como uma plataforma ao serviço da construção de um Partido cujo fim era a Revolução Proletária e Socialista.

O LP postulava que a situação social estava definida por um período de ascensão das lutas dos trabalhadores à escala internacional (em Espanha, Inglaterra, França, países coloniais, entre outros), por isso assumia procurar “estabelecer ligação entre as lutas operárias em Portugal e as que se travavam noutros países”. Declarava, deste modo, a vontade de estar em linha com a solidariedade internacional, um dos grandes princípios orientadores da IV Internacional. O jornal comprometia-se a “impulsionar palavras de ordem, formas de luta e de organização unificadoras e anti-capitalistas”, tornando-se um “instrumento de serviço dessa luta”, assim como abrir as suas páginas à discussão dos

problemas respeitantes à auto-organização da luta revolucionária da classe operária e massas trabalhadoras e levar à prática “a ligação internacional das lutas operárias e da vanguarda”. Acrescentam ainda que “se é certo que as condições de luta se modificaram após a queda do fascismo, não o é menos que os objectivos se mantêm: a exploração contínua, a guerra colonial imperialista contra os operários e trabalhadores de Angola, Guiné-Cabo Verde e Moçambique prossegue, a repressão capitalista abre caminho”.

O LP aproveitava, igualmente, o seu espaço, para tecer críticas à restante imprensa. Com o golpe militar e o proliferar de jornais associados a novas correntes políticas, a população portuguesa via-se com acesso a um vasto leque de novos conteúdos que, até então, só encontravam eco na imprensa clandestina, mas tornara-se este tipo de imprensa revolucionária ainda mais necessário como meio de afirmação, defesa e divulgação das lutas operárias. Os jornais revolucionários vinham “conferir liberdade de expressão a novos atores sociais, uma vez que os meios de comunicação tradicional retomavam com poucas alterações”, acusava o LP. A respeito destes, lê-se: “a sua missão de sempre: enganar os operários e trabalhadores, afastar a sua atenção da luta de classes e da exploração de que são vítimas (...) as versões da Intersindical ou do Governo Provisório na RTP e outros órgãos de cariz público não defendem os interesses dos trabalhadores”. Nesse mesmo editorial, alertava-se, ainda, para a necessidade da existência de uma imprensa porta-voz dos trabalhadores, pois, como escreviam, “esta repressão sobre os meios de informação é apenas uma parte (embora parte integrante e importante) da repressão capitalista que procura conter o avanço da luta dos trabalhadores”, “o agravamento da repressão capitalista sobre as organizações revolucionárias e sobre os operários e trabalhadores em luta não deve ficar sem resposta”. O jornal reforçava, por diversas vezes, que a imprensa da esquerda revolucionária era a única capaz de estar ao serviço dos trabalhadores.

O editorial citado salientava, também que, as organizações da esquerda revolucionária se deveriam unificar contra a repressão capitalista, defendendo a realização de greves, as ocupações de fábricas, as manifestações operárias, a gestão democrática das lutas operárias através das assembleias de fábrica, impulsionando e organizando os piquetes de alastramento e autodefesa das lutas, embriões de destacamentos operários de combate e de milícias operárias. Todas estas iniciativas viriam a ser alvo de destaque nas páginas do LP.

O principal objetivo destes grupos de esquerda radical era unirem forças e movimentos para derrotarem o Governo, independentemente das diversas posições políticas que os uniam: “A repressão capitalista não distingue as posições políticas quando se trata de golpear os revolucionários. Por isso, sem cessar um só momento a crítica recíproca e o debate sobre as divergências políticas e práticas, nós não distinguiremos entre as organizações revolucionárias quando se tratar de defender aquelas que são golpeadas pela regressão”.

## 4.2 Manchetes e títulos

Numa primeira análise às manchetes do LP há um elemento visual no cabeçalho que se destaca pelo seu cariz político implícito: a célebre frase do Manifesto Comunista “Proletários de todos os países, unamo-nos!”<sup>53</sup>. No canto superior esquerdo, de notar a utilização de uma imagem de um punho cerrado a segurar uma ferramenta, um dos símbolos do operariado. No cabeçalho, podemos ler o título do jornal e, imediatamente abaixo, a sua identificação política: jornal comunista-internacionalista. Vejamos um exemplar da capa e contra-capa do primeiro LP:



Ilustração 1- Manchete da edição nº1 do LP Ilustração 2- Contra-capa da edição nº1 do LP

<sup>53</sup> Em Setembro de 1847 apareceu em Londres uma revista comunista em língua alemã que trazia no cabeçalho a frase que depois se celebrou: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (Roche; Richard, 1979:87)

A manchete da primeira edição é, essencialmente, caracterizada por uma mancha textual, não se dando privilégio às imagens. São apresentados três blocos informativos (o editorial, uma entrevista a uma trabalhadora dos CTT e um artigo de opinião sobre a situação económica do país) que começam a ser relatados nesta primeira página, sendo o leitor, posteriormente encaminhado para o interior do jornal para concluir a leitura dos mesmos. De notar também a presença de uma pequena imagem de uma manifestação da LCI contra o colonialismo e a guerra colonial, realizada no Porto, com os manifestantes a erguerem um cartaz onde se pode ler: “Ao mesmo inimigo o mesmo combate”, detetando-se o recurso às palavras de ordem.

### **4.3 Temáticas dominantes**

No sentido de delinear e interpretar os principais blocos temáticos que emergem no CS seguiu-se a mesma definição de categorias que presidiram ao estudo do LP. Ao longo dos jornais submetidos a análise descobrimos as seguintes: *movimentos estudantis, lutas operárias, panorama da realidade portuguesa, solidariedade internacional, independência das colónias e textos doutrinários.*

#### **4.3.1 Lutas operárias**

##### **a. Caso dos CTT**

Desde logo, as lutas operárias constituem o maior bloco temático do LP. Um dos conflitos neste tópico a que o LP dá enorme peso é a greve dos CTT, um processo marcante nos confrontos entre o Governo e os trabalhadores em 1974.

Um dos aspetos mais vinculados pelo jornal no que diz respeito a esta manifestação era a forte pressão do PCP, da Intersindical e da Junta Militar, para impedirem a greve destes funcionários públicos. Para o LP, o PCP procurava desmobilizar as greves que grassavam por todo o país. Como referiam no jornal, “a questão das pressões que sofremos põe-se mais, para já, na denúncia da atitude direitista e provocatória do PC e Intersindical, ao atacarem a nossa greve, do que à pressão do público” (*Luta Proletária*, 16 de Julho de 1974, pp.4). A 28 de maio, o Comité Central do PCP havia emitido um comunicado dirigido a toda a classe operária sobre as greves, intitulado “Contra as manobras da reacção”, ao qual o LP fazia uma breve referência. Nesse comunicado, podia

ler-se: “Estamos perante o conluio dos elementos mais reaccionários ainda não desalojados das suas posições pelo movimento de 25 de Abril, os quais, com a ajuda consciente de grupos aventureiros ditos de esquerda, procuram empurrar a situação para o caos económico e destruir as conquistas democráticas até agora alcançadas (...) é necessário impedir que se arrastem os conflitos sociais, que a vida económica e social seja gravemente afectada por greves, que a desorganização da produção dos transportes e dos abastecimento provoquem um amplo descontentamento (...)”.

Desta forma, os sindicalistas do PCP queriam alertar para os perigos de uma “anarquia económica”. A “arma dos operários e trabalhadores descontentes”, a greve, não podia, para esta organização política, ser usado com leviandade. O LP considerava que o PCP, o “verdadeiro problema do surto grevista de Maio e Junho”, escapava ao seu controle, punha em causa o Governo Provisório e engrossava as fileiras dos militantes da extrema-esquerda. O PCP temia, igualmente, que a agitação laboral pusesse em causa a sua posição no Governo Provisório. O PCP acreditava que era necessário esgotar outras formas de luta. Segundo o Partido Comunista, deveria esperar-se até às eleições e, só depois, ocupar-se-ia dos interesses da classe operária através das reformas profundas que, consideravam, serem impossíveis à altura. Já os membros dos núcleos trotskistas, afirmavam que não deviam esperar pelas eleições para tomarem medidas de carácter mais urgente, impulsionar ações de massas e ideias revolucionárias. Para estes, adiantava o jornal, “só a violência organizada do proletariado, derrubando o Estado burguês, destruindo o capitalismo, instaurando a ditadura do proletariado, sob a forma de conselhos operários (soviets), poderá iniciar a transformação socialista da sociedade”. Frequentemente, descredibilizavam os comunistas: “[o PCP] para já vai-se ocupando dos interesses dos patrões procurando aplicar fielmente o programa do governo que lhe foi proposto. (...) Nós não acreditamos que no caso de uma vitória eleitoral do PCP e do PSP estes se disponham a lutar de facto pelos interesses da classe operária pondo em causa a continuação da exploração capitalista”.

A propósito destes movimentos do PC, o LP lembrava, frequentemente, a importância dos diversos grupos da esquerda revolucionária, tais como o PRPP, o MES, a LUAR e a LCI, substancialmente mais estruturados que as massas trabalhadoras, contribuindo para uma melhor organização das massas operárias e ajudando-as na divulgação das greves. Encontrávamo-nos, assim, segundo o jornal, perante um operariado “mais consciente da sua força e da sua importância económica e política, mais

tenaz, mais experiente e muito menos iludido sobre a natureza e o papel dos partidos comunista e socialista”.

O LP era, assim, determinado por uma retórica revolucionária muito vinculada, mais evidente que a do CS. O CS era mais caracterizado por marxistas revolucionários sob aparência socialista.

### **b. Desemprego**

Num artigo específico em que se manifestam contra os despedimentos, os trabalhadores questionam-se: “como podemos nós lutar contra os despedimentos sem recorrer à greve?” (*Luta Proletária*, 16 de Agosto de 1974, pp.5). A par disso, é frequentemente denunciada pelos operários a falta de honestidade dos patrões aquando dos despedimentos e, por vezes, mesmo ilegalidade: “Não falta imaginação aos capitalistas quando se trata de nos enganar. (...) nós aprendemos a nunca confiar nos patrões (...) Os capitalistas procuram assim resolver as suas dificuldades nas nossas costas atacando o direito ao trabalho que é o único direito sério que temos nesta sociedade baseada na nossa exploração” (*Idem*). A importância de uma das grandes lutas dos operários – os despedimentos – vem, assim, várias vezes mencionada, acompanhada de palavras de ordem e textos propagandísticos:

*“Camaradas: A nossa luta é demasiado importante para ser deixada nas mãos dos burocratas reformistas. A luta contra os despedimentos e o desemprego é uma luta difícil. Contudo poucas são tão necessárias e importantes para cimentar a unidade dos trabalhadores e para impedir que milhares de operários sejam lançados na miséria”*

*“Contra o desemprego que nos divide e permite aos patrões diminuírem ainda mais os salários; Lutemos pela semana de 40 horas sem diminuição dos salários nem aumento dos ritmos de trabalho; Exijamos a reforma aos 50 anos, não apenas para diminuir o número de desempregados mas ainda porque merecemos mais de que morrer a trabalhar; Lutemos para que o trabalho existente seja dividido pelos braços disponíveis. É preciso que todos trabalhem menos para que todos possam trabalhar”*

(*Luta Proletária*, 16 de Agosto de 1974, pp.5).

A entrada do PCP no Governo Provisório e o seu esforço para pôr fim às greves contribuiu para que muitas comissões de trabalhadores fossem dirigidas por grupos de extrema-esquerda, que, apesar de muitos e ideologicamente distintos, também crescem, e em grande medida esse crescimento dá-se onde o PCP tenta controlar ou pôr fim aos conflitos de classe (Ventura, 1985:229).

A organização da IV Internacional em Portugal fazia, ainda, recorrentemente, alusão à criação de sindicatos contra a exploração capitalista; incentivava a radicalização e alastramento de todas as lutas do operariado e ao desenvolvimento de formas de autodefesa das lutas e organizações operárias. Apelava, também, à instauração do poder revolucionário dos operários e trabalhadores.

#### **4.3.2 *Panorama da realidade portuguesa***

Perante o caos político que se vivia em Portugal é muitas vezes trazida a reflexão, nestes jornais, a situação política portuguesa.

O I Governo Provisório, saído do 25 de Abril, delineava como principais objetivos reforçar o exercício do poder político do capital financeiro europeísta, afastando do aparelho de Estado os representantes das frações menos dinâmicas do capital bancário, comercial ou industrial. A par disso, o órgão máximo do poder em Portugal, falava frequentemente em modernizar a economia através do reforço do sector monopolista e acelerando as ligações económicas e políticas à Europa capitalista (CEE), alargando os mercados de capitais e mercadorias ao Leste, África do Norte e América do Sul. Procurava-se, deste modo, reproduzir o LP “criar um verdadeiro partido do capital financeiro, concebendo uma burocracia sindical reformista que se adaptasse às necessidades dos operários, não lhes conferindo, assim, livre arbítrio para realizarem greves e fazendo depender o aumento dos salários do aumento da produtividade”. Comprometiam-se, ainda, o Governo, a criar um Estado semelhante ao existente, na altura, em França: um Estado bonapartista e militar. É curioso constatar que em *A Rússia em Guerra*, Trotsky já tinha antevisto este cenário: A incapacidade do proletariado para assumir nas suas mãos “o comando da sociedade podia, efectivamente, levar à emergência de uma nova classe exploradora saída da burocracia bonapartista e fascista (...) seria um regime de decadência que significaria o crepúsculo da civilização” (Trotsky *apud* Bensaïd, 2008:68).

A exemplo disso, o LP apela para a vontade do Governo em “fornecer um quadro legal e institucional às lutas operárias, de forma a substituir os sindicatos”. Esta era, segundo o jornal, “a forma de dominação fascista da burguesia para um ‘Estado Forte’ do mesmo tipo daquele que existe em França através da atual forma de Estado bonapartista e militar”. Apesar dos objetivos bem definidos pelo Governo Provisório, este vir-se-ia numa dura luta com o operariado para os conseguir concretizar. Depois da queda do antigo regime, a luta grevista alastra-se e radicaliza-se com uma “explosão da consciência e da combatividade do operariado” realizando-se centenas de greves e assembleias de fábrica, elegendo-se Comitês de Greves (Minas de Panasqueira, Messam CUF, etc.), expulsando administradores e encarregados reacionários, reivindicando aumentos iguais de salários e a redução da jornada de trabalho e formando alguns bastiões da nova consciência e combatividade operária (Messa, Timex, Mabor, Lisnave, CTT, Minas da Panasqueira, Robbialac, etc.).

As massas operárias estavam, assim, cada vez mais bem organizadas e os novos setores operários iam-se incorporando na luta encorajados pelas vitórias alcançadas, não se aguardando uma luta pacífica. A situação económica do país, que tenderia a piorar, segundo a análise do jornal, permitiria “um novo ascenso das lutas dum operariado agora mais consciente da sua força e da sua importância económica e política, mais tenaz, mais experiente e muito menos iludido sobre a natureza e o papel dos partidos comunista e socialista”. O operariado acreditava que “as milícias operárias resultam da extensão e coordenação dos piquetes de greve” e que “a auto-gestão centralizada de amanhã tem de ser preparada na democracia directa das lutas de hoje, na condução das lutas pelos próprios trabalhadores”. A emancipação dos trabalhadores era o grande objetivo declarado por esta classe social que vincaria a sua posição com as palavras de ordem: “Preparemos nas lutas de hoje a revolução socialista de amanhã”.

### **4.3.3 *Independência das colónias***

Impor uma solução neocolonial em Angola, Moçambique e Guiné, formando um governo de coligação “multi-racial” era, na altura, uma das grandes metas do Estado. Além disso, a Junta Militar imprimia aos reformistas, com representatividade no Governo Provisório, o papel de exercerem pressão sobre os movimentos de libertação de modo a que estes se tornassem “razoáveis” [leia-se, depusessem as armas antes do reconhecimento da independência total e incondicional de Angola, Guiné e Moçambique

e da retirada do exército colonialista]<sup>54</sup>. O LP não se inibia de atacar o Governo, alegando que este processo de autodeterminação e independência política a médio prazo, servia apenas “os interesses imperialistas de Portugal, USA, Alemanha, África do Sul, etc” (*Luta Proletária*, 16 de Julho de 1974, pp.3) adiando-se, assim, a independência tão desejada das colónias.

A proposta em causa acabava por ser uma estratégia para lançar entre o proletariado de Portugal e das colónias a ilusão sobre as possibilidades de “um rápido fim de guerra colonial-imperialista e de uma verdadeira descolonização”, afirmavam. Uma das estratégias do governo seria isolar os operários e trabalhadores revolucionários e as alas de esquerda dos movimentos revolucionários e desenvolver as organizações democráticas da pequena burguesia indígena. No entanto, os movimentos de libertação resistiam mais do que a burguesia esperava à imposição de uma solução neocolonial clássica e recusavam-se a depor as armas antes do reconhecimento da independência de Angola, Guiné e Moçambique. A luta grevista alastrava-se e radicalizava-se, o que deixava adivinhar que a guerra colonial-imperialista tendia a intensificar-se e que a libertação das colónias do domínio imperialista era inseparável da luta dos operários e das massas trabalhadoras de Angola, Guiné e Moçambique. Contudo, os movimentos de libertação viriam a oferecer uma forte resistência à proposta do governo para as colónias. Os movimentos de libertação recusavam-se a depor as armas antes do reconhecimento da independência das colónias portuguesas em África. O *Luta Proletária*, alertava, também, que “a continuação da guerra colonial-imperialista acentua o desgaste do exército e provoca o descontentamento e mesmo um princípio de desagregação das forças armadas”.

Um mês depois, o mesmo jornal recorria ao periódico *Avante* para mencionar uma declaração do Presidente da República, na altura o general Spínola, em que este reconhecia o “direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência”. Tal decisão era reconhecida pelas hostes reformistas, nacionais e internacionais, como sendo um marco histórico para “o caminho irreversível para o fim da guerra colonial”. Contudo, o jornal reagia, dizendo que “tomar como histórica a proclamação de Spínola é não ver que Spínola é um representante de determinada classe. E que não é Spínola que faz história mas sim as classes nas suas lutas!”. O possível fim da guerra colonial anunciado

---

<sup>54</sup> Artigo intitulado “Preparemos e organizemos a nossa vitória” in *Luta Proletária*, 16 de Julho de 1974, pp. 3.

e o reconhecimento do direito à independência, diziam, “não significam necessariamente o início da independência e da liberdade dos trabalhadores africanos e muito menos o fim da exploração capitalista em África”, acrescentavam. Na verdade, esta medida, para os trotskistas, como tantas outras, vinha camuflada. A independência não iria ser conquistada tão cedo: “Depois da independência da Guiné, segundo o governo, haverá um processo de descolonização em Angola e Moçambique. Os Movimentos de Libertação juntamente com outros agrupamentos políticos e as Forças Armadas portuguesas levá-lo-ão à prática, através de Governos de coligação” (Luta Proletária, 16 de Agosto de 1974, pp.3). Acrescentariam, ainda, num artigo intitulado “Poderão Spínola e Soares impor uma solução Neo-colonial?“, que “a longa luta dos trabalhadores africanos não desapareceu pela força dos exércitos coloniais, não desaparece agora pela vontade dos reformistas: o inimigo mantém-se, os capitalistas portugueses e estrangeiros não deixaram de ser exploradores e opressores” (*Idem*).

A questão da união entre as diferentes camadas sociais é, também, evidente nesta terceira edição do jornal: “Todas estas lutas mostram que a questão da libertação das colónias do domínio imperialista é inseparável da luta dos operários e das massas trabalhadoras de Angola, Guiné e Moçambique pela sua libertação social, pela revolução socialista”. A luta dos operários em Portugal e nas colónias era indissociável e imprescindível para que os operários conseguissem unir esforços para criarem, juntos, um governo socialista, dizia o LP: “Esta luta e esta organização são as únicas que tornarão possível que a derrota do colonialismo português em África se transforme na revolução socialista em Angola, Guiné e Moçambique”. Relativamente a este artigo, importa dizer, ainda, a vontade expressa do jornal na “formação de uma central única que seja um instrumento de luta efectivo dos trabalhadores contra a exploração capitalista”.

Face ao isolamento dos movimentos de libertação, ao agravamento da crise e à continuação da luta, afirmava o LP, “só o desenvolvimento da revolução socialista africana pode quebrar o isolamento e as ilusões exclusivamente nacionalistas que os trabalhadores africanos alimentam a par da crescente solidariedade internacionalista dos revolucionários africanos e de todo o mundo”. Acrescentaria, ainda, que “os reformistas chegam tarde. Mesmo a sua presença no governo provisório não oferece garantias de ‘seriedade’ dos capitalistas: a estes, só lhes interessa aumentar os lucros, manter a exploração, continuar a luta, se necessário. Os trabalhadores sabem isso!”. O apoio internacional deveria, assim, desenvolver-se, denunciando as tentativas neocoloniais,

estando ao lado de todos os trabalhadores africanos, por uma “independência imediata e incondicional e pela revolução socialista”. O LP solidarizava-se, assim, com a luta dos portugueses em África: “Os trabalhadores em luta nas colónias não estão sozinhos. Com eles, as lutas dos revolucionários portugueses contra a guerra colonial, um movimento anticolonial que se começa a desenvolver, milhares de pessoas na rua manifestando-se por várias vezes pela independência imediata para as colónias”.

### **4.3.3 Solidariedade Internacional**

Embora a presença de artigos solidários com as lutas operárias de outros países, no LP, seja menor do que no *Combate Socialista*, a sua importância não deixa de ser a mesma para os membros da LCI, simpatizantes da IV Internacional. Nesta análise destacam-se os casos da Argentina, Espanha, Vietname e Camboja.

O LP expressa a sua camaradagem com o PST da Argentina, lembrando o acentuar do “terror” praticado contra os militantes operários combativos e os militantes revolucionários, dos quais destacavam os atentados “à bomba e à metralhadora” contra as sedes das organizações políticas operárias e contra as sedes de sindicatos dirigidos por tendências de luta de classes e os raptos de militantes que eram, posteriormente, espancados, torturados e mesmo assassinados. Neste artigo, assinado pelo SU da IV Internacional, o que comprova que este jornal não era só feito por militantes portugueses, esta organização apelava para que se constituíssem grupos de autodefesa operária, pois, dizia, “são os únicos meios capazes de quebrar a ofensiva dos terroristas de extrema-direita e afastar a ameaça fascista” (Secretariado Unificado da IV Internacional, 3 de Junho de 1974 in *Luta Proletária*, 16 de Agosto de 1974, pp.4).

Relativamente a Espanha, talvez por ser o país vizinho, o LP era mais incisivo nas palavras de ordem. Vejamos exemplos:

*“O que se passa em Portugal é um ensaio para a burguesia espanhola. Para ela é necessária a substituição política de FRANCO. Mas o processo, apressado pela doença do ‘generalíssimo’, obriga os capitalistas espanhóis a garantirem a sua sobrevivência”*

*“Portugal deverá tornar-se uma base de acção dos revolucionários espanhóis, sem qualquer restrição: asilo a qualquer revolucionário, apoio total aos trabalhadores espanhóis”*

*“Face ao ataque violento do regime contra o movimento operário e os revolucionários, a nossa tarefa de solidariedade tem um fim claro: permitir aos trabalhadores espanhóis fazer as melhores experiências de luta na melhor relação de forças, facilitar o desenvolvimento de uma alternativa à substituição do regime franquista”*

*(Luta Proletária, 16 de Agosto de 1974, pp.12).*

A luta pela libertação dos povos do Vietname e de Cambodja também era frequentemente tema de análise deste jornal. Para estes dois países, salientava o LP, “a solução das suas tarefas democráticas e de libertação nacional será somente a da ditadura do proletariado, que toma a direcção do país oprimido e, sobretudo das suas massas camponesas”. Caberia aos revolucionários vietnamitas e cambojanos, “à solidariedade internacionalista dos revolucionários de todo o mundo, a tarefa de criar uma verdadeira direcção revolucionária da sua luta emancipadora – o partido revolucionário” (*Luta Proletária*, 3 de Abril de 1975, pp.8).

#### **4.3.4. Textos doutrinários**

O jornalismo *partisan* é caracterizado, também, por ser veículo de novos ideais expressos através de textos doutrinários, imprescindíveis para a compreensão do conteúdo da imprensa aqui analisada.

Nestes vamos encontrar, muitas vezes, alusões ao trotskismo, corrente de pensamento coerente com a posição política dos redatores destes jornais, assim como, ao maoísmo e leninismo. Em treze jornais analisados, foram encontrados nove textos de cariz imperativo, intitulados: *A Revolução de Outubro de 1917; O Partido Operário Revolucionário e a Quarta Internacional; “Voz do Povo” e a falsificação da história do movimento operário; As afirmações de Cunhal; O significado político do “anti-trotskismo”; A comuna de Paris; Os maoístas e Lenine e Lenine Vivo.*

Os artigos “A Revolução de Outubro de 1917” e “O Partido Operário Revolucionário e a Quarta Internacional” levam-nos a fazer uma viagem no tempo, ao retratarem a importância do papel do proletariado no mundo ao longo do século XX.

Nestes textos, são destacadas várias datas marcantes para a história do operariado, entre as quais, o ano de 1905, quando os operários de Petrogrado constituíram o órgão que dirigiu toda a revolução, o Conselho de Deputados Operários (Soviete), que

representava a grande maioria da classe operária. A partir daí, foram várias as manifestações e greves nas quais os operários participaram até eclodirem na decisiva Revolução de Outubro que acarretou várias conquistas para esta classe. Os operários portugueses inspiraram-se nestes ideais e forma de luta, pelas quais deram a cara personagens históricas como Lenine e Trotsky, sendo de salientar as referências que o jornal faz, por exemplo, às teses de Abril de Lenine<sup>55</sup> como primeiro passo para a marcha dos bolcheviques para a revolução e às profecias intelectuais de Trotsky, como se pode ler: “Só a ditadura do proletariado pode pôr em movimento a revolução democrática russa. A história deu razão a Trotsky e à teoria da revolução permanente, elaborada em 1907 e à segunda parte dela também, embora por via negativa: as sucessivas derrotas da revolução internacional, se não provocaram a restauração do capitalismo, permitiram o agravamento das tendências internas para a deformação burocrática do Estado Soviético”.

Os ideais de Trotsky, presentes na “teoria da revolução permanente”, são várias vezes lembrados no LP, como se pode ler no seguinte excerto: “os operários e trabalhadores de vanguarda em cada país sabem que a sua luta pela revolução proletária e pelo socialismo não tem fronteiras, não pode ficar limitada ao ‘seu país’, que ela está ligada às lutas do operariado do mundo inteiro e deve portanto estar centralizada num partido mundial da Revolução”. A IV Internacional trotskista, outro dos legados de Trotsky, é, também, alvo de muitas referências neste periódico, destacando-se o facto de ter sido uma fonte de inspiração para os trotskistas em pleno 25 de Abril de 1974, não só pelos ideais que defendia mas pela longa história que a caracterizava, o que espelhava uma grande capacidade de resistência dos membros desta organização perante as conhecidas adversidades de que foram alvo. Nascida numa altura de “grande instabilidade internacional, nas vésperas da segunda Guerra Mundial, numa época em que o fascismo infligia pesadas derrotas à classe operária, a IV Internacional soube, apesar dos golpes recebidos, manter-se até aos nossos dias a herdeira das tradições e experiências do movimento operário internacional, restando com os princípios internacionalistas dos revolucionários da terceira Internacional do tempo de Lenine”, afirmava o LP.

Em 1938, Trotsky afirmava que a situação mundial no seu conjunto caracterizava-se antes do mais pela “crise histórica da direção do proletariado”. Esta afirmação, em

---

<sup>55</sup> “Nada de apoiar o governo imperialista russo; nenhuma ligação com os reformistas mas preparar pacientemente as massas para a tomada do Poder e para o estabelecimento da ditadura do Proletariado – eis o essencial da política de Lenine (...)” (*Luta Proletária*, 28 de Novembro de 1974. pp. 4).

1974, escrevia o LP, era mais válida do que nunca, faltando apenas a criação de um partido operário para os ideais trotskistas vingarem: “na realidade, enquanto as condições objectivas nunca estiveram tão maduras para a revolução socialista, a ausência da direcção revolucionária do proletariado impede que as massas de operários e trabalhadores se lancem ao assalto do poder, resolvendo a favor da revolução e do socialismo a alternativa que o capitalismo e a burguesia colocam: ou o socialismo ou a barbárie de exploração, da dominação imperialista e das guerras”.

A burguesia organizava e acentuava a exploração em todo o mundo, com tanta mais intensidade quanto é profunda a crise que, na altura, atravessava o sistema capitalista à escala internacional, precipitando a bancarrota da sua dominação e colocando na ordem do dia a instauração do poder revolucionário dos operários e dos trabalhadores. Desta forma, as lutas da classe operária contra a exploração internacional dos patrões tendiam cada vez mais a radicalizar-se e a alargarem-se a quase todos os países. Posto isto, podemos afirmar que a tarefa de construção de um partido à escala nacional, o principal objetivo da classe operária, várias vezes frisado nestes jornais, está profundamente ligada à criação de um Partido Mundial da Revolução Socialista. O Luta Proletária, acrescentava, ainda, que a IV Internacional era “a única organização decidida a levar a avante este combate, lutando pela união dos trabalhadores de todo o mundo”.

Uma vez que, até aqui, as lutas do proletariado tinham sido dirigidas sem sucesso por reformistas (os trotskistas em Portugal faziam a analogia com o fracasso das manifestações dirigidas pelo PCP e PS), urgia a necessidade de recorrerem a um novo líder mais capaz e melhor defensor dos seus interesses. Pode ler-se neste artigo, relativamente à ineficácia das manifestações dirigidas por reformistas, que os operários “cada vez compreendem melhor que é impossível pretender defender os trabalhadores por um lado e fazer alianças com a burguesia e os seus partidos e governos por outro”. As vias eleitoralistas e pacifistas das organizações e partidos reformistas, alertavam ainda, “são algemas que impedem a luta ofensiva e até defensiva da classe operária (...)”.

A IV Internacional era contrária à política de colaboração de classes com a burguesia, à união e colaboração com os governos capitalistas, à frente única de todos os trabalhadores contra a reacção fascista, contra a exploração capitalista e pela revolução socialista, ideais com os quais os trotskistas em 1974 se identificavam. Assim, também é objetivo da IV Internacional, diziam “os operários romperem completamente com

qualquer tipo de via pacífica para o socialismo e enveredarem por uma via de auto-organização dos trabalhadores”.

Além de difundirem ideais trotskistas, por vezes, estes artigos doutrinários, limitavam-se a descredibilizarem outras correntes saídas do comunismo como resposta a críticas que recebiam das mesmas. Exemplo disso, é o texto “‘Voz do Povo’ e a falsificação da história do movimento operário”, que contesta o conteúdo de um artigo saído do jornal maoísta “A Voz do Povo”. Nesse mesmo artigo, a corrente maoísta caracterizava o trotskismo como sendo apenas “revolucionário em palavras” e de toda a teoria de Trotsky “não passar de um conjunto de conceitos” e de ser “uma sabotagem do movimento revolucionário nas acções, afastando-o da prática revolucionária do mundo”. O Luta Proletária defende-se das acusações, salientando o papel inegável que Trotsky teve na luta operária, levando aos leitores, mais uma vez, as origens das crenças pelas quais se orientam. O jornal ressaltava o facto de Trotsky ter sido eleito Presidente do Soviete de Petrogrado em 1905 e em 1917; ter assumido a direção do Comité Militar Revolucionário que conduziu a insurreição de Outubro; ter sido Comissário do Povo para os Negócios Estrangeiros no 1º Governo de Lenine e Comissário do Povo para a Guerra, organizando o Exército Vermelho e a vitória na guerra civil; ter pertencido a partir de 1917 até à vitória da reação estalinista à Comissão Política do Comité Central do Partido Bolchevista e de ter feito sempre parte da delegação do partido aos congressos da Internacional Comunista, funções que, diziam “comprovam o carácter participativo e militante, assim como o grande papel de Trotsky na História do movimento operário e revolucionário”. Acrescentava, ainda, o jornal, duas menções de Trotsky referidas na terceira fase da Revolução Permanente, que pretendiam retratar o forte papel do proletariado na revolução:

*“Não somente a questão agrária mas também a questão nacional atribuem ao campesinato, que constitui a enorme maioria da população dos países atrasados, um papel primordial na revolução democrática. Sem uma aliança entre o proletariado e o campesinato, os objectivos da revolução democrática não podem ser resolvidos; não podem mesmo ser seriamente postos. Mas a aliança destas duas classes não se realizará de outra maneira senão numa luta implacável contra a influência da burguesia liberal nacional”*

*“O proletariado, para cumprir a sua missão histórica e dirigir a revolução socialista, precisa de ser o porta-voz de todas as classes exploradas da sociedade capitalista. A aliança dos operários com os camponeses pobres e o proletariado rural é um objectivo fundamental na estratégia pela conquista do poder”*

Não só o “Voz do Povo” tecia duras críticas ao trotskismo, mas também são exemplo disso jornais como a “Causa Operária”. Nesse sentido, o Luta Proletária publicava, a 18 de Abril de 1975, um artigo intitulado “Os Maoistas...e Lenine”, no qual alertava para “o perigo das massas ficarem confusas com ideias tão contraditórias, numa altura em que se exigem novas práticas”. Neste caso, recorrem a Lenine para lembrarem, mais uma vez, qual o papel que a IV Internacional deveria ter e para corrigir os erros que, segundo o jornal, preenchiam as páginas dos jornais maoístas. Com o aumento dos ataques à corrente trotskista por parte dos partidos operários reformistas e das diversas correntes maoístas, o Luta Proletária via-se obrigado, assim, a expor as teorias de Trotsky e defender-se das críticas, na sua opinião, “infundadas”. Exemplo disso é um artigo intitulado “O significado político do ‘anti-trotskismo’”, onde são feitas várias alusões a extratos de teses sobre a Revolução Permanente de Trotsky, com o intuito de voltar a uma “velha luta política do jornal”: a que opunha desde a degenerescência da primeira revolução socialista de Outubro, marxistas revolucionários e estalinistas. Estas referências teóricas vinham, também, elucidar o povo português de que a liberdade tão aguardada não se esgotava num dia como o 25 de Abril, e que as alternativas poderiam passar pelo inquestionável papel primordial do campesinato e do proletariado na revolução democrática; de uma luta implacável contra a influência da burguesia liberal nacional e da construção do socialismo só ser concebível na base da luta de classes à escala nacional e internacional.

Os trotskistas acreditavam serem capazes de ir à avante com a revolução socialista, única forma, para eles, de emancipação do proletariado, assumindo-se como uma corrente política com forte potencial para causar profundas transformações na sociedade portuguesa que se encontrava em processo de rutura com um longo passado ditatorial. Não podiam descurar, portanto, não só as ideias dos grandes partidos da oposição, como também de outras correntes minoritárias, como é o caso do comunismo. Assim, estes jornais, eram muitas vezes espaço de crítica, como vimos acima, de outras correntes (no caso do maoísmo) que se queriam afirmar num espectro político vasto que começava agora a surgir. Álvaro Cunhal, não foi exceção das observações trotskistas. A

22 de abril de 1975, o secretário-geral do PCP, afirmava ser impossível a estabilização de uma democracia burguesa em Portugal. Contudo, ao contrário dos operários, o PC não deixava de respeitar e impulsionar o programa reformista de colaboração de classe, não defendia ser ainda altura de avançar com a auto-organização e armamento das massas e de atacar o capitalismo. Cunhal, continuava, segundo os trotskistas, a enveredar por táticas de compromisso que a História já tinha condenado, pelo pântano da colaboração com a burguesia e das “vias pacíficas” para o socialismo, que já tinham mostrado não ser solução no Chile, por exemplo.

O artigo “A Comuna de Paris”, escrito na décima primeira edição do jornal é prova de que este jornalismo pretendia instruir e inspirar massas, alertando, neste caso, para uma das mais ricas experiências do proletariado internacional, a Comuna de Paris de 1871<sup>56</sup>, uma experiência que “a classe operária em Portugal deveria compreender e aplicar”. Em 1905, Lenine afirmava que “apesar de todos os seus erros, a Comuna é o maior dos exemplos que nos deu o maior dos movimentos proletários do séc.XIX”. Em “1871 um grupo de proletários conseguiu, entre outras coisas, em apenas cinquenta dias, separar o Estado da Igreja e conseguir que o ordenado máximo de todos os funcionários e membros do governo não ultrapassasse o salário operário médio”. Ainda a propósito da Comuna, Trotsky referia-se à mesma como “o ensaio histórico – débil ainda – da dominação da classe operária”. Acrescentava, ainda, “saudamos na Comuna a aurora, ainda que bem pálida, da primeira república proletária”.

Na décima terceira edição deste jornal, há uma referência aos 105 anos do nascimento de Lenine, onde é recordada a importância de um dos maiores revolucionários e teóricos da revolução operária. Para além de dar seguimento à teoria de Marx<sup>57</sup>, analisando concretamente as condições do desenvolvimento da luta de classes na Rússia, demonstrando a atualidade histórica da revolução proletária e socialista e que só a revolução dos operários seria capaz de expropriar económica e politicamente a burguesia.

---

<sup>56</sup> A Comuna de Paris de 1871 consistiu numa insurreição vitoriosa levada a cabo por proletários. Chegada ao poder em 28 de Março, a Comuna suprimiu o exército permanente e substituiu-o pelo povo armado. A 31 de Março considera que a sua bandeira é a da República Universal e admite no seu seio revolucionários de outros países. No dia 1 de Abril, decide que o ordenado máximo de todos os funcionários e membros do governo não deveria ultrapassar o salário operário médio (o que foi rigorosamente cumprido). Decretou, ainda, a separação do Estado da Igreja, a nacionalização dos bens do clero e o ensino laico e gratuito. A 7 de Abril a Comuna substituiu a bandeira francesa pela vermelha.

<sup>57</sup> Marx descobriu a verdadeira natureza da sociedade capitalista e a partir daí deduziu que o desenvolvimento da luta entre as classes conduziria inevitavelmente à ditadura do proletariado e esta, por sua vez, à sociedade sem classes.

Lenine conseguiu provar que a libertação do proletariado não surgiria como um produto inevitável do apodrecimento do sistema capitalista, mas de um passo consciente por parte da classe operária pela sua emancipação total. Lenine apresentou, ainda, um forte contributo para a definição de “ditadura do proletariado”, a palavra de ordem de todo o poder aos soviets, expressão tantas vezes utilizada nos jornais operários analisados.

## Capítulo V

### 5. O Jornal *Combate Socialista*

#### 5.1. *Breve apresentação e linha editorial*

Só passados vários meses após a queda do regime ditatorial é que o jornal *Combate Socialista* surgiu, mais precisamente em 19 de Dezembro de 1974. Tratava-se de um jornal quinzenal, que não ultrapassava, regra geral, as oito páginas, vendido a dois escudos e cinquenta centavos, e que apresentava como seu diretor o médico António Sá Leal. Tal como consta no jornal, a sua morada era no Porto, na Rua do Bom Jardim, nº 229, 3º andar-traseiras. Sabemos, no entanto, que, na verdade, o jornal era escrito em Lisboa e que a morada do Porto pertencia a uma organização trotskista que estava em processo de fusão com o GMR/PRT, a OMIR. O nome dos redatores deste periódico é, na maioria das vezes, omitido, e, quando divulgado, aparece na forma de abreviatura e mesmo de pseudónimo. Os artigos do *Combate Socialista* surgem assinados por Miguel Ferreira, Jaime Gonçalves, Francisco Pontes, José de Sousa, Telmo Cardoso, Marcelo Rocha, Andrés Mendez e Heitor Marques. Não foi possível perceber se a cada um destes nomes correspondia um redator apenas e qual a verdadeira identidade de todos eles. cremos, no entanto, que Andrés Mendez era o pseudónimo de um militante argentino que exercia funções dirigentes no GMR/PRT e que Telmo Cardoso era um militante brasileiro, que tinha sido preso no Chile após o golpe de Estado de Pinochet.

O CS apresenta-se como uma publicação de cariz político e militante. Em termos iconográficos importa destacar a frequente utilização, no canto superior direito, tal como acontece no LP, de uma foíce sobreposta a um martelo com o número 4, centrado na imagem, símbolos do marxismo revolucionário ligado à IV Internacional. Logo a seguir ao título do jornal no cabeçalho, o CS afirma-se como órgão político do PRT. Vejamos como surge a capa do CS:



Ilustração 3- Manchete da edição nº1 do CS

Vejamos agora como se exprime a orientação editorial do CS. Lê-se no seu primeiro número: "Quase por tradição, no primeiro Editorial de uma publicação política deve fazer-se um relatório de justificações e objectivos. Apesar disso não o faremos, não só pelo nosso antitradicionalismo mas sobretudo por cremos que eles se expressarão melhor no próprio conteúdo do jornal, todos os 15 dias" (*Combate Socialista*, 19 de Dezembro de 1974, pp. 4). Seja como for, salientava aquela peça, o jornal "pretendia ser coerente com os princípios do marxismo revolucionário" (leia-se, do trotskismo) e que procuraria contribuir para o "desenvolvimento de uma alternativa de ampla unidade operária e socialista". Neste editorial não aparece outra ligação política explícita que não seja a Aliança Socialista da Juventude (ASJ), que sabemos ter sido o braço juvenil da organização trotskista Partido Revolucionário dos Trabalhadores (originária do Grupo Marxista Revolucionário - GMR). Deste modo, é possível afirmar que o Combate Socialista era um jornal integrado numa organização simpatizante da IV Internacional.

A apresentação da ASJ, patente nesta primeira edição, é reveladora dos traços políticos que caracterizam a publicação em causa. Os projetos revolucionários de combate em prol das reivindicações dos estudantes, assim como de outras camadas da sociedade, por esta organização juvenil estudantil, devem ser compreendidos à luz da ideia de solidariedade ou aliança entre o movimento estudantil e as classes trabalhadoras, por um lado, e como alavanca para a construção de um Partido Revolucionário dessas classes,

por outro. A urgência da criação de um Partido Operário Revolucionário é anunciada logo no primeiro número do Combate Socialista como objetivo central<sup>58</sup>. Recorde-se que o mesmo ocorria no LP:

*“Não temos pretensões de fazer da nossa organização juvenil uma direcção do processo revolucionário em Portugal, mas, pelo contrário, julgamos que se torna indispensável e urgente construir o Partido Operário Revolucionário que, ele sim, dirigirá a luta operária pela tomada do poder”*

(*Combate Socialista*, 19 de Dezembro de 1974, pp.6)

A ASJ declarava que não estaria só ao lado dos operários, mas também de uma das grandes bandeiras do 25 de Abril, a luta pela descolonização, pela qual se debatia veemente. A organização estudantil propunha-se a intervir na cena política, dando resposta aos principais problemas sociais que o anterior regime desconsiderava, unificando as lutas de várias franjas da sociedade portuguesa:

*“Estamos conscientes de que a nossa luta se não pode limitar ao quadro das escolas e que também se não poderão resolver a fundo as nossas reivindicações e aprofundarem-se as liberdades democráticas se as lutas estudantis se mantiverem isoladas dos trabalhadores. (...) Esta poderosa radicalização da juventude entra na arena mundial juntamente com os povos coloniais, com a classe operária e sectores populares para lutar contra o imperialismo e seus cúmplices em cada país”*

(*idem*, 19 de Dezembro de 1974, pp.6).

A ASJ afirmava que seria “organizativamente independente” do PRT e que não pretendia “ser a vanguarda que dirija o movimento operário”. No entanto, sabemos que esta organização estudantil seria a incubadora do PRT, ideia que também foi deixando implícita ao longo dos inúmeros artigos de que foi autora. No exemplar em causa, a ASJ reclamava a união numa frente revolucionária, “com o objectivo de prosseguir na luta permanente pelo avanço e consolidação das liberdades democráticas, pela expropriação

---

<sup>58</sup> Esta última ideia pode ser remontada ao Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels, onde lemos (ponto II): “O fim imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os outros partidos proletários: constituição dos proletários <sup>58</sup>em classe, derrubada da supremacia portuguesa, conquista do poder político pelo proletariado. (...) o proletariado pretende adquirir a supremacia política, tornar-se a classe dirigente da nação, tornar-se a própria nação (...) a primeira etapa da revolução operária é erguer o proletariado à posição de classe dominante, à conquista da democracia”.

dos monopólios até à conquista da democracia operária”. Os estudantes surgiam, assim, com mais força em Portugal, a quererem ganhar espaço no panorama político português.

## 5.2. *Manchetes e títulos*

O caráter *partisan* do *Combate Socialista* é corroborado na tendência *agitprop* das suas capas. Estas continham geralmente, a exemplo do que se disse do primeiro número, palavras de ordem<sup>59</sup> e imagens de massa. A imagem escolhida para a capa do primeiro número do *Combate Socialista* ilustra o novo quadro da realidade social portuguesa surgido após o 25 de Abril de 1974: imensos contingentes de pessoas em manifestação nas ruas do país. Depois de longas décadas, perseguidos por se manifestarem, novos atores sociais (mulheres, estudantes, operários, soldados, marinheiros, camponeses, desalojados, assalariados agrícolas, etc) tomam o espaço público. É curioso constatar a expressão reivindicativa de diversas camadas da sociedade: o descontentamento geral de um povo que estivera reprimido pelo regime de Salazar e Caetano. O espaço do jornal pretende sugerir a ideia de ofensiva das classes trabalhadoras que se traduziu em numerosos conflitos, manifestações, greves, ocupações de fábricas, de herdades agrícolas e casas. Ainda como a do número inicial, ambas as capas incorporam imagens de manifestações em massa, reforçando a visão revolucionária de que o jornal queria ser porta-voz.

O título escolhido para a manchete desse primeiro número é “Constituinte para um Portugal Socialista”, ilustrando a vontade de intervenção deste periódico num dos problemas centrais do cenário político português desse período, pois a principal urgência do novo regime em vigor era criar uma Constituição. Torna-se rápida a constatação de que nos encontramos perante um título intervencionista e que é de facto uma consigna, uma palavra de ordem, na medida em que vinca uma posição clara de que a única via para a democracia seria a construção de uma Constituinte Socialista.

---

<sup>59</sup> “Perante o desemprego e a constituinte expropriar os monopólios, impor o socialismo” e “Unidade operária para impor contra os capitalistas medidas socialistas”, lê-se nos números dois e três do *Combate Socialista*.

De salientar que a alusão à urgência de impor o socialismo em Portugal e da Assembleia Constituinte dar passos no sentido de se criar uma nova Constituição fiel às principais reivindicações dos portugueses viriam a ser temas recorrentes ao longo dos vários exemplares desse título. De notar, ainda, no segundo número, um outro título, em menor dimensão – “o significado da luta estudantil” – que atesta, mais uma vez, quais eram as duas grandes forças sociais a que se dirigia o Combate Socialista: os operários e os estudantes.

Os restantes jornais considerados para o período em estudo, não divergem muito no conteúdo dos títulos das manchetes e das notícias, sendo as palavras de ordem, as mensagens revolucionárias e *agitprop*<sup>60</sup>, uma constante.

No que concerne às manchetes vale a pena realçar igualmente que, no período em estudo, foram utilizadas nove fotografias de manifestações em massa; uma imagem de um trabalhador numa fábrica; uma manifestação exclusiva de mulheres; dois retratos de soldados em tanques, tendo um deles um placar em frente ao tanque a dizer “avante pelo socialismo”; uma imagem do povo angolano e uma fotografia dos representantes do governo. O jornal colocava como protagonistas da cena política e da sua atenção camadas pobres e desfavorecidas da população. Esse era certamente o seu público e simultaneamente os seus grandes exemplos.

### **5.3. *Temáticas dominantes***

O Combate Socialista envolveu-se nos principais problemas nacionais e políticos do Governo e procurava defender alternativas aos mesmos. Essa intenção é asseverada através dos inúmeros artigos analisados, sendo um dos mais exemplificativos, uma rubrica intitulada *actualidade nacional*, onde se fazia quinzenalmente uma breve análise da situação política portuguesa. As principais temáticas eram, depois, esmiuçadas, em artigos de maior porte.

No sentido de delinear e interpretar os principais blocos temáticos que emergem no CS seguiu-se a mesma definição de categorias de análise que presidiram ao estudo do LP. É curioso constatar que encontramos no CS temáticas idênticas às do LP, à exceção dos *movimentos estudantis*, assunto relevante nas páginas daquele.

---

<sup>60</sup> Ver exemplos em Anexos I.

### 5.3.1. *Movimentos estudantis*

Apesar das lutas estudantis começarem a ganhar maior visibilidade após o 25 de Abril, podia-se ler num artigo da ASJ, que “já desde antes do 25 de Abril que milhares e milhares de jovens vêm lutando contra o fascismo e as sociedades apodrecidas da sociedade capitalista”. A consolidação destas estruturas, como já tivemos oportunidade de explicar, vinha já sendo feita na clandestinidade e via agora o caminho aberto para se afirmar e procurar apoio junto das massas para a sua implementação. A ASJ que se constituiu poucos meses depois do 25 de Abril, “não caiu do céu”, mas resultou do esforço conjunto dos militantes dos antigos GAC e de organizações políticas como o Grito e o Impulso. Além disso, os jovens portugueses não apareciam isolados do contexto internacional, característica que deixam frequentemente bem vincada: “Não só no nosso país se têm os estudantes vindo a mobilizar e a lutar pelas suas reivindicações, como também a nível mundial se tem vindo a desenvolver um poderoso movimento de jovens revolucionários que lutam contra as estruturas capitalistas e pela implantação futura do socialismo”, escreviam.

A educação, marcada por um cariz elitista até então, ao restringir o número de jovens que tinham acesso ao ensino superior, causava uma grande revolta no seio das classes estudantis, sendo uma das principais reivindicações dos jovens universitários, o ingresso imediato de todos os “15 mil candidatos” às universidades, acabando-se com o elitismo vigente no ensino e trabalhando para a construção de uma escola socialista. Nesse sentido, o dia 7 de novembro de 1974 seria marcado por uma recusa geral aos exames de aptidão à Universidade por várias faculdades de Lisboa. No dia seguinte, a manifestação acabaria por se estender a todas as faculdades. Contudo, as forças estudantis encontravam-se divididas e dispersas pelas diversas faculdades, notando-se, aqui, a existência de várias tendências estudantis. Entre estas, o Combate Socialista ressalva a PRÓ-UNEP como estrutura estudantil que apoiava a restrição dos estudantes ao ensino universitário, sendo, por isso, acusada de ser cúmplice do Ministério da Educação (MEC).

Apesar da revolta estudantil, o MEC continuava a afirmar que iria prosseguir com a mesma política, reforçando, em comunicado, que “(...) se se partir do princípio de que se tem de praticar uma política de verdade, a solução não pode ser senão uma: a de limitar o número de entradas na Universidade” (Capital, 11 de novembro, Comunicado do MEC *apud Combate Socialista*, 19 de Dezembro de 1974, pp.6). O CS questionava, frequentemente, quais seriam as verdadeiras razões para o MEC insistir em continuar com

as mesmas medidas. Na hipótese de falta de dinheiro do Governo para as academias, o periódico é rápido no seu julgamento, ao afirmar que “se falta [dinheiro] é porque o governo, que tanto fala de medidas antimonopolistas, nada faz no sentido de ir buscá-lo aonde ele abunda: aos bolsos dos capitalistas, mediante a expropriação imediata dos grandes monopólios” (*Idem*, 19 de Dezembro de 1974, pp.6).

### **5.3.2. Lutas operárias**

#### **a. Desemprego**

*“O alargamento da classe operária (aumento de 768000 para 1 020 000 trabalhadores produtivos entre 1950 e 1970) facilita a eclosão de um conjunto de lutas como nunca havia sido conhecido anteriormente em Portugal” (Santos, Lima e Ferreira, 1975: 275)*

O papel das lutas operárias no 25 de Abril foi tão ou mais importante que o do MFA. Estas movimentações, de que muitos elementos do MFA tinham conhecimento, “desempenharam uma função importante na decisão de realizar o golpe de Estado que se julgava por várias vezes não ser realizável: foram precisamente essas lutas que, como indicador, forneceram ao MFA a certeza de que o golpe em preparação seria aceite pelo povo” (Ferreira, 1975:33) O golpe militar deve, assim, ser compreendido, como o produto de um conjunto de circunstâncias fortemente determinadas por tais lutas.

No entanto, depois do apogeu do golpe militar, o caminho para a democracia foi feito de uma forma gradual, fazendo-se um esforço por manter alguma ordem e disciplina. O direito à liberdade de expressão e ação era ainda muito precoce, vivendo-se numa flexibilidade entre a conquista da liberdade e uma rutura débil com a ditadura. Neste impasse, um dos grandes objetivos do governo provisório era o de abafar a luta de classes e impedir as manifestações dos trabalhadores, mesmo que para tal, fosse necessário “travar as manobras dos mais reaccionários que poderiam detonar uma resistência generalizada das massas populares”. Salientava-se, ainda, no jornal, que “a política da burguesia e dos reformistas, principalmente do PCP e do PS estabelecida para o período é portanto a de conter o movimento de massas”.

De facto, após a queda do regime, os operários e os estudantes emergiam como as duas grandes forças sociais em atuação em Portugal, merecendo, desta forma, a nossa

atenção, dois excertos presentes no primeiro número do Combate Socialista, nos quais depreendemos facilmente ao que estas classes sociais vinham:

### **Um retrato do operário**

*“O camarada que em Maio utilizou o recente dinheiro de reunião para se organizar rudimentarmente na sua fábrica, que exigiu imediatos aumentos salariais, que se defendeu nos últimos meses das provocações empresariais e agora se prepara para exigir a nacionalização da fábrica que ameaça despedir, poderá entender sem dificuldade a necessidade de dar os passos para um Portugal Socialista”*

*(Combate Socialista, 19 de Dezembro de 1974, pp.5).*

### **Um retrato do estudante**

*“O estudante que no 26 de Abril fechou numa sala os bufos do seu liceu, que utilizou depois as instalações escolares para se informar sobre a verdadeira história do colonialismo ou da realidade social, que quebrou as normas autoritárias com as Assembleias Gerais de Escola, rompeu com a selectividade burguesa nos exames e hoje enfrenta a alternativa de trabalhar “barato” nos serviços cívicos ou impor o seu direito a estudar expropriando os fabulosos lucros monopolistas se for necessário, também pode entendê-lo. E estes exemplos poderiam multiplicar-se até ao cansaço”*

*(idem, 19 de Dezembro de 1974, pp.5).*

Podemos apontar como característica dominante das numerosas lutas então travadas pelas classes operárias a apresentação de planos de luta que surgiam, muitas vezes, sob a forma de uma espécie de propaganda eleitoral. Podemos verificá-lo no destaque dado a um conjunto de ideias que aparecem isoladas do resto do texto a letras gordas: “Salário de 3.300\$00 para os desempregados; Pela vigilância dos trabalhadores no cumprimento do decreto de nacionalizações; Expropriação sem indemnização e debaixo controle operário das empresas que provoquem desemprego” (*Idem*, 19 de Dezembro de 1974, pp.3).

O tema que viria a ser mais frequentemente abordado por este grupo social, seria decerto, o flagelo do desemprego. Ainda que no princípio dos anos 70 quase desaparecera, em 1974 abrangia uma larga camada da sociedade portuguesa. A burguesia incentivava os trabalhadores a “apertarem o cinto” e a “terem paciência”, continuando a despedir

trabalhadores em massa: “Se não há trabalho para todos e é preciso despedir alguns, porque é que os patrões continuam a pedir que os trabalhadores façam horas extraordinárias? Porque lhes interessa provocar o desemprego, o medo e a insegurança entre os explorados”, acusava o CS (*idem*, 19 de Dezembro de 1974, pp.3).

Tornava-se urgente combater o desemprego, sendo exemplo desta vontade o título da primeira notícia do Combate Socialista - “*Travar o desemprego*” - denunciador do carácter intervencionista que o jornal queria assumir. A ideia de coexistência de diversos setores das classes trabalhadoras, afirmava-se, aqui, como uma das linhas principais deste compromisso ideológico.

*“(...) temos que inscrever como uma das principais tarefas para o movimento operário levar a Intersindical e demais organizações operárias a lutar pela expropriação e nacionalização das empresas que ameçam ou provocam despedimentos, para levar ao terreno da luta de classes a lei que em nada molesta os capitalistas se continuar no papel”*

(*idem*, 19 de Dezembro de 1974, pp.3).

A ideia de união das diversas camadas sociais em prol de uma luta comum alinhava com o desejo de se acabar com as guerrilhas entre partidos: “A Intersindical tem andado às voltas quando o caminho é em frente. É esse caminho que os seus activistas terão de apontar-lhe, independentemente do sindicato em que se encontrem e do partido operário a que pertençam”.

As desigualdades sociais eram exemplificadas de diversas formas, desde o simples operário que vivia numa casa pobre não ter os mesmos direitos que o patrão que morava no Restelo, à discrepância de salários entre as hierarquias dos trabalhadores do Instituto de Oncologia. Esta última, era considerada pelo jornal como “uma das mais escandalosas situações de irregularidades e compadrio nas instituições de saúde em Portugal”, considerando mesmo a existência de “uma escravização dos trabalhadores” que se contrapunha “aos ganhos fabulosos da generalidade da classe média” O CS debatia-se, assim, frequentemente, pela igualdade de todos salientando que, no caso dos moradores, “deveriam ser “iguais nos Direitos e nos Deveres, seja qual for a sua cor, condição social ou credo político”. Diziam mesmo que as divisões e o contraste social eram meras “criações do sistema capitalista”.

É feita, também, uma alusão às condições precárias de trabalho dos funcionários públicos. Queixavam-se de baixos ordenados, horas extraordinárias que não eram pagas e da falta de regalias sociais, como assistência médica e assistência social às famílias. As tentativas de criação de uma organização sindical, que desenvolvesse ações para a mobilização destes trabalhadores, seriam em vão, pois tudo era feito anarquicamente. O jornal apelava, assim, frequentemente, à união sindical dos trabalhadores, rompendo com as lutas de classes, como as que estavam a acontecer entre a Comissão Pró-Unidade e o Secretariado, que não permitiam aos trabalhadores organizarem-se.

#### **b. O caso da Rádio Renascença**

Um dos conflitos “mais importantes da luta de classes em Portugal é aquele que se trava na Rádio Renascença”, afirmava o Combate Socialista a 26 de Junho de 1975. Uma corroboração deste imperativo encontra-se em Mário Mesquita que diz mesmo no seu artigo intitulado *O Universo dos Media entre 1974 e 1986*, inserido na obra *Portugal 20 anos de Democracia*, quando afirmava que o caso da Rádio Renascença constituiu um dos “incidentes com mais graves consequências no curso dos acontecimentos políticos do ano de 1975” (Mesquita, 1994:377). Não podemos, deste modo, descurar, a importância que o período conturbado vivido na emissora católica portuguesa teve no processo de transição para a democracia. Os principais problemas começaram logo nos primeiros dias após a revolução de 25 de Abril: divergência de critérios entre os respetivos órgãos diretivos e os noticiaristas. Por outro lado, ao passo que os emissores do Porto estavam ligados ao Episcopado, os de Lisboa estavam ocupados por uma comissão de trabalhadores, dominada pela esquerda revolucionária, o que desde logo comprometia uma relação saudável entre ambos os pontos de emissão. Segundo o Combate Socialista, “por um lado estão os trabalhadores que, como eles dizem, lutam pelo objectivo de colocar a estação ao serviço das classes trabalhadoras. Por outro lado está a reacção, a Igreja, que não quer perder os seus privilégios obtidos durante séculos e à custa dos que trabalham” (Combate Socialista, 26 de Junho de 1975, pp.6).

Na sequência de alguns incidentes que ocorreram como consequência das divergências ocorridas na rádio Renascença, Vasco Gonçalves conseguiu a aprovação do Conselho de Ministros para devolver a estação radiofónica à Igreja. Ao tomar

conhecimento da decisão, a comissão de trabalhadores desencadeou uma campanha imediata pela rádio.

Na sequência destes conflitos, Vasco Gonçalves devolveu a estação radiofónica à Igreja. Ao tomar conhecimento da decisão do então primeiro-ministro, a comissão de trabalhadores assumiu o controlo da estação de rádio, noticiando todos os conflitos, comunicados, mobilizações, assembleias e reuniões da classe operária. Tudo isto acontecia “independentemente de qual é o partido ou organização operária que está à frente das lutas”. Isto significava “um exemplo de democracia operária”, adiantavam. Ressalva-se, assim, novamente, a ideia de união entre os operários, independentemente da ideologia em que acreditavam: “(...) um dos segredos da luta é a possibilidade do trabalho comum das várias correntes políticas existentes no interior da Rádio” (*idem*, 26 de Junho de 1975, pp.6).

### **5.3.3. Panorama da realidade portuguesa**

#### **a) Movimento das Forças Armadas e a Constituição**

O programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) foi o primeiro projeto do que seriam as ideias fundamentais da futura Constituição. Repare-se que durante os 40 anos que durou o antigo regime deu-se uma rutura definitiva com a Constituição. Em 1974 não se colocava a questão de invocar a Constituição então existente para encontrar a base legal que permitisse criar um novo regime. A escolha sobre o tipo de regime tinha de ser feita totalmente de novo, tinha de se dar corpo a uma Constituição e tinham de ser criadas as instituições que permitissem o seu funcionamento. Na notícia referente ao assunto que faz manchete na primeira edição do Combate Socialista, “Por uma Constituinte para um Portugal Socialista”, a luta democrática, à qual se propunham, era definida como sendo “o eixo da actual situação política e a exigência de uma Assembleia Constituinte a sua expressão mais elevada”.

Nesse sentido, o MFA pretendia elaborar um Projeto de Reconstrução Nacional, que viria a ser objeto de análise na segunda edição do CS. O MFA vinha, assim, defendendo “um ‘projecto de reconstrução nacional’ que definia como “não sendo tarefa fácil”. Adiantava, ainda, que “nem tão pouco será de imediato por decreto, que o Povo Português atingirá aquele nível de vida com que sonha há dezenas de anos”. A

Democracia e a felicidade, escrevia, “constroem-se com a participação de todos e progressivamente”. Em todos os documentos e palavras do MFA estaria presente a ideia de que “o êxito na aplicação deste projecto depende da Unidade do Povo com as Forças Armadas” (*idem*, 9 de Janeiro de 1975, pp.2). Contudo, o Combate Socialista considerava as palavras do MFA um embuste. Na verdade, a organização militar não apresentava medidas que respondessem às necessidades concretas dos operários:

*“Em 10 de Dezembro, o Boletim do MFA apresentou de maneira explícita a necessidade de um ‘Projecto de Reconstrução Nacional’ e de que a futura Constituinte se integre no espírito desse Projecto ‘justo e realista’. (...) proclamar uma sociedade ‘baseada no trabalho, solidariedade e liberdade e independência nacional’ é usar muitas palavras para não definir quase nada”*

*(idem, 19 de Dezembro de 1974, pp.2).*

Esta ideia, defendida no primeiro exemplar do CS, viria a ser reforçada noutras edições, como é exemplo a segunda:

*“(...) não é possível distinguir quaisquer medidas concretas propostas [pelo MFA] para travar as variadas manifestações da crise do capitalismo, que recaem sobre os trabalhadores: inflação e desemprego, entre as mais evidentes. (..) Somos levados a concluir que o projecto do MFA não dá resposta aos maiores problemas que se põe aos trabalhadores que certamente não matarão a fome e a das famílias com um projecto reformista que irá sendo aplicado para além de 1975”*

*(idem, 9 de Janeiro de 1975, pp.2).*

O Combate Socialista declarava, ainda, que não iria compactuar com os ideais intrínsecos a este projeto, uma vez que neste “nem se pretende uma transformação nas relações de propriedade, nem se alimenta o propósito de que a classe operária chegue ao poder”. Nestas condições, “‘reconstrução’ será exigir que os trabalhadores remedeiem os males causados pelo capitalismo... em benefício dos capitalistas”, esclareciam. A classe operária propunha-se a lutar contra o capitalismo “através da explosão de um número crescente de conflitos” e a criar “melhores condições para que qualquer Projecto de Reconstrução Nacional seja enfrentado com a luta pelos direitos operários e pelo socialismo” (*idem*, 9 de Janeiro de 1975, pp.2).

Por outro lado, diversas fações políticas, através de jornais e outros meios de comunicação, sugeriam propostas para a que viria a ser a primeira Constituição democrática de Portugal. De notar que tínhamos acabado de sair de um regime caracterizado pela fraude eleitoral, a proibição de estruturas representativas das diversas camadas sociais que despoletavam agora e que perseguia todos os partidos políticos da oposição. A falta de associações implantadas na sociedade, que serviriam de base à constituição dos partidos políticos portugueses, dificultaram a implementação dos mesmos no pós-25 de Abril. Encontrávamo-nos perante um clima de contestação que fez vir ao de cima a competição entre agrupamentos políticos com um vasto leque de interesses e ideologias. Todos queriam impor a sua visão sobre o tipo de regime que deveria ser adotado. O Combate Socialista, voz da IV Internacional, dava, igualmente, o seu parecer, relativamente às que deveriam ser as pedras basilares de um dos maiores desafios que o Governo tinha então pela frente. Os núcleos trotskistas assumiam-se claramente contra a intervenção do MFA na edificação da futura Constituinte:

*“A nossa posição quanto ao comprometimento do MFA com a constituinte é simples: somos contra, porque o seu projecto de ‘Reconstrução’ se opõe ao necessário projecto socialista com o qual a classe operária deverá reconstruir o país; somos contra também, porque os únicos que podem ‘constituir’ social política e economicamente o país são os trabalhadores através das suas organizações de classe. Para nós as classes só devem confiar nelas próprias”*

*(Combate Socialista, 9 de Janeiro de 1975, pp.2).*

A dificuldade em criar uma nova Constituição não se justificava apenas pelas diferentes visões políticas mas, também, pelas cissões existentes dentro das próprias forças de poder:

*“A polémica nas esferas dirigentes (governo provisório, direcções dos partidos da coligação e MFA) sobre as condições de influência do MFA na elaboração da futura Constituição, tem gravitado em volta de se o MFA deve ou não estar representado na Constituinte. A opinião do PC é de que o MFA possua lugares na Assembleia, enquanto Otelo de Carvalho opina que o MFA deve estar ‘acima’ da mesma Assembleia por ter uma palavra a dizer como garantia do espirito democrático constitucional. Estas são em resumo as divergências nas altas esferas” (Combate Socialista, 9 de Janeiro de 1975, pp.2).*

## b) A Constituição e as eleições de Março

A liberdade das eleições de Março é muitas vezes questionada nestes jornais, argumentando-se a existência de uma “evidente discriminação antidemocrática e anticomunista”, havendo casos em que os comunistas não eram admitidos nas comissões de recenseamento, impedindo-se, assim, a democratização da vida política e a organização e atividade regular dos partidos democráticos. Neste sentido, o jornal reclamava respostas “claras e imediatas” para estas questões que o governo se mostrava “incapaz de resolver” e que “não podem esperar até Março”. As conquistas democráticas “são obra das massas populares em luta contra a opressão” e só a continuação dessa luta até à vitória poderia garantir eleições “autenticamente democráticas”, podia-se ler no CS. Também o Movimento de Esquerda Socialista (MES) era a favor da luta contra a realização de eleições à Constituinte e da tomada de medidas concretas contra o poder dos capitalistas. Já o Partido Socialista acreditava na possibilidade de se realizarem, pela primeira vez, eleições livres e democráticas e na concretização de um recenseamento sério, afirmando a sua “fé na Constituinte”. Para os trotskistas, o PS, ao considerar satisfatórias as eleições de Março, estava a “render-se à burguesia e desistir da luta pelo socialismo”.

O secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, é mencionado pela primeira vez no primeiro número do Combate Socialista. Álvaro Cunhal defendia que não se deviam realizar reformas profundas que envolvessem o regime de propriedade antes das eleições, não definindo, assim, as mesmas prioridades que os trotskistas consideravam fundamentais para a consolidação e alargamento das liberdades democráticas conquistadas pela classe operária e as massas populares depois do 25 de Abril. As ideologias de um dos grandes partidos de esquerda da oposição eram, assim, questionadas pelos trotskistas: *“Será que Álvaro Cunhal esquece ou ignora que o desemprego, a alta do custo de vida, e o assalto às liberdades democráticas por banda da burguesia reaccionária, bem como os compromissos com o capital europeu e o imperialismo internacional expressos pelos tratados militares (Pacto Ibérico e NATO) são, estes sim, os factores de pressão sobre a classe operária, e o carácter da democraticidade do acto eleitoral?”* (idem, 19 de Dezembro de 1974, pp.5) Para os esquerdistas radicais, sem a resolução imediata destes problemas não existiria nenhuma garantia da democracia do ato eleitoral de Março.

A três meses das eleições, ainda não tinham sido estabelecidas muitas das condições em que surgiria a Constituinte ou, segundo o jornal “pior ainda, [as condições] decidem-se nas costas dos trabalhadores” que tomam conhecimento das mesmas, como são exemplo as Medidas Económicas de Emergência e o Projeto de Reconstrução Nacional “mal e tarde – através dos jornais”. No entanto, o MFA, por si só, já angariava um forte apoio popular que conquistou por ter posto fim à ditadura que vigorava em Portugal, sendo um desafio para a esquerda radical mover as camadas portuguesas, enraizadas no antigo regime a encarrilhar por um tipo de ideologias ainda recente em Portugal. A par disso, os partidos com maior influência de massas, o PCP e o PS, chamavam continuamente as camadas populares em apoio do MFA. De referir que, em 1974, só existia um partido político com boa implementação a nível nacional: o PCP, o qual antes do 25 de Abril sobrevivia na clandestinidade, sendo muitos dos seus membros exilados, presos ou mesmo exterminados.

**c) Situação económica do país**

A débil situação económica do país, com a inflação a intensificar-se e a fazer-se sentir principalmente nas classes dominadas, atingindo taxas da ordem dos 25% em 1973 e início de 1974 (Santos, Lima, Ferreira, 1975: 268), é, várias vezes, evocada no CS. As constantes previsões de aumento do défice, sendo um exemplo concreto disso, a conjectura de uma subida de “16 milhões de contos”, com tendência a agravamento, realizada na terceira edição do jornal, consistia num testemunho da difícil situação económica que Portugal atravessava. Mas, mais grave do que o sistema que vigorava no país, destacava o jornal, era o facto de o Plano Económico e as Medidas de Emergência prometidas pelo governo não aparecerem, “sem que os trabalhadores possam saber nada ao certo sobre as suas características, embora sejam eles os mais diretamente interessados”, afirmavam. Acusavam mesmo o governo de não avançar com medidas concretas e, associada a essa situação, lembravam a falta de força dos grandes partidos operários representados no Governo: “Os grandes partidos operários representados no Governo, lamentavelmente, não passam das declarações”. Os ataques aos órgãos do poder eram constantes. A título de exemplo pode ler-se: “as medidas de emergência já anunciadas há meses continuam sem aparecer, demonstrando uma vez mais que as principais preocupações do Governo Provisório não são os problemas populares” (*Combate Socialista*, 23 de Janeiro de 1975, pp.2)

#### **5.3.4. Solidariedade internacional**

A ideia de disseminar a solidariedade entre as lutas operárias de vários países do mundo está veemente presente no Combate Socialista, sendo de notar que, tal facto, só se explica pela organização política que se encontra na retaguarda deste jornal: a IV Internacional. O Combate Socialista espelha, desta forma, a importância que, em 1974, saídos de um regime “orgulhosamente só”, era dada às lutas operárias de outros países, às quais o jornal se associava com regularidade. “*Contra a Repressão na Argentina*”, o título da primeira notícia internacional deste periódico, denota não só uma clara tomada de posição do Combate Socialista, como testemunha que este se afirmava como um jornal solidário com os conflitos internacionais. Prova disso, é, igualmente, o conteúdo do próprio artigo, através do qual a orientação política do jornal é facilmente detetável:

*“Nós que lutamos contra o fascismo, e continuamos a esforçar-nos para vencer a reacção em Portugal, julgamos que os fascistas e reaccionários argentinos também são nossos inimigos. Por isso nos solidarizamos com a luta dos trabalhadores argentinos e denunciaremos vivamente os crimes que contra ela têm sido cometidos”.*

*(Combate Socialista, 19 de Dezembro de 1974, pp.4).*

Perante a “escalada assassina” desencadeada na Argentina contra militantes operários e socialistas por grupos fascistas, “com a cumplicidade e ainda cumplicidade do governo peronista um conjunto de organizações sindicais e políticas do nosso país pronunciou-se contra a repressão nesse país latino-americano”, destacava o jornal. O CS adiantava que estava de mãos-dadas com os trabalhadores argentinos, salientando que, ao reproduzir a nota enviada aos camaradas argentinos atingidos pela reacção, aderiram a ela, acrescentando que “efectivamente o Estado de Sítio está sendo utilizado pela esquerda”. O jornal dava conta, ainda, dos crimes realizados contra os trabalhadores argentinos, como os assassinatos de militantes operários e socialistas, que dizia merecerem “veemente” o seu “repúdio” (*Combate Socialista, 19 de Dezembro de 1974, pp.4*). O CS falava em nome de todos os operários argentinos, o que se pode verificar em excertos como: “*Reafirmamos assim a nossa certeza de que o movimento operário argentino esmagará a reacção*” e “*Exigimos que o Estado de Sítio, agora proclamado pela senhora Isabel Peron não seja usado como instrumento para perseguir e atacar as organizações operárias*”.

De referir que este artigo trata-se de uma compilação de um comunicado associado a sindicatos, movimentos políticos e à associação estudantil colaboradora do jornal, a ASJ. A união que se pretendia entre diversas organizações, com reivindicações muito diferentes entre elas mas com uma linha de pensamento comum, está aqui claramente presente, na subscrição do artigo por vários sindicatos e organizações.

Espanha é outro dos países com que os trotskistas se iriam solidarizar. Portugal, ainda numa débil transição para a democracia, sem garantias de que esta se ia efetivamente estabelecer, estava ao lado da luta contra a ditadura ainda vigente no país vizinho, onde o movimento operário também crescia e ganhava força. Contudo, as tentativas liberalizantes eram substituídas por uma forte repressão da polícia, não se conjecturando um final do regime opressor para breve:

*“No mês passado foram julgados 38 trabalhadores rurais, ameaçados com 12 anos de prisão por pertencerem ao Partido Comunista Espanhol. As manifestações voltaram a ser violentamente reprimidas pela polícia. Em 4 de Dezembro foram presas dezenas de manifestantes que apoiavam a greve da fome dos presos políticos da cidade de San Sebastian”*

*(Combate Socialista, 19 de Dezembro de 1974, pp.8).*

Perante a situação política em que viviam, á semelhança de Portugal, os operários em Espanha exigiam uma reestruturação das condições de trabalho e a união entre classes, vista como única forma de acabar com o regime vigente. Pôr término à ditadura ou, no caso de Portugal, ao forte legado que esta deixou, era, assim, um objetivo transversal às demais camadas operárias e políticas:

*“(...) os trabalhadores solidarizam-se sistematicamente e combativamente (...) Elas [lutas operárias] desenvolvem-se, encaminham-se e canalizam-se para um combate implacável à ditadura através da greve geral revolucionária. (...) O perigo que eles colocam [conflitos sociais] é assustador para todos os sectores da burguesia espanhola”*

*(idem, 19 de Dezembro de 1974, pp.8).*

O Combate Socialista evoca, ainda, muitas vezes, a situação política e económica do Perú. Apesar de à data da redação do artigo analisado, já tivessem passado seis anos da tomada do poder pelo exército peruano, o Perú estava, nesta altura, em risco de sofrer

outro golpe de Estado. As reivindicações dos operários, camponeses e estudantes contra o capitalismo e o imperialismo emergiam neste país, numa altura em que se aproximavam novas eleições. Assim, “a única força capaz de impedir um golpe oligárquico-imperialista são as massas operárias e camponesas”, dizia o CS, à semelhança do que reivindicava para Portugal. Do outro lado do mundo também se defendia a constituição de organizações sindicais e políticas da classe operária e do povo, sendo uma luta extensível a vários países.

### **5.3.5. Independência das colónias**

A longa luta pela libertação nacional desenvolvida nos territórios africanos ocupados por Portugal abriram portas, em larga medida, para a vitória da Revolução dos Cravos, devido ao impasse em que caíra o esforço bélico português na Guiné-Bissau. Por força da recusa do regime em chegar a um entendimento sobre as colónias africanas e pela continuada distorção da economia e da política externa em prol da manutenção do regime colonial, independentemente do custo, os militares foram obrigados a agir para que se efetuassem mudanças. No entanto, a queda do regime dava apenas início ao processo de descolonização. O capitalismo português preparava-se para levar a cabo uma exploração de tipo neocolonial, com a criação de Governos de Transição para a independência em São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, pela qual o Combate Socialista se debateria. Esta forma disfarçada de colonialismo, levaria a Frente de Libertação de Moçambique (FREMILO) a enviar uma mensagem aos soldados portugueses, alertando-os para a expansão do colonialismo e de que forma estavam a ser usados em prol dos caprichos do Governo português:

*“ [os capitalistas] não roubam e exploram só o povo português: eles estendem esse roubo aos nossos povos, a Moçambique, a Angola, à Guiné. E, agora que os nossos povos decidiram dizer BASTA à opressão e à exploração, eles mandam-te a ti, soldado português, a defenderes para eles as riquezas da nossa terra”*

*(Combate Socialista, 9 de Janeiro de 1975, pp.9).*

A classe operária apoiava a retirada das tropas que ainda se encontravam nas colónias, que Portugal saísse de todos os organismos imperialistas de intervenção na região – particularmente a NATO – e que as propriedades do Estado português e dos

capitalistas estabelecidos nos territórios africanos passassem para as mãos dos trabalhadores das novas nações.

### **5.3.6. Textos doutrinários**

Um dos grandes campos de análise do Combate Socialista é a dimensão da organização laboral, onde se incluem as condições sociais e de trabalho do homem. A ideia de que o homem era submisso às decisões do patronato, sem possuir qualquer independência, direitos e liberdades, foi altamente corrompida pelas organizações de Esquerda que defendiam uma independência absoluta do trabalhador. Apesar de, nesta altura, já existir legislação sobre matéria laboral, era claro que esta estava em franco sub-desenvolvimento, sendo nitidamente insuficiente para proteger os trabalhadores do autoritarismo dos patrões que, visando apenas o lucro, admitiam e despediam trabalhadores de uma forma desumana. Nesse sentido, o CS dedica um artigo ao significado do sindicalismo, explicando-se, aqui, a importância dos sindicatos e incentivando-se as massas trabalhadoras à sindicalização. O operário começa por ser definido como sendo “fraco e impotente”. O jornal diz mesmo que “o operário não organizado é impotente como um escravo”. As longas horas de trabalho, os salários de fome e “todo o tipo de abusos” que a classe operária sofre também são aqui referenciados.

Neste artigo, é de realçar, ainda, a forte carga simbólica e ilustrativa da época em que nos encontramos, apresentando-se apenas como possível a independência do operário por intermédio dos sindicatos: *“Sindicato quer dizer comida. Sindicato é a arma que os operários têm para arrancar melhores salários ao patrão sedento de lucros. Significa comida melhor e mais abundante para os seus filhos e um vestido decente para a sua mulher. Significa uns escudos no bolso para tomar uma cerveja quando lhe apetecer. Ao lutar pelo sindicato, o operário luta para melhorar o seu nível de vida e dar à sua família uma oportunidade de viver como seres humanos”*. O sindicato é identificado como um ponto de partido para o operário se tornar “forte e independente” (*Combate Socialista*, 19 de Dezembro de 1974, pp.3). Recorde-se Mário Pinto, na sua obra *“As estruturas sindicais portuguesas”*, a propósito da importância dos sindicatos, onde se pode ler: “Nas sociedades capitalistas, onde o subsistema económico institucionaliza, por assim dizer, uma lógica conflitual, os sindicatos desempenham uma função reputada muito importante” (Pinto, Mário, 1973: 6).

Os sindicatos funcionavam, essencialmente, como proponentes de ideários e valores, ganhando, assim, as diferentes classes trabalhadores de então, voz e identidade, necessárias para se assumirem como profissão autónoma e livre. Os sindicatos são, ainda, definidos, pelo jornal, como símbolo de “protecção do operário individual contra a discriminação”, de “certo grau de estabilidade no emprego” e de “começo da independência” dizendo mesmo que “todo o operário inteligente compreende que este é o primeiro passo para uma vida melhor e mais livre”.

Este artigo é, ainda, revelador de que as organizações ainda eram portadoras de visões de tipo patriarcal, ao cingir o papel da mulher na sociedade às lides domésticas, subjugando-a economicamente ao homem. Deparamo-nos com um texto escrito de um homem para outro homem, havendo uma leitura direta com a realidade, seguida de uma queda da formalidade da escrita, que resulta na aproximação do leitor e redator, uma das linhas de estilo seguidas por este tipo de jornalismo.

## Conclusão

Passados mais de setenta anos da sua morte, a presente dissertação é um exemplo de como Trotsky e o trotskismo perduraram, surgindo em Portugal, através de núcleos que irromperam na luta política entre finais da década de 60 e prelúdios da década de 70. O sistema de ideias e de convicções trazidas de Paris, pela ousadia de um pequeno núcleo estudantil da Universidade de Coimbra, ainda precoce e imaturo na liderança de correntes e movimentos políticos, viria a dar origem a diversos ideários, projetos, organizações, programas, ambientes intelectuais, correntes políticas, as quais, anos mais tarde, ajudaram a construir partidos com assento parlamentar, a gerar perspetivas ideológicas e culturais e a dar lugar a figuras dos meios intelectuais, universitários, políticos e científicos.

O tema em estudo tornou-se um desafio maior, pelo facto de hoje em dia aparentemente este tipo de imprensa ter declinado e não aparecer como matéria de estudo, inquirição ou somente de ilustração na maioria dos programas curriculares das instituições universitárias que albergam cursos de Ciências da Comunicação e Jornalismo em Portugal. O LP e o CS foram expressões do jornalismo político, militante, *partisan*, experiência de treino, debate e expressão intelectual para as gerações de contestação à ditadura de Salazar e Caetano que alinharam com os ideais e propósitos da IV Internacional trotskista. Estes jornais viram evidentemente o mundo apenas a preto e branco, como mostrámos, foram mensageiros de uma revolução que quase emerge como redenção da humanidade e da história, mas – diga-se em abono da verdade – que também foram incansáveis simpatizantes das queixas dos mais desfavorecidos, dos trabalhadores e camponeses, dos que não tinham habitação condigna, acusadores do lastro do autoritarismo, apoiantes dos povos colonizados, denunciadores da brutalidade sobre as mulheres, críticos do capitalismo, reprovadores da burocratização extrema e violenta da União Soviética e da China, enfim, foram sobretudo uma sementeira de novos desígnios e intentos.

Será que este tipo de imprensa, certamente sob outras roupagens e com outros ideários, ainda está por aí e não a vemos? Será que tal imprensa, a existir, por ora marginal e invisível, por ora não merecedora de atenção da academia nem das mentes bem-pensantes, estará a ser criadora das figuras do futuro e das ideias que só serão reconhecidas muito mais tarde? Valerá a pena procurá-la agora ou teremos que esperar

quarenta anos para que os estudiosos reparem nela, a sua importância, o seu sentido, estudando-a, reconhecendo-a ao menos como matéria de pesquisa.

## Bibliografia

- AZEVEDO, Cândido (1999), *A censura de Salazar e Marcelo Caetano: imprensa, teatro, televisão, radiodifusão, livro*, Lisboa, Caminho.
- BAPTISTA, Carla (2012), *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses – do Século XIX ao Marcelismo*, Lisboa, Escrit'orio Editora.
- BARRADAS, Ana (2004), *As Clandestinas*, Lisboa, Ela por Ela.
- BEAUVOIR, Simone (2009), *O Segundo Sexo*, vol.I, Lisboa, Quetzal.
- BENSAÏD, *Trotskismos* (2008), Lisboa, Combate.
- BORIS, Leibzón (1975), *Sobre o anarquismo, o trotskismo e o maoismo*, Lisboa, Editorial Estampa.
- BORGA, Cesário (1982), *O 25 de Abril na Imprensa estrangeira*, Lisboa, *História*, nº42, pp. 31-39.
- BOUKHARINE, Nikolaï; PRÉOBRAJENSKY, Evgueni (1975), *ABC do Comunismo*, Coimbra, Centelha.
- BRETON, André; TROTSKY, Leon (1985), *Por uma arte revolucionária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BROUÉ, Pierre (2007), *História da Internacional Comunista 1919-1943 – A Ascensão e a Queda*, São Paulo, Sundermann.
- BROUÉ, Pierre (2007), *História da Internacional Comunista 1919-1943 – Da Atividade Política à Atividade Policial e Anexos*, São Paulo, Sundermann.
- CABRERA, Ana (2006), *Marcelo Caetano: Poder e imprensa*, Lisboa: Livros Horizonte.
- CÁDIMA, Francisco (2001), Os 'Media' na Revolução (1974-1976) in *O País em Revolução*. Lisboa, Editorial Notícias, pp. 321-358.
- CARDINA, Miguel (2008), *A tradição da contestação. Resistência ao Marcelismo*, Coimbra, AngelusNovus.
- CARDINA, Miguel (2010), *A Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus.

CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira. O Maoísmo em Portugal*, Lisboa, Tinta da China.

CHATELET, François; PISIER-KOUCHNER, Evelyne, VINCENT, Jean-Marie (1977), *Os Marxistas e a Política*, Paris, Presses Universitaires de France.

CANGUEIRO, Céline (2009), *Imprensa Clandestina em Portugal: 1910-1974: notas para a história da censura*, Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.

CARVALHO, Alberto Arons de (1986), *A Liberdade de Informação e o Conselho de Imprensa: 1975-1985*, Direção-Geral da Comunicação Social, Lisboa.

COSTA PINTO, António; MAURÍCIO, Carlos; SANTOS, Fernando [et al.] (1982), *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo.

COSTA PINTO, António (1992), *O Salazarismo e o fascismo europeu*, Lisboa, Editorial Estampa.

COSTA PINTO, António (2013), *A Sombra das Ditaduras*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CORREIA, Fernando (1973), *Porque se revoltam os estudantes?*, Lisboa, Seara Nova.

CORREIA, Fernando; BAPTISTA, Carla (2007), *Jornalistas: Do ofício à profissão*, Lisboa, Editorial Caminho.

COGGIOLA, Osvaldo (1999), *O assassinato de Trotsky à luz da história*, São Paulo, *Revista de História*, nº141, pp.101-139.

DENISE, Avenas, *Teoria e Política no Pensamento de Trotsky*, Lisboa, Delfos.

DEUTSCHER, Isaac (1968), *O Profeta Banido*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

DEUTSCHER, Isaac (1972), *Trotsky, le prophète armé, 1879-1921*, Paris, Union générale d'éditions e Oxford University Press.

DICIONÁRIO POLÍTICO, *Os Bispos e a Revolução de Abril*, Lisboa, Ispagal.

FARIA, Cristina (2000), *As lutas estudantis contra a ditadura militar (1926- 1932)*, Lisboa, Colibri.

FARINHA, Luís; MADEIRA, João; PIMENTEL, Irene; [et al.] (2007), *Vítimas de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros.

FERREIRA, António (1974), *A Queda do Fascismo*, Lisboa, Assírio e Alvim.

FERREIRA, Eduardo (1975), *Portugal e o Neocolonialismo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

FERRINHA, António (1981), *Uma visão do “Estado Novo”*, Lisboa, *História*, nº38, Dezembro, pp. 26-32.

GARCIA, José Luís (2009), *Estudos sobre os jornalistas portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

GRAÇA, Laura Larcher (1999), *Propriedade e Agricultura: evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Lisboa, Conselho Económico e Social.

GOMES, Joaquim (2006), *Os militantes e a Censura. A censura à Imprensa na Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Livros Horizonte.

GOMES, Adelino; CASTANHEIRA, José (3006), *Os dias loucos do PREC*, Norprint Artes Gráficas S A.

HOBBSAWM, Eric (1994), *A Era dos Extremos*, São Paulo, Companhia das Letras.

LASKI, Harold J. (1967), *O Manifesto Comunista de 1848*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

LEFEBVRE, Henri (1977), *Problemas Atuais do Marxismo*, Lisboa, Ulmeiro.

LÉONARD, Yves (1996), *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

LENINE, Vladimir (1961), *O Estado e a Revolução*, Porto, Edições Latitude.

LENINE, Vladimir (1961), *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, Porto, Edições Latitude.

LENINE, Vladimir (1961), *Duas tácticas da social-democracia na revolução democrática*, Porto, Edições Latitude.

LENINE, Vladimir (1971), *Centralismo Democrático*, Coimbra, Rui Namorado.

- LENINE, Vladimir (1974), *As teses de Abril*, Lisboa, Livraria Ler.
- LENINE, Vladimir (1975), *Karl Marx e o desenvolvimento histórico do marxismo*, Lisboa, Edições Avante.
- LENINE, Vladimir (1975), *Discursos pronunciados no I, II, III Congressos da Internacional Comunista*, Lisboa, Cadernos Maria da Fonte.
- LOURENÇO, Nuno Sá (2004), *O último congresso trotskista*, jornal *Público*, Dezembro, pp.12-13.
- LUXEMBURGO, Rosa (1971), *Centralismo Democrático*, [s.l.], Temas.
- MARIE, Jean-Jacques (2004), *Trotsky e o Trotskismo*, Lisboa, Verbo.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2011), *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; LÉNINE, Vladimir (1980), *Sobre as vias de acesso ao socialismo evitando o capitalismo*, Moscovo, Edições da Agência da Imprensa Nóvosti.
- MATTOSO, José e ROSAS, Fernando (coord.) (1998), *História de Portugal (O Estado Novo)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MESQUITA, João (2005), *Um verdadeiro toupeira vermelho*, Grande Reportagem, Fevereiro, pp. 20-29
- MESQUITA, Mário (1994), *Portugal 20 anos de Democracia. Os meios de Comunicação Social: O Universo dos Media entre 1974 e 1986*, Círculo de Leitores.
- MESQUITELA, Teresa (1983), *O assassinio de Trotsky*, Lisboa, *História*, nº53, pp. 2-15
- MOLLOY, Peter (2009), *O mundo perdido do comunismo*, Lisboa, Bertrand.
- MONNEROT, Jules (1978), *Sociologia do Comunismo*, Lisboa, Edições Afrodite.

NETO, José (1993), *Solidão Revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

NEVES, Orlando (1976), *História de Portugal: Revolução do 25 de Abril - 1975*. Lisboa, DiAbril.

OLIVEIRA, Marques (1998), *História de Portugal*, volume III, *Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Presença.

OLIVEIRA, César (1996), *Portugal. Dos quatro cantos do mundo à Europa. A descolonização (1974-76)*, Edições Cosmos.

PAILLET, Marc (1977), *Marx contra Marx: a sociedade tecnoburocrática*, Lisboa, Edições Afrodite.

PALMA, Constantino (1976), *Análise sociológica da informação política*, Funchal, Jornal da Madeira.

PARK, R.E. (1923), *The Natural History of the Newspaper in The American Journal of Sociology*, vol. XXIX, número 3, pp. 280.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO-BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS (2006), *Revolução e contra revolução: documentos do 25 de Abril ao 25 de novembro. O PRP responde por si.*, [s.l.], Edições revolução.

PEREIRA, António (1977), *A burla do 28 de Setembro*, Amadora, Bertrand.

PEREIRA, Pacheco (2001), *Álvaro Cunhal – uma biografia política: “Daniel”, o Jovem Revolucionário*, Lisboa, Temas e Debates.

PEREIRA, Pacheco (2013), *“Armas de Papel”*, Lisboa, Círculo de Leitores.

PIMENTEL, Irene; NINHOS, Cláudia (2012), *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa, Temas e Debates.

PINTO, Mário; MOURA, Carlos (1973), *As estruturas sindicais portuguesas*, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais.

PIRES, Daniel (1996), *Dicionário da imprensa periódica literária portuguesa do século XX (1941-1974)*, vol. II, 2º tomo, Lisboa, Grifo.

RIAZANOF (1976), *Biografia do Manifesto Comunista – A luta de classes e o processo histórico*, [s.l.], Editora 17 de Outubro.

RICARDO, Daniel (1982), *A crise académica de 1962*, Lisboa, *História*, nº42, pp. 2-28.

RIOUX, Lucien (1974), *Iniciação ao Sindicalismo*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

ROCHA, J (2002); “A descolonização. 24 de Abril de 1974 a 11 de novembro de 1975. Os mensageiros da guerra - angola”. Braga, Grafibraga.

ROCHA, Nuno (1975), *Memórias de um ano de revolução: itinerário de um jornalista na luta por um jornal*, Lisboa, Somuna.

ROSAS, Fernando (1998), *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores/ Editorial Estampa.

ROSAS, Fernando (coord.), Fundação Mário Soares e Instituto da História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (org.) (1999), “Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976). Lisboa, Edições Colibri.

ROSAS, Fernando (2013), *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China.

ROSAS, Fernando (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores/ Editorial Estampa.

ROSEN, Jay, *What are journalists for?* (1999), [s.l.], Yale University Press.

ROSENTHAL, Gérard (1975), *Trotsky*, Lisboa, Livraria Bertrand.

RODRIGUES, Urbano (1975), “21 dias de luta”. Lisboa, Seara Nova.

SABLOSKY, Juliet (2000), “PS e a transição para a democracia”, Lisboa, Editorial Notícias.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (2007); “História de Portugal”, volume XVI. Lisboa, Editorial Verbo.

SILVA, Francisco (2004), *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX*. Rio de Janeiro, Elsevier.

SILVEIRA, Joel (2011); “A Construção do Sistema Informativo em Portugal no século XX – O sistema de Media Português e a Transição do Autoritarismo para a Democracia”. Lisboa, Edições Colibri.

SOUSA, Pedro (2003), *A dramatização na imprensa do PREC*. Coimbra, Minerva Coimbra.

TEIXEIRA, Rui (2001); *A Guerra Colonial*. Lisboa, Editorial Notícias.

TELO, José (2008), “História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade. Volume I”. Lisboa, Editorial Presença.

TEIXEIRA, Rui (2001); *A Guerra Colonial*. Lisboa, Editorial Notícias.

TELO, José (2008), *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*. Vol. I. Lisboa, Editorial Presença.

TROTSKY, Leon (1968), *Revolução e Contra-Revolução*, Rio de Janeiro, Editora Laemmert.

TROTSKY, Leon (1971), *Como fizemos a revolução*, Porto, Latitude.

TROTSKY, Leon (1973), *Balanços e Perspetivas*, Lisboa, Delfos.

TROTSKY, Leon (1976), *Relatório da Delegação Siberiana*, Coimbra, Centelha.

TROTSKY, Leon (1977), *A Revolução Permanente*, Lisboa, Antídoto.

TROTSKY, Leon (1973), *A Revolução Traída*, Lisboa, Edições Delfos.

TROTSKY, Leon (1978), *Minha Vida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TROTSKY, Leon; LEUCATE, Christian (1978), *A Curva do Desenvolvimento Capitalista*, Lisboa, Delfos.

VIDIGAL, Luís (1981), *Lenine e Portugal*, Lisboa, *História*, nº38, Dezembro, pp. 10-19

ZAITCHIKOV, Vassili (1978), *Sindicatos nascidos na revolução*, Lisboa, Malho.

# Anexos

## 8.1. Manchetes do CS



Ilustração 1 - Edição nº1 CS



Ilustração 2- Edição nº2 CS

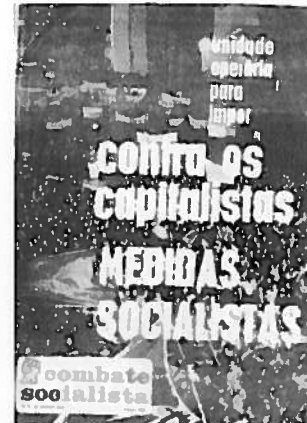


Ilustração 3 - Edição nº3 CS



Ilustração 4- Edição nº4 CS



Ilustração 5- Edição nº5 CS



Ilustração 6 - Edição nº7 CS

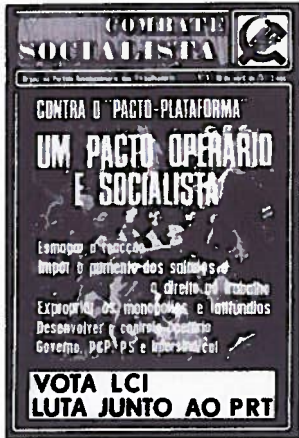


Ilustração 7 - Edição nº 8 CS



Ilustração 8 - Edição nº9 CS



Ilustração 9 - Edição nº10 CS



Ilustração 10 - Edição nº 11 CS



Ilustração 11 - Edição nº12 CS



Ilustração 12 - Edição nº13 CS



Ilustração 13 - Edição nº 14CS



Ilustração 14 - Edição nº15 CS

## 8.2 Manchetes do LP



Ilustração 15 - Edição nº 3 LP



Ilustração 16 - Edição nº 4 LP



Ilustração 17 - Edição nº 6 LP



Ilustração 18 - Edição nº 7 LP

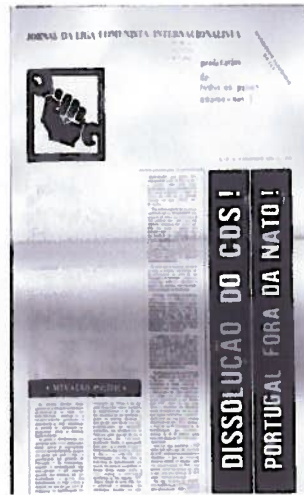


Ilustração 19 - Edição nº 8 LP



Ilustração 20 - Edição nº 9 LP



Ilustração 21 - Edição nº 10 LP



Ilustração 22 - Edição nº 11 LP



Ilustração 23 - Edição nº 12 LP

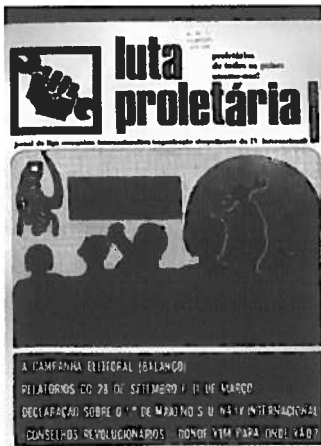


Ilustração 24 - Edição nº13 LP



Ilustração 25 - Edição nº14 LP

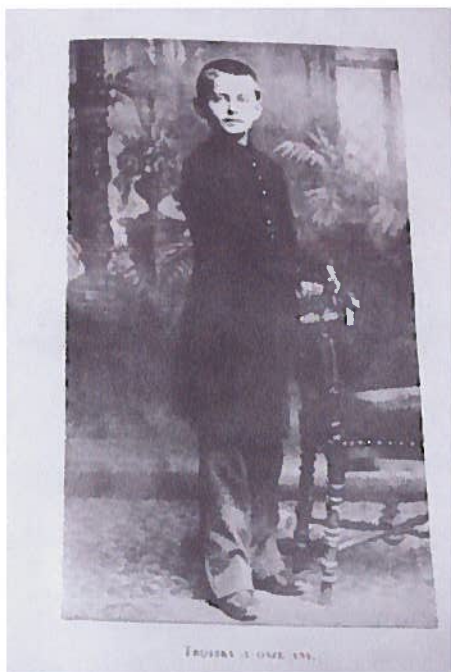


Ilustração 26 - Edição nº 15 LP



Ilustração 27 - Edição nº16 LP

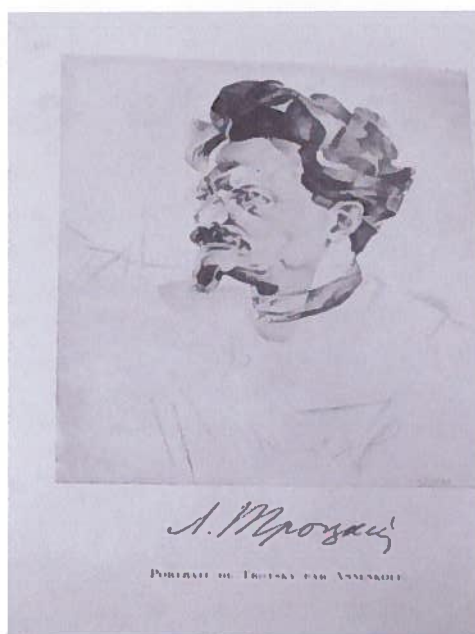
### 8.3. Galeria de fotos de Trotsky



*Ilustração 28 – Trotsky aos 11 anos*



*Ilustração 29 – Trotsky organiza o exército vermelho*



*Ilustração 30 – Retrato de Trotsky por AnnenKoff*



*Ilustração 31 – Membros da oposição caminho do exílio, em 1928. Sentados, da esquerda para a direita: L. Serebriakov, K. Radek, Trotsky. M. Bogoslavsky, E. Preobrazhensky; de pé: C. Rokovsky, Y. Drobniis, A. Belohorocov, Seznovsky*